



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

LUCAS GESTA PALMARES MUNHOZ DE PAIVA

**LEMBRANÇAS DA SAUDADE:
ESTRATÉGIAS PARA A
MANUTENÇÃO DO PODER DE UMA
FAMÍLIA CAFEICULTORA NO
SÉCULO XIX**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES –
MESTRADO

LUCAS GESTA PALMARES MUNHOZ DE PAIVA

**LEMBRANÇAS DA SAUDADE: ESTRATÉGIAS PARA A MANUTENÇÃO DO
PODER DE UMA FAMÍLIA CAFEICULTORA NO SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Instituições, do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariana de Aguiar Ferreira Muaze

Rio de Janeiro
Abril de 2013

LUCAS GESTA PALMARES MUNHOZ DE PAIVA

**LEMBRANÇAS DA SAUDADE: ESTRATÉGIAS PARA A MANUTENÇÃO DO
PODER DE UMA FAMÍLIA CAFEICULTORA NO SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Instituições, do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariana de Aguiar Ferreira Muaze

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Mariana Muaze (Orientador) – UNIRIO

Prof. Dr. Ricardo Salles – UNIRIO

Prof.^a Dr.^a Cacilda Machado – UFRJ

P149 PAIVA, Lucas Gesta Palmares Munhoz de
Lembranças da Saudade: estratégias para manutenção do poder de
uma família cafeeicultora no século XIX / Lucas Gesta Palmares Munhoz
de Paiva. – 2013
148 f. 30 cm.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariana de Aguiar Ferreira Muaze

Dissertação (Mestrado) – UNIRIO/Programa de Pós Graduação em
História – PPGH — Universidade do Rio de Janeiro, RJ, 2013.

Bibliografia: f. 111-115

1. Família senhorial. 2. Mulher. 3. Patriarcalismo. 4. Vale do
Paraíba. 5. Muaze, Mariana de Aguiar. 6. Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História.
II. Título.

CDU 94 (81). 314(055.2)=348 “19”

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar a Deus, pois de uma maneira muito especial me permitiu ingressar no mestrado, abrindo todas as portas para que tudo ocorresse da melhor forma, e assim, pudesse realizar tão cedo este sonho particular. Como cita o Salmo primeiro: “Bem aventurado o homem que medita na Lei do Senhor de dia e de noite e tem nela todo o seu prazer. É comparado à árvore plantada junto a ribeiros de águas, no tempo certo dá seu fruto, e tudo quanto fizer prosperará”.

Quero dedicar este trabalho à minha família, a qual me deu toda a base necessária e sustento, para conseguir concluí-lo. Agradeço a meu pai Marcelo, por ser meu mentor, incentivador e instigador intelectual desde criança, formando meu caráter da melhor forma. Agradeço à minha mãe Rosane, por me dar carinho, incentivo, atenção e todas as demais coisas que somente uma mãe amorosa pode conceder. Também agradeço a minha avó Zeli e minha tia Aline, pois me abençoaram e proporcionaram cuidado, carinho e bem-estar em todas as épocas da minha vida. À Bárbara Fernandes, por todo amor, cuidado e paciência, quero dedicar meu carinho e paixão.

Agradeço à Mariana Muaze, minha orientadora e grande incentivadora na construção deste trabalho. De forma sábia, afável e alegre me ajudou em todos os momentos que precisei, estando sempre atenta às ideias, problemas e falhas na produção da dissertação. Sem dúvida, se não fosse sua orientação, não teria conseguido chegar ao fim. São poucos mestrandos que tem o privilégio de ter uma orientadora tão dedicada. Muito obrigado por tudo!

Quero agradecer de forma especial aos professores e amigos do CESVA (Centro de Ensino Superior de Valença) que me ajudaram na graduação e possibilitaram meu ingresso no mestrado. À Rabib Floriano por ser quem me fez abrir os olhos e acreditar que poderia tão cedo realizar o processo seletivo para o mestrado – um dia ele “invadiu” a aula dizendo que já estavam abertas as inscrições e que eu deveria fazer. À Raimundo Matos, meu primeiro orientador, e quem me inseriu nessa linha de discussão sobre a família senhorial no Império e no Vale do Paraíba. Agradeço também à Regina Arieira pela sua grande ajuda durante a graduação. Agradeço a Antônio Carlos pelas dicas e conversas que me ajudaram a pensar a política e as redes de poder em Valença. Agradeço ao professor Rogério Tjader que é uma inspiração como intelectual e mestre, e de quem tive o prazer e a rara oportunidade de aprender como se escreveram as linhas da história. A todos os demais professores e colegas que comigo se formaram em Valença, foi um grande prazer estudar e passar alguns produtivos anos acadêmicos com vocês.

Agradeço de forma especial a Adriano Novaes, pesquisador e um dos maiores conhecedores das fazendas, famílias e documentações da região do Vale do Paraíba. Foi ele que me mostrou as documentações referentes às mulheres fazendeiras e suas famílias na região, e durante toda a construção da dissertação me proporcionou fontes das mais diversas (fotos, processos judiciais, escrituras e registros de terra, etc.), bem como dicas e opiniões, sendo fundamental sua participação neste trabalho a quem também dedico.

Agradeço aos professores Ricardo Salles e Cacilda Machado, presentes em minhas bancas de qualificação e defesa, que me orientaram em diversos pontos na execução deste trabalho, bem como me ajudaram a compreender pontos fundamentais que balizam esta dissertação.

Agradeço aos professores e funcionários do PPGH-UNIRIO, especialmente à Márcia Chuva que me ajudou nas elaborações dos relatórios e demais partes burocráticas do mestrado. Agradeço também a CAPES que me proporcionou a bolsa auxílio me permitindo fazer viagens, pesquisas e gastos essenciais para confecção desta dissertação.

A todos os demais familiares, amigos e professores que me acompanharam durante esses dois anos, mesmo que não os tenha citado nominalmente, carrego sua lembrança em meu coração e reconheço a ajuda, torcida e orações. Muito Obrigado!

Resumo

O presente trabalho acompanha a trajetória da família e da vida de Maria Izabel de Jesus Vieira, uma senhora fazendeira do Vale do Paraíba oitocentista, a qual durante quatro décadas de viuvez administrou os negócios de sua família, prosperando economicamente e socialmente. Pretendemos analisar qual era o papel da mulher oriunda das famílias senhoriais na sociedade imperial e como o patriarcalismo vigente aceitava a interferência das mesmas em espaços de atuação restritas ao universo masculino. Nossa hipótese aponta que Maria Izabel assumiu funções restritas ao papel do patriarca quando ainda era casada e que a viuvez trouxe um status diferenciado àquela mulher perante a sociedade, permitindo-a assumir o comando de sua fazenda, de seu núcleo familiar, bem como da administração das redes de sociabilidade e atividades econômicas. Observamos como a herança material e imaterial, passada através das gerações da família Werneck e Pinheiro, contribuíram para o grande destaque desta fazendeira em sua localidade. Também analisamos como as políticas matrimoniais foram fundamentais para a consolidação do poder político, econômico e social dessas famílias na região. Aproveitamos o ensejo para entendermos as estratégias acionadas por esta senhora, bem como pelas famílias ligadas a ela, que as levaram a passar, com certo conforto e prosperidade, pelo período dito de “crise” do Vale do Paraíba.

Palavras-chave: Família senhorial – Mulher – Patriarcalismo – Vale do Paraíba

Abstract

This work follows the trajectory of the family and the life of Jesus Maria Izabel Vieira, a lady farmer Paraíba Valley nineteenth century, which for four decades of widowhood administered the affairs of her family, prospering economically and socially. We intend to analyze what was the role of women coming from noble families in imperial society and how patriarchy prevailing accept interference in the same areas of activity restricted to the male universe. Our hypothesis suggests that Maria Izabel assumed functions restricted to the role of the patriarch when he was still married and widowhood brought a different status to the woman in society, allowing it to take over your farm, your household, as well as the administration of social networks and economic activities. Observe as material and immaterial heritage, passed down through the family generations Werneck and Pinheiro, contributed to the highlight of this farmer in his locality. We also analyze how the political marriage were essential for the consolidation of political power, economic and social these families in the region. We take this opportunity to understand the strategies driven by this lady as well as the families connected with it, which led them to move with some comfort and prosperity, the time spent "crisis" of the Paraíba Valley.

Key-words: Family manor - Women - Patriarchy – Paraíba Valley

*Mulher virtuosa quem a achará? O seu valor muito excede ao de rubis.
O coração do seu marido está nela confiado; assim ele não necessitará de despojo.
Ela só lhe faz bem, e não mal, todos os dias da sua vida.
Busca lã e linho, e trabalha de boa vontade com suas mãos.
Como o navio mercante, ela traz de longe o seu pão.
Levanta-se, mesmo à noite, para dar de comer aos da casa, e distribuir a tarefa das servas.
Examina uma propriedade e adquire-a; planta uma vinha com o fruto de suas mãos.
Cinge os seus lombos de força, e fortalece os seus braços.
Vê que é boa a sua mercadoria; e a sua lâmpada não se apaga de noite.
Estende as suas mãos ao fuso, e suas mãos pegam na roca.
Abre a sua mão ao pobre, e estende as suas mãos ao necessitado.
Não teme a neve na sua casa, porque toda a sua família está vestida de escarlata.
Faz para si cobertas de tapeçaria; seu vestido é de seda e de púrpura.
Seu marido é conhecido nas portas, e assenta-se entre os anciãos da terra.
Faz panos de linho fino e vende-os, e entrega cintos aos mercadores.
A força e a honra são seu vestido, e se alegrará com o dia futuro.
Abre a sua boca com sabedoria, e a lei da beneficência está na sua língua.
Está atenta ao andamento da casa, e não come o pão da preguiça.
Levantam-se seus filhos e chamam-na bem-aventurada; seu marido também, e ele a louva.
Muitas filhas têm procedido virtuosamente, mas tu és, de todas, a mais excelente!
Enganosa é a beleza e vã a formosura, mas a mulher que teme ao SENHOR, essa sim será louvada.
Dai-lhe do fruto das suas mãos, e deixe o seu próprio trabalho louvá-la nas portas.*

(Livro de Provérbios, capítulo 31, versículos 10 a 31)

SUMÁRIO:

Introdução	11
Parte I - Família: um legado no tempo	17
Capítulo 1 - Estudos sobre mulher e família no século XIX: questões preliminares	18
1.1 – Mulheres fazendeiras no Vale do Paraíba: história e historiografia	18
1.2 – Reflexões sobre a família senhorial	27
1.3 – A microanálise como proposta metodológica	35
Capítulo 2 - A família como valor da classe senhorial: o caso dos Werneck	39
2.1 – Família Werneck: a construção de um poderio político, social e econômico no Vale do Paraíba Fluminense	45
2.2 – Os Werneck: origens e formação da família	49
2.3 – Estratégias matrimoniais para perpetuação do poder	60
Parte II: A família se reconfigura	71
Capítulo 3 - Redes e tramas: política e poder familiar em Valença	72
3.1 – A construção de um poder familiar	75
3.2 – Momentos de incerteza: a viuvez e a imprevisibilidade quanto ao futuro.....	95
Capítulo 4 - Maria da Saudade: estratégias de uma senhora para manutenção do poder familiar	102
4.1 – A administração de seus negócios	103
4.2 – A formação dos filhos	117
4.3 – Vida social	119
4.4 – Relações com a família extensa e as redes matrimoniais estabelecidas.....	122
4.5 – As redes de sociabilidade	129
4.6 – Maria da Saudade e a consolidação de seu sucesso	133
Conclusão	137
Referências Bibliográficas	140
Anexo I – Genealogias	147

Introdução

No dia 2 do corrente, na sua fazenda “Saudade”, em Santa Thereza de Valença, faleceu a Exma. Sra. D. Maria Izabel de Jesus Vieira, na avançada idade de 85 anos.

Era a respeitável senhora decana da família Werneck e um dos troncos da família Machado da Cunha.

Em 30 de Novembro de 1863 perdeu seu esposo major João Vieira Machado da Cunha. Quarenta anos de viuvez [...] sempre os passos de sua vida na senda da honestidade, virtude e caridade.

Daquela enlace deixou os seguintes filhos [...] por ocasião de sua viuvez e [...] em elevadas posições socais pela austeridade de seus caracteres:

Dr. João Vieira Machado da Cunha, Barão da Alliança, coronel Luiz Vieira Machado da Cunha, tenente-coronel Francisco Vieira Machado da Cunha, major Peregrino Vieira Machado da Cunha, tenente-coronel Zacarias Vieira Machado da Cunha, D. Cecilia casada com o coronel João Luiz de Almeida Ramos, D. Presciliana, casada com o tenente-coronel Floriano de Almeida Ramos e D. Isabel, casada com o Dr. João Alves Montes.

A sua existência era o encanto de seus filhos, que nela sempre tiveram a mãe dedicada e extremosa, e a prova está na união fraternal dessa distinta família.

A sua passagem pelo mundo sempre teve por lema a virtude e a caridade.

A pobreza sempre encontrou naquela ilustre alma [...] lenitivo à nudez e à fome.

Que o digam aqueles que ainda hoje pranteiam a sua morte, e aqueles que tiveram a felicidade de conhecer aquela respeitável matrona coberta de peregrinos dotes morais, conjugais e maternais.

Foi sepultada no dia 4, no cemitério da vila, saindo o féretro da capela da fazenda as 11 1/2 horas da manhã.

Carregaram-no os seus desolados filhos e netos, parentes e amigos. O trajeto foi feito a pé na extensão de 4 quilômetros, notando-se em acompanhamento umas 600 pessoas daquele município, de Vassouras e Valença. Tomou durante a missa de corpo presente a encomendação na capela da fazenda e no acompanhamento da banda musical S. M. de Santa Thereza.

Ao ato religioso compareceram as irmandades e associações religiosas.

Quem escreve estas linhas sente que a pena está molhada em lágrimas, pois da finada sempre recebeu carinhos e dedicação de uma segunda mãe.¹

Este é um dos relatos do funeral de Maria Izabel de Jesus Vieira, uma distinta senhora fazendeira do município de Santa Thereza de Valença. A notícia de seu falecimento, em 3 de Agosto de 1903, na sua fazenda intitulada de Saudade, causa comoção na sua cidade, Valença, e na cidade vizinha, Vassouras, fazendo de seu funeral um grande evento social daquela região. Ao enterro, de acordo com os jornais da época consultados, compareceram cerca de 600 pessoas, entre parentes, amigos, as chamadas “pessoas mais graduadas da

¹ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 609.2.

Nesta documentação encontramos o recorte de três jornais diferentes, dois do município de Valença (um deles identificamos como sendo o Echo Valenciano), e um jornal do município de Vassouras. Este trecho refere-se àquele do município de Vassouras. Os cortes no texto foram feitos por conta de partes ilegíveis na documentação, e não por nossa intenção.

região”, as principais associações religiosas e gente simples. As irmandades do Santíssimo Sacramento, da Devoção do Sagrado Coração de Jesus e do Rosário, alçando suas cruzes e insígnias, juntaram-se todas no intuito de prestarem-lhe as suas últimas homenagens. A elas uniu-se a banda musical da cidade, que reunidas iniciaram o cotejo que saiu da cidade de Valença até a capela da Fazenda da Saudade. Terminadas as cerimônias de encomendação, seus filhos e parentes tomaram as alças do caixão e o levaram até a linha da Estrada de Ferro, localizada à porta da fazenda. Dali, os principais representantes da boa sociedade, membros das associações religiosas e gente simples da região, alternadamente, em um percurso de cerca de quatro quilômetros, trouxeram a finada até a Igreja Matriz e, após novas cerimônias fúnebres, foi conduzida ao cemitério da cidade.

Tal descrição, que se repete em outros jornais da região com palavras e detalhes semelhantes, em um primeiro olhar causa uma curiosidade: que mulher é essa, que viveu durante 85 anos, tendo passado por diversas fases do Império brasileiro e, no início do século XX, é enterrada com muita pompa, além de longas homenagens em diferentes jornais? Os registros informam que participaram de seu funeral cerca de 600 pessoas acompanhadas de banda de música, membros de irmandades religiosas e muitos dos homens mais poderosos daquela região. Uma pesquisa comparativa com outros obituários e relatos de funeral de grandes políticos e fazendeiros de Valença demonstra que Maria da Saudade, como era chamada, contou com uma cerimônia fúnebre de grande porte, como se dava no funeral destes. Se esta senhora não fazia parte da família imperial, se não possuía títulos nobiliárquicos, e nem sequer conhecemos o seu nome na historiografia, qual era a sua importância política e social para a região naquele momento que a fez merecedora de tal rito de passagem?

Ao analisar a documentação referente à sua família, vemos que esta senhora, ainda na década 1860, no período auge do café, ficou viúva e a partir de então começou a administrar os negócios de sua fazenda e de seu núcleo familiar sozinha. Ela tratava pessoalmente com seus comissários sobre os preços de venda do café, os custos do transporte e a qualidade do mesmo, os estudos dos filhos no Rio de Janeiro, os investimentos em apólices de seguro e da dívida pública, a aquisição de ações de negócios e compra de imóveis e terras. Por sua influência fez com que a Estrada de Ferro D. Pedro II passasse na porta de sua fazenda e, diferentemente de outras viúvas da classe senhorial, ela não legou a administração da fazenda e dos negócios familiares a um cunhado, a um filho mais velho ou a um irmão, mas tomou para si a tarefa de conduzir os empreendimentos, durante décadas. Maria Izabel de Jesus Vieira passou pela fase dita de “crise” da região, bem como o fim da escravidão e do Império

e assistiu ao início da República desfrutando de riqueza, status e poder. Sua conduta deixou seus filhos ricos e bem posicionados na sociedade: um advogado, um barão, dois tenentes-coronéis, um coronel e um major da Guarda-Nacional, todos fazendeiros abastados e políticos. Da mesma forma, suas filhas casaram-se com negociantes de grandes casas comissárias de café no Rio de Janeiro, sendo eles também fazendeiros e com altas patentes militares da Guarda Nacional. Enfim, garantiu pela política de casamentos que todos os seus herdeiros diretos se casassem com pessoas oriundas de famílias ricas, poderosas e influentes na classe senhorial. Por fim, conseguiu realizar a tarefa talvez buscada por todos seus pares, fazendeiros e contemporâneos: manter, expandir e perpetuar o patrimônio, a riqueza e o status de sua família no tempo. O caso acima explicitado seria uma excepcionalidade? Que aspectos políticos, econômicos e sociais auxiliaram Maria da Saudade a concretizar tais conquistas?

Para que tivéssemos acesso à trajetória desta fazendeira e de sua família recorreremos primeiramente a uma coletânea de documentos presentes no Arquivo Nacional, denominado “Fundo da família Werneck”, no qual encontramos uma vasta quantidade de fontes acerca da família de Maria Izabel de Jesus Vieira, desde seu avô, Ignácio de Souza Werneck, até aos filhos desta mesma fazendeira, bem como de todo o seu grupo parental alargado. Neste fundo encontramos inventários, cartas, mapas, relatórios de bens, listas de espólio, contratos de compra e venda de terras e imóveis, processos na justiça, listas de escravos, recortes de jornais, fotos e muitos outros tipos de documentações de décadas de registros produzidos pela fazendeira e sua família. Para complementar as informações sobre a vida de Dona Maria Vieira, recorreremos também ao *Jornal do Comércio*, em diversos anos de publicações para rastrear informações sobre suas redes de sociabilidade, bem como informações biográficas sobre ela e os personagens de sua família que trataremos nessa dissertação. Além destes, recorreremos a diversas fontes genealógicas para podermos circunscrever e acompanhar no tempo a trajetória dos Werneck e das famílias a eles associadas.

Por fim, três livros escritos por autores valencianos nascidos no final do século XIX, portanto contemporâneos de Dona Maria da Saudade, foram cruciais para conhecer detalhes importantes de sua vida, de seus filhos, irmãos, parentes, bem como de seu cotidiano. O primeiro livro é “O Vale do Paraíba”,² escrito por Manoel dos Santos Eloy de Andrade, mas que foi iniciado pelo pai do autor, Eloy de Andrade, o qual foi médico de partido das fazendas das famílias pertencentes às redes de sociabilidade de Dona Maria da Saudade, bem como de alguns de seus familiares. Este livro relata o cotidiano, a mentalidade, bem como abre janelas

² ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. *O Vale do Paraíba*. 1º ed. Rio de Janeiro: 1989.

para se conhecer a história da vida privada da classe senhorial valenciana; e o que mais nos interessou: Eloy de Andrade conheceu Dona Maria Vieira e relatou diversos aspectos de sua personalidade e da atuação de sua família e filhos naquela sociedade. O segundo livro é “História de Valença”,³ escrito por Luiz Damasceno Ferreira, funcionário da câmara municipal de Valença, o qual copiou em seu livro todos os registros das sessões das câmaras municipais de todos os distritos que envolviam a freguesia de Santa Thereza de Valença, desde as primeiras sessões das câmaras em 1823 até 1924. É uma fonte impressa riquíssima que nos ajudou a encontrar o registro da vida política dos filhos de Maria Vieira e demais membros da família Werneck. O terceiro livro é o “Livro da família Werneck”,⁴ escrito por um dos netos de Dona Maria Vieira, Belisario Vieira Ramos, que foi genealogista e, neste livro, além de ter produzido as principais informações genealógicas sobre esta família, também noticiou informações importantes sobre documentações que pesquisou e catalogou durante muitos anos.

Logo, através da análise da trajetória de Maria Izabel de Jesus Vieira e de sua família vemos uma chave para entender o patriarcalismo na sociedade imperial, bem como o papel feminino e o espaço de atuação da mulher na classe senhorial oitocentista. Ao longo desse trabalho observaremos também a importância das redes de sociabilidade e das políticas matrimoniais para a conservação do poder político, social e econômico no seio da família senhorial oitocentista, bem como as mudanças de estratégias dos casamentos ao longo dos anos. Discutiremos também as mudanças estruturais que ocorreram no Vale do Paraíba a partir da segunda metade do século XIX, e como elas afetaram a vida e família de Dona Maria da Saudade. A partir da atuação da própria fazendeira, veremos que a fase dita de “crise” no Vale, se deu sob diferentes formas de acordo com as estratégias acionadas para sobrevivência econômica e social, e que o período de declínio da agricultura cafeeira na região não levou as famílias senhoriais à quebra unanimemente, mas aquelas famílias que souberam diversificar suas atividades, puderam sobreviver com certa riqueza e poder social naqueles difíceis anos.

Para tanto, cada capítulo da dissertação irá abordar uma questão específica para a compreensão dessas problemáticas. Para melhor desenvolvimento das temáticas, dividimos a dissertação em duas partes, cada uma contando com dois capítulos.

³ FERREIRA, Luiz Damasceno. *História de Valença* (1803-1924). 2º ed. Valença, Ed. Valença, 1978.

⁴ RAMOS, Belisario Vieira. *O Livro da Família Werneck – 1742-1879*. Rio de Janeiro: Cia. Carioca das artes gráficas, 1941.

Na primeira parte intitulada “Família: um legado no tempo”, objetivamos discutir os conceitos e problemáticas metodológicas que balizam nossa dissertação, além de percorrer o início do poder econômico, político e social da família Werneck e das famílias que a ela uniram-se em matrimônio, no Vale do Paraíba. Inicialmente, o primeiro capítulo abordará toda a problemática conceitual acerca do patriarcalismo, da família senhorial oitocentista, do papel feminino na classe senhorial, bem como das metodologias adotadas para se trabalhar em uma escala de análise micro, circunscritas a poucos indivíduos em um espaço específico – a cidade de Valença – e num tempo específico – a segunda metade do século XIX.

O segundo capítulo inicialmente discorrerá sobre a construção de uma imagem ideal de mulher oitocentista sobre Maria Izabel de Jesus Vieira, através dos seus obituários. Para que compreendamos amplamente a origem de tamanha distinção social desta mulher fazendeira, recorreremos à gênese do poder político, econômico e social de sua família no Vale do Paraíba, através da figura do patriarca da mesma, Ignácio de Souza Werneck, até chegar à figura do pai de Dona Maria Vieira, João Pinheiro de Souza. Ali veremos toda a construção de redes matrimoniais e sociais que serão transmitidas à Maria Vieira, como uma herança imaterial de grande valor para a sua prosperidade.

Na segunda parte, intitulada “A família se renova”, observaremos as mudanças no seio da família Werneck - e daquelas famílias que a ela se uniram em matrimônio – durante a segunda metade do século XIX, como as transformações ocorridas nas estratégias matrimoniais, na mentalidade econômica e no papel da mulher para aquela sociedade patriarcal. Deste modo, acompanharemos toda a vida de Maria Izabel de Jesus Vieira, desde seu casamento, o crescimento político, econômico e social conquistados por seu marido e por ela, e depois, o período de quarenta anos em que ficou viúva à frente dos negócios de sua fazenda e à frente de sua família.

Assim, o terceiro capítulo abordará a importância e o papel da senhora fazendeira no seio da família patriarcal e a possibilidade que se abria para a mulher casada, de assumir as funções do patriarca na administração da fazenda e na manutenção das redes de sociabilidade. Para isso, analisaremos o casamento de Maria Izabel de Jesus Vieira com o membro de uma importante família de produtores rurais escravistas do Vale, os Vieira Machado da Cunha, e assim acompanharemos o início da vida conjugal desta mulher, as redes de sociabilidade estabelecidas, o crescimento econômico e político naquela sociedade por parte de seu marido, e a importância de Maria Vieira por trás da figura do patriarca.

No quarto e último capítulo, abordaremos o espaço de atuação da senhora fazendeira na sociedade patriarcal do Vale do Paraíba. Analisaremos em quais espaços a mulher poderia

atuar naquela sociedade, quais eram os limites dessa atuação e como a sociedade reconhecia ou não as funções da mesma. Analisaremos também como a família senhorial atuou, e quais as estratégias acionou, para manter seu poder e riqueza no fim do século XIX. Para tanto, acompanharemos toda a vida de Maria da Saudade a partir do momento de sua viuvez até a sua morte, bem como uma parte da vida política e social de seus filhos. Ali discorreremos sobre as estratégias econômicas que Dona Maria Vieira utilizou durante as fases ditas de auge e declínio da cafeicultura no Vale, para manter seu renome, status social e riqueza, bem como as estratégias sociais para manter e construir novas redes de sociabilidade, para consolidar a política matrimonial de seus filhos e para perpetuar o seu nome e poder econômico, político e social de seus filhos naquela sociedade.

Parte I - Família: um legado no tempo

Capítulo 1: Estudos sobre mulher e família no século XIX: questões preliminares

Mulheres fazendeiras no Vale do Paraíba: história e historiografia

Uma boa parte da historiografia sobre a mulher senhorial Oitocentista defendeu a ideia de que esta vivia à sombra de seu marido, encerrada nos limites de sua casa, da qual devia cuidar e zelar, bem como dos seus filhos e agregados. A imagem veiculada era de uma mulher completamente submissa e de vulto anulado por uma sociedade patriarcal, violenta e desigual, comandada e organizada pela figura masculina. Esta visão, comumente encontrada na historiografia anterior aos anos 70 no Brasil, foi difundida pelos estudos que tiveram por base documentações baseadas no olhar dos viajantes estrangeiros do século XIX. Dentre esses estudos destacam-se o trabalho de Gilberto Freyre,⁵ o qual em seu modelo patriarcalista de explicação da família brasileira coloca as mulheres brancas como submissas, afastadas da vida social, dependentes, etc. Contudo, no trabalho de Gilberto Freyre encontramos passagens onde ele abre um parêntese apontando certos casos adversos à este quadro de subjugação:

[...] através de toda a época patriarcal, houve mulheres, sobretudo senhoras de engenho, em quem explodiu uma energia social, e não simplesmente doméstica, maior que a do comum dos homens. Energia para administrar fazendas, como donas Joaquinas do Pompeu; energia para dirigir a política partidária da família, em toda uma região, como as donas Franciscas do Rio Formoso; energia guerreira, como a das matronas pernambucanas que se distinguiram durante a guerra contra os holandeses, não só nas duas marchas, para as Alagoas e para a Bahia, pelo meio das matas e atravessando rios fundos, como em Tejupapo, onde é tradição que elas lutaram bravamente contra os hereges.⁶

Vemos que as generalizações produzidas em cima dos trabalhos de Freyre levaram a uma visão da nulidade feminina. Pesquisas realizadas após 1970 no Brasil demonstraram novas formas de organização familiar em vários segmentos sociais, que incitavam uma contestação ao clássico modelo patriarcal. Em diversos campos (social, demográfico, econômico) aparecia um quadro diferente, pois “não raro, as mulheres assumiam o mando da casa, gerindo negócios e propriedades”.⁷ Dentre estes estudos podemos citar os de Elizabeth Kusnesoff, Eni de Mesquita Samara, Donald Ramos, Luciano Figueiredo, Mary Del Priore, Rachel Soihet, Ana Maria Leal de Almeida, etc. Porém a maioria destes trabalhos englobaram

⁵ Sobretudo em seus dois clássicos: *Casa Grande e Senzala*, e *Sobrados e Mucambos*.

⁶ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global, 2003. p 209.

⁷ SOIHET, Rachel. *História das Mulheres*. In: CARDOSO, Ciro F. (org.); VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. São Paulo: Campus, 1997. p 290.

as mulheres advindas das classes mais baixas. Um exemplo é o trabalho de Maria Odila Dias, *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, que discorre sobre mulheres livres pobres, escravas e forras. Reivindicando a inserção desta parcela social na historiografia cita que:

*O pressuposto de uma condição feminina, idealidade abstrata e universal, necessariamente a-histórica, empurra as mulheres de qualquer passado para espaços míticos sacralizados, à margem dos fatos e ausentes da história. A reconstrução dos papéis sociais femininos, como mediações que possibilitem sua integração na globalidade do processo histórico de seu tempo, parece um modo promissor de lutar contra o plano dos mitos, normas e estereótipos. O seu modo peculiar de inserção no processo social pode ser captado através da reconstrução global das relações sociais como um todo.*⁸

Quanto ao papel da mulher nas famílias senhoriais do século XIX, os estudos e informações são ainda mais escassos. Contudo, certa visão arcaica onde a mulher foi sempre um personagem secundário, dócil e totalmente submisso à figura masculina, sendo continuamente inferiorizado, vem sendo contestado. Vemos pelo contrário, a proeminência e importância desta junto à manutenção de sua casa e família. Destaco alguns trabalhos aqui, que nos mostram a participação intensa das mulheres de famílias oriundas da aristocracia cafeeira, nos negócios e no controle de sua família.

O primeiro, feito pela historiadora Mariana Muaze, discorre sobre o papel de Mariana Velho de Avellar, a Viscondessa de Ubá, na administração doméstica e na configuração familiar específica do seu estrato social. Segundo Muaze, após a viscondessa assumir a responsabilidade pelo governo da casa, ela controlará o tempo privado da intimidade familiar e conduzirá a administração doméstica⁹ apresentando-se como senhora do universo domiciliar da fazenda, revelando um cotidiano repleto de estratégias de sociabilidade e convivência.¹⁰ As cartas que a viscondessa escrevia mostravam sua relação com a escravaria da casa (os conflitos, afetos e espaços de sociabilidade advindos nessa relação), o controle das despesas domésticas, o cuidado com a saúde e desenvolvimento dos filhos, bem-estar do marido e parentes, diversões e passeios, viagens, serviços à Igreja e pedidos de encomendas. Para Muaze:

*Esses temas, se por um lado valorizavam o papel da mulher enquanto mãe e esposa, também fortaleciam sua importância social no que se referia à sociabilidade e à religião [...].*¹¹

⁸ DIAS, Maria O. L. da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p 7.

⁹ MUAZE, M. A. F. *As memórias da Viscondessa*. Família e Poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. p 128.

¹⁰ *Ibid.*, p 129.

¹¹ *Ibid.*, p 131.

Muaze também nos mostra que o “lugar no interior da família e da sociedade estava diretamente relacionado à destreza com que desempenhasse as funções ligadas ao governo da casa”¹² e que a viscondessa “exercia um papel de importância no manejo e gerenciamento do mundo doméstico do qual fazia parte”.¹³ Através da microanálise desta personagem, Muaze observará o lugar social dessa mulher oriunda de famílias das elites oitocentistas, bem como a mudança na visão do papel feminino ao longo do século XIX.

Outro trabalho produzido por Mariana Muaze e Ana Maria Mauad¹⁴ trata de Maria Isabel de Lacerda Werneck, Viscondessa do Arcozelo, que através de um diário registra todo o seu dia-a-dia durante o ano de 1887. Este estudo nos mostra que a viscondessa era intensamente envolvida na economia doméstica e nas atividades da fazenda, e que também controlava parte da vida dos escravos como: batizados, confecções de roupas, casamentos, etc. Também construía e participava das redes de sociabilidade de seu marido, tendo uma função importantíssima dentro de sua fazenda no controle e administração rigorosa das finanças domésticas, de compras para a fazenda e o lar de insumos, suprimentos, animais, de empréstimo de dinheiro, bem como o recebimento de mercadorias da Corte com fins mercantis.

Mais um estudo que destaco é o de Marieta de Moraes Ferreira sobre a figura de Honestalda de Moraes Martins, filha e neta de grandes cafeicultores (a exemplo do barão de Duas Barras), que usufruiu de expressiva autonomia como fazendeira e mulher de negócios; sobretudo após a morte do marido, no pequeno município de São Francisco de Paula, no Rio de Janeiro.¹⁵ Honestalda se distinguiu como empreendedora, acumulando grande fortuna com o seu elevado senso de administração de negócios. Foi bem sucedida na esfera pública chegando a ser prefeita de seu município em 1936. Pode ser incomum observar que uma mulher, a qual nasceu e morreu numa fazenda do interior tenha conseguido tais feitos. Mas, em sua família, já se via exemplo parecido com a sua sogra e tia Felizarda de Moraes Martins, dona da Fazenda de Olaria. A sua história nos mostra a construção de vasta rede de sociabilidade que lhe proporcionou a conquista dessa autonomia.

¹² Ibid., p 129.

¹³ Ibid., p 136.

¹⁴ MAUAD, Ana Maria; MUAZE, Mariana. *A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo*. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

¹⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Correspondência familiar e rede de sociabilidade*. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Há também estudos de cunho memorialista como o de Maria Werneck de Castro¹⁶ e Leila Alegrio,¹⁷ que também defendem uma participação ativa feminina na família senhorial. Se a primeira mostra a história da vida privada de sua família, descendentes de grandes senhores do café no Vale, a segunda faz um apanhado de várias mulheres da classe senhorial que assumiram posições proeminentes. Ambos os estudos reforçam o papel fundamental exercido pelas mulheres em diferentes momentos, inclusive durante a chamada “crise do café” na região do Vale do Paraíba.

A partir destes trabalhos, temos contato com exemplos de mulheres que atuaram com seus maridos, administrando as fazendas na sua ausência ou inaptidão. Longe daquela visão consolidada pelo olhar estrangeiros dos viajantes, de uma senhora que não trabalhava ou não exercia nenhuma função importante, esta pesquisa mostrará que as mulheres das famílias senhoriais tinham funções importantes no funcionamento dos complexos cafeeiros de suas famílias. Em caso de viagem ou viuvez, estas tinham permissão social para assumir, em parte ou integralmente, a função de administradoras. Este foi o caso de Maria Izabel de Jesus Vieira, a que esta pesquisa se dedica.

Todos esses exemplos de trabalhos historiográficos citados se passam no Vale do Paraíba e podem nos trazer pequenos indícios de uma realidade oculta que vem sendo desvendada. Muitas mulheres das famílias senhoriais do Vale tinham profunda importância para a construção das redes de sociabilidade, bem como davam estabilidade para a “casa”, administrando os negócios na ausência de seus maridos e também os auxiliando na perpetuação do poder de suas famílias, tão caro a lógica patriarcal oitocentista na qual se inseriam. Eram também construtoras de redes de sociabilidade e auxiliadoras na manutenção destas redes junto de seus maridos, pais e irmãos. A figura da “sinhazinha pamonha”, atribuída muitas vezes a tais mulheres oriundas das famílias ricas, deve ser contestada, diante dos casos citados.

A manutenção do patrimônio familiar era fulcral para sobrevivência política e social da família, seu renome e status; poderia haver situações em que isto dependia diretamente da atuação de mulheres. Um desses momentos era na viuvez. Pesquisas apontam casos de mulheres que, após se tornarem viúvas, não se casaram de novo e deram início a uma administração própria dos negócios de sua fazenda, fazendo-os prosperar, multiplicar e crescer em importância. A morte do patriarca era um período de incerteza para as famílias

¹⁶ CASTRO, Maria Werneck de. *No Tempo dos Barões*. SP: Bem-te-vi, 2004.

¹⁷ ALEGRIO, Leila V. *O café, o Vale do Paraíba e a mulher fazendeira*. In: Inventário das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Fase III - 2010. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Secretaria de Estado de Cultura – RJ.

senhoriais do Vale. A divisão e partilha dos bens, as dívidas contraídas pelo patriarca, a abertura do testamento, são fatores que poderiam levar à ruína ou à falência financeira e social de muitas famílias. Algumas mulheres herdaram de seus pais ou maridos fazendas à beira da falência, muitas dívidas ou apenas uma quantia mediana de bens e capital, porém anos depois vemos que as mesmas multiplicaram o capital, compraram novas fazendas, edificaram novos negócios e até se aventuraram em funções ditas do universo masculino. Stanley Stein discorre sobre isto:

*Embora as mulheres da classe dos fazendeiros dependessem de seus pais e, após o matrimônio, de seus maridos, geralmente havia uma época em que se tornavam econômica e intelectualmente emancipadas. Tal oportunidade podia surgir com a morte do marido, ficando a esposa livre para tomar as decisões que achasse necessárias. Em alguns casos, quando a esposa era de meia-idade, ela administrava sua propriedade com uma sabedoria e perspicácia ausentes em seu falecido marido.*¹⁸

Sobre este fato podemos citar diversos casos documentados de fazendeiras que por um período de tempo, dada a viuvez ou por serem solteiras, administraram os bens de sua família. São nomes como Izabel Maria da Visitação (mãe de Maria Izabel de Jesus Vieira), Ana Francisca de São José (Viscondessa de Ipiabas e cunhada de Maria Izabel de Jesus Vieira), Inácia Maria de Jesus, Rosa Maria Joaquina, Rosa Joaquina Garcia, Anna Jesuína Teixeira Leite, Viscondessa de Santa Justa, Ludovina Maria de Jesus, Iria Umbelina Vieira Guião, Maria dos Anjos Sanches Paiva, Anna Isabel de Lacerda Werneck, Maria Francisca das Chagas Werneck, Rita Joaquina Rosa da Conceição, Porcina Maria da Luz Fonseca, Zeferina Adelaide dos Santos Werneck, etc.¹⁹ São nomes oriundos de famílias importantes da região do Médio Paraíba, onde suas documentações estão dispostas em fontes diversas como inventários *post-mortem* delas e de seus maridos, escrituras de compra e venda de terras, escravos e casas, processos judiciais, libelos, partilhas de bens, cartas, etc. Porém, são raras as pesquisas sobre as tais. Vemos a iniciativa de alguns pesquisadores que, através de fontes primárias, produziram estudos iniciais acerca dessa situação de mulheres assumindo os negócios da família após a morte dos seus maridos ou por serem solteiras.

Um desses trabalhos é o de Miridan Falci e Hildete de Melo, sobre a figura de Eufrásia Teixeira Leite.²⁰ Neste artigo as autoras procuram resgatar os “papéis femininos entremeados

¹⁸ STEIN, J. Stanley. *Vassouras: Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p 187.

¹⁹ Estes nomes foram pesquisados, sobretudo nos estudos de Leila Alegrio - ALEGRIO, Leila V. *O café, o Vale do Paraíba e a mulher fazendeira*. Op. Cit. - e nos dados colhidos pelo pesquisador Adriano dos Reis Novaes – CDH Fundação Dom André Arcoverde.

²⁰ FALCI, Miridan B. Knox; MELO, Hildete Pereira de. *Riqueza e emancipação: Eufrásia Teixeira Leite. Uma análise de gênero*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 29, 2002, p 165-185.

nas situações econômicas, sociais e culturais do Brasil imperial,” defendendo a hipótese de que a posse de grandes heranças ou patrimônios por mulheres leva-as a exercerem poder sobre suas próprias vidas, fugindo do tradicional papel feminino imposto por suas sociedades.²¹ Para isso, usam o estudo de caso da figura de Eufrásia Teixeira Leite, neta dos poderosos barões de Itambé e de Campo Belo e fruto da união de duas grandes e poderosas famílias de Vassouras: os Teixeira Leite e os Correia e Castro. Por fim, as autoras mostram que a riqueza dessa mulher possibilitou liberdade para viver a vida e traçar seu destino de acordo com sua vontade.

Outro estudo é o de Júlio César Fidélis,²² abordando a questão das fazendeiras detidamente em Rezende, cidade do Médio Paraíba. Este demonstra através de pesquisas documentais a presença de mulheres fazendeiras e lavradoras (ricas e pobres) atuantes na posse e na direção das atividades produtivas de suas plantações de café; contesta então um modelo historiográfico clássico que coloca a direção de unidades produtoras de café como um espaço exclusivamente da atuação masculina. Nesse estudo ele cita um caso clássico como a vida de Maria Benedita Gonçalves Martins, chamada de “a Rainha do Café”, dona e dirigente de diversas fazendas como as da Serra, Cachoeira, Tanque e Fazenda Velha. Essa senhora contribuía para a manutenção de instituições públicas, pois ajudava a manter duas escolas chamadas de instrução primária na cidade (uma para meninos e outra para meninas), através da organização de campanhas, festas, quermesses, arrecadando dinheiro para o ensino e ajudando também na reforma das salas doando madeira, emprestando escravos e ajudando financeiramente os estudantes. Além disso, contribuiu para a construção e manutenção da Santa Casa de Misericórdia de Rezende e providenciou o treinamento de vacinadores para combater a epidemia de varíola na região em 1876.

²¹ Ibid., p 167-168. Como demonstra o estudo de Falci e Melo, no caso de Eufrásia, a perda de seus pais fez que ela e sua irmã fossem as únicas herdeiras de toda a fortuna de sua família; como as duas não se casaram e sua irmã faleceu sem filhos, Eufrásia se tornou a única possuidora de toda aquela fortuna, o que garantiu sua emancipação econômica. Educada no ambiente refinado dos salões de Vassouras da segunda metade do século XIX e tendo aprendido a ler, escrever, línguas estrangeiras, música e boas maneiras, foi instruída a se comportar de acordo com os padrões de vida da corte. Em 1872 falece seu pai Joaquim José Teixeira Leite (advogado, político, comerciante e um dos mais importantes comissários de café da região) deixando grande fortuna que foi ampliada com os bens herdados após a morte de sua avó, a baronesa de Campo Belo, em 1873. Eufrásia e sua irmã herdaram um montante de 767:937\$876 contos de réis, grande fortuna na época, baseada em apólices e títulos da dívida pública, ações, depósitos bancários, empréstimos a serem creditados, casas, e um pequeno plantel de escravos. Assim, de posse da herança, as duas irmãs vão morar em Paris e mais tarde ingressam nos negócios da bolsa de valores; a irmã de Eufrásia vem a falecer em 1899. A partir daí Eufrásia Teixeira Leite ingressou no mundo do capital financeiro, administrando sozinha todo o seu capital, prosperando grandemente em seus negócios, tendo grande sucesso como rentista e sendo pioneira de um portfólio de títulos e ações²¹, destacando-se dentre todos de sua família e das mulheres do seu tempo. Tendo herdado cerca de oitocentos contos de réis, faleceu com uma fortuna de aproximadamente oito mil contos de réis.

²² SOARES, Júlio C. F. *Mulheres fazendeiras e lavradoras numa economia cafeeira do Vale do Médio Paraíba*: uma introdução ao estudo de caso de Resende no século XIX. Artigo não publicado.

Júlio César Fidélis também trabalha com o caso de Dona Mathilde Umbelina de Castro Pompéia, dona da fazenda Bambu, cuja colheita chegava a 100 mil arrobas de café. Seu estudo mostra também mulheres comprando terra com cafezais ainda na primeira metade do século XIX, como o caso de Dona Florência Nogueira Leme que adquiriu terras ainda em 1804. O mais interessante é que através de uma lista nominativa, o autor encontrou 185 nomes de mulheres negociando terras e cafezais no período entre 1846 e 1858 na região de Rezende. É importante notar que nem todas essas são senhoras ricas:

Outro ponto que achamos curioso é tais mulheres hora serão citadas pelo seu nome sem qualquer qualificação, em outros momentos serão citadas como dona fulana de tal e em um terceiro momento vão ser identificadas como viúva de fulano de tal revelando assim uma outra visão da sociedade agrária brasileira do século XIX no que diz respeito as mulheres detentoras de bens seja ele por laços de matrimônio ou não.²³

Também destaco a análise percentual que Fidélis relata para o Médio Paraíba Fluminense e o Médio Paraíba Paulista para o ano de 1868. De todos aqueles considerados fazendeiros ou lavradores 5,46% são mulheres no Médio Paraíba Fluminense e 7,39% são mulheres no Médio Paraíba Paulista.²⁴ A partir dessas informações, Júlio Fidélis fez um levantamento percentual para Rezende entre os anos 1846 e 1885 usando os dados oriundos do Almanak Laemmert e encontrou uma distribuição percentual de mulheres proprietárias de terra na região vai de no mínimo 4,87% como no ano de 1885 até 13,37% de lavradoras como no ano de 1868.²⁵

Ainda entre essas pesquisas, Leila Alegrio realizou o trabalho mais abrangente nesse sentido, para o Vale do Paraíba.²⁶ Em artigo sobre as mulheres fazendeiras da região, Leila cita resumidamente a descrição documental de diversos nomes de mulheres que assumiram a direção de suas fazendas após viúvas ou mesmo solteiras, em todo o Vale, através da análise de processos judiciais, escrituras de compra e venda de terras e escravos, partilhas de bens, inventários, notícias em jornais do século XIX, etc. Vemos o caso de mulheres que herdaram uma quantidade de bens mediana após a morte de seus pais ou maridos, e em seus inventários post-mortem encontra-se um valor bem maior, como D. Maria Joaquina Vieira Manso, D. Maria Rita Soares de Souza, Sra. Rita Joaquina da Conceição e Sra. Cecília Breves Moraes Monteiro de Barros. Para citarmos um exemplo:

Outro caso surpreendente foi a recuperação do patrimônio de uma pequena sitiante de Vassouras, D. Porcina Maria da Luz Fonseca. Com o falecimento,

²³ Ibid., p 6.

²⁴ Ibid., p 10-12.

²⁵ Ibid., p 12-13.

²⁶ ALEGRIO, Leila V. *O café, o Vale do Paraíba e a mulher fazendeira*. Op. Cit.

*em 1860, de seu marido, os bens do casal foram avaliados em 27:800\$000 e as dívidas somavam 27:026\$622, restando-lhe, portanto, para partilhar com seus dois filhos menores (de seis e dois anos), apenas a quantia de 386\$689. Ao falecer, D. Porcina, em 1882, sua fortuna alcançava o valor de 8:834\$300. É difícil imaginar o que teria feito esta senhora para sobreviver e criar seus dois filhos.*²⁷

Também há casos de mulheres citadas como capitalistas pelo Almanak Laemmert, como Rosa Maria Joaquina em Piraí e de mulheres que ajudaram na construção da Estrada de Ferro em Vassouras, como D. Zeferina Adelaide dos Santos Werneck. Cita-se também mulheres que alcançaram altos títulos de nobreza, mesmo após a morte de seus maridos, como D. Mariana Claudina Barrozo Pereira, que de Viscondessa passou a Condessa do Rio Novo, recebendo esse título bastante tempo após a morte de seu marido, o Visconde do Rio Novo, e de D. Bernardina Alves Barbosa, casada com o segundo Barão de Santa Justa, a qual passa de Baronesa para o título de Viscondessa de Santa Justa. É um trabalho documental interessantíssimo o qual nos mostra o quanto a visão que tais mulheres eram alienadas dos negócios da fazenda, está errada. Como cita a pesquisadora:

*À medida que surgem novos estudos sobre o tema, torna-se difícil acreditar que a mulher tenha sido mesmo este ser tão submisso, apesar de todas as restrições, de todas as convenções sociais e leis que lhe eram impostas. Embora a sujeição feminina tenha sido evidente pela estrutura social em que viviam, a subordinação ao homem não deve ser considerada o único princípio da estrutura social brasileira do século XIX.*²⁸

Ainda destaco o trabalho de Antônio Jackson da Silva²⁹ que de forma semelhante aos citados aqui, aborda o caso de diversas mulheres fazendeiras, porém detidamente na cidade de Piraí, vizinha de Valença. Em seu artigo, ele procura mostrar uma discrepância entre aquilo que se entendia como o papel ideal das mulheres ou um “papel próprio de seu sexo e qualidade” e aquilo que se operava na realidade. Através do estudo de cartas, inventários, processos judiciais e consultas no Almanak Laemmert, o autor mostra casos de mulheres que foram donas de fazendas e capitalistas na Vila de Piraí entre 1848 e 1869.³⁰ Ao final, Silva

²⁷ Ibid., p 456.

²⁸ Ibid., p 454.

²⁹ SILVA, Antônio M. J. F. da. *Próprias de Seu Sexo e Qualidade*. In: Revista Médio Paraíba, n° 001 – Agosto de 2008, Volta Redonda - RJ – Disponível em: <http://www.medioparaiba.com.br/edicoes/001082008/artigo001.pdf>.

³⁰ Dentre as mulheres que Silva estuda como tendo alcançado autonomia destacam-se Rosa Maria Joaquina, dona de duas fazendas (uma comprada após viúva) e que se tornara capitalista, mostrando enorme riqueza que construiu mesmo após a sua viuvez, tornando-se uma das mais ricas da cidade naquele momento, mostrando que possuía “capital suficiente e percepção empresarial” para o tempo em que vivia. (Ibid., p 5).

Em relação às ditas “capitalistas” mostra também que houve outras como Jesuína Teixeira Leite em Vassouras, e Carolina Silveira Ferreira e Iria Umbelina Vieira Guião em Valença. Cita também diversos nomes de mulheres constadas como donas de duas fazendas ou mais, obtidas em diferentes momentos de sua administração após viúvas: Alda Maria Nogueira de Castro, Anna Rodrigues Dias, Felicidade Perpétua do Amor Divino, Josepha

conclui que existe um distanciamento entre o “discurso patriarcal e a prática profissional de parte das mulheres na Vila de Pirai na segunda metade do século XIX”.³¹ Em contrapartida, cita outros casos de mulheres estritamente restritas ao papel tradicional atribuído à mulher, como boa mãe e boa dona de casa, e ainda mostra que socialmente, as fazendeiras ditas independentes também se rendiam “socialmente” às regras “próprias do seu sexo e qualidade”, como dito na época. Em suas palavras:

*Se na esfera econômica ocorre isonomia, inclusive por não se identificar nenhuma espécie de preconceito ou exclusão, pouco importando a área de atuação da mulher – e os casos das capitalistas e fazendeiras são contundentes nesse sentido -, a esfera social funciona com regras próprias e independentes do dia-a-dia da sobrevivência material.*³²

Citando o exemplo de Valença, cidade na qual se insere este trabalho, ainda não existe estudo algum sobre a questão para a região durante o Oitocentos. Rachel Soihet em estudo breve sobre a história das mulheres cita que “a escassez de vestígios acerca do passado das mulheres, produzidos por elas próprias, constitui-se num dos grandes problemas enfrentados pelos historiadores”.³³ Vimos aqui então, no tocante ao Vale do Paraíba, que não se dá a mesma escassez de fontes, pelo contrário, nos chama atenção o fato de ser vasta a documentação encontrada de tais fazendeiras, no Arquivo Nacional, no centro de documentação histórica de Vassouras (CDH-USS), no Arquivo Histórico da cidade de Pirai, no Museu da Justiça, etc. Ou seja, a documentação referente ao passado do Médio Paraíba e, no tocante a estas, pode estar espalhada, mas não está perdida e também já foi catalogada por pesquisadores da região.³⁴

Relatamos aqui o protagonismo de diversas mulheres na região do Vale do Paraíba, através de inúmeros estudos realizados até então. Mulheres que dirigiam fazendas, lidavam com escravos, compravam terras e cafezais, eram tutoras de seus filhos, auxiliadoras de seus maridos, etc. Porém, ao analisar detidamente a situação da mulher na classe senhorial, precisamos ter cuidado com o excesso de protagonismo ou heroísmo em cima da figura feminina. As novas abordagens sobre a questão feminina procuram trazer um olhar histórico que possa abranger uma totalidade da atividade feminina sem se prender a enfoques onde a mulher é sempre vítima de uma sociedade cruel ou é uma “super personagem” da mesma.

Maria de Jesus, Maria Joaquina da Conceição, Maria Luiza de Miranda, Anna de Moraes Costa, Maria Pimenta de Almeida Breves (dona de nove fazendas), etc. (Ibid., p 8).

³¹ Ibid., p 14.

³² Ibid., p 15.

³³ SOIHET, Rachel. Op. Cit. p 295.

³⁴ O professor Adriano Novaes (CDH – Fundação Dom André Arcoverde; INEPAC) desenvolveu um trabalho de procura, pesquisa e catalogação destas fontes documentais que está registrado com ele no Centro de Documentação Histórica do Centro de Ensino Superior de Valença (CDH-CESVA).

Como cita Rachel Soihet, “Surge daí a importância de enfoques que permitam superar a dicotomia entre a vitimização ou os sucessos femininos, buscando-se visualizar toda a complexidade de sua atuação”.³⁵ Logo, aquilo que no início foi o pontapé para estudarmos, dentre todos estes nomes, a D. Maria Izabel de Jesus Vieira - a abundância de fontes sobre esta e a possibilidade de circunscrever sua história, sua família e sua rede de sociabilidade - nos moveu nessa direção pela qualidade, quantidade e a originalidade das fontes, bem como o papel empreendido por essa mulher na sua família e região.

Como demonstra o trabalho de Mariana Muaze citado aqui, a perspectiva vigente era patriarcal onde a condição de obediência da mulher ao marido predominava. Os espaços de atuação femininos e masculinos dentro da família eram distintos, mas havia uma correlação de forças na qual a mulher casada tinha espaço de participação, mas não de primazia. A questão é que havia uma atuação feminina de importância para o funcionamento da fazenda e a organização da família, mesmo que sobreviva uma lógica patriarcalista na qual existiam valores que pregavam a desigualdade entre homens e mulheres, e o controle do patriarca sobre os outros membros do núcleo familiar. A viuvez era um espaço de diferenciação permitido no interior da lógica patriarcal; estas mulheres não se colocavam, em momento algum, como superiores à figura masculina e nem independentes desta, mas seu novo status social lhe dava maior autonomia. Observaremos esses aspectos ao longo de nosso estudo.

Reflexões sobre a família senhorial

Para entendermos o lugar da mulher oriunda das famílias senhoriais no século XIX, precisamos compreender que tipo de família era esse, qual a sua importância dentro de um contexto nacional e como se configurava na sociedade. De início, percebemos que ela se configurava dentro de uma lógica patriarcal que já se apresentava diferente do patriarcalismo clássico. Quando abordamos o conceito de patriarcalismo, trazemos um arcabouço de décadas de debates historiográficos desde que este foi cunhado e difundido por Gilberto Freyre ainda em 1920. O conceito de patriarcalismo, tradicionalmente, remete às sociedades clássicas, onde já podemos ver a relação entre a família patriarcal e o Estado.³⁶ Esta família patriarcal não se caracteriza nos moldes da família nuclear moderna, mas na união entre um dono e sua propriedade privada. Desta forma, a família é a relação entre o proprietário e sua propriedade, estando inclusos tudo o que lhe pertence, como esposa, filhos, escravos, gado, terras, etc. No

³⁵ SOIHET, Rachel. Op. Cit., p 278-279.

³⁶ ALMEIDA, Ângela Mendes de. *A família Patriarcal*. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de. *Mães, esposas, concubinas e prostitutas*. Seropédica: EDUR, 1996, p 13-15.

topo desta configuração social encontra-se o proprietário, o *pater familia*, que reúne em suas mãos o poder e o controle sobre toda a sua propriedade (o que inclui os seres humanos que dela fazem parte), tendo estes que lhe prestar obediência e submissão, numa relação desigual e coercitiva, onde o *pater* tem liberdade despótica para agir de acordo com sua vontade. Segundo Ângela Mendes, essa família patriarcal está ligada em sua origem à instituição da escravidão como propriedade da vida humana, bem como, ao lado da desigualdade natural dos seres humanos, e à desvalorização absoluta do trabalho manual.³⁷ De certa forma, a mentalidade que acompanha este tipo de formação social estará presente nas famílias senhoriais brasileiras, como vemos na citação de Antônio de Moraes e Silva, em seu dicionário de 1823, que define família como “as pessoas que se compõem a casa, e mais propriamente as subordinadas aos chefes, ou pais de família”,³⁸ mostrando assim, uma definição bem próxima desta família patriarcal clássica. Esta concepção de família é empregada de forma semelhante a que os romanos utilizavam-na, onde o “significado da palavra englobava não só filhos, parentes e criados, como também escravos de uma propriedade rural”.³⁹

Freyre, a partir desta perspectiva, desenvolverá seus principais estudos nesta base ideológica patriarcal. Todavia, a leitura de seus livros, o trabalho dos comentadores de sua obra e de outros historiadores, acabou por criar uma visão tradicional daquilo que poderia se chamar visão da “família do grande proprietário rural ou até mesmo a visão tradicional da “família brasileira”.⁴⁰ Nessa visão temos um patriarca comumente branco, proprietário de um grande engenho ou fazenda, dono de escravos, que reúne em sua casa-grande esposa, filhos legítimos e ilegítimos, parentes, agregados, concubinas não brancas, etc. Este exerce poder sobre todos, numa relação de diferenciação social um tanto violenta, porém ao mesmo tempo paternalista. Sua estrutura familiar é “patriarcal, extensa, complexa e poligâmica”.⁴¹ Essa é, resumidamente, a visão clássica, atribuída a Gilberto Freyre, de exemplo de família brasileira. A família patriarcal reuniria em si toda a sociedade, ou seja, o elemento dominante (o senhor e sua família nuclear), os elementos “intermediários” (bastardos, dependentes e escravos

³⁷ Ibid., p.17.

³⁸ MORAES E SILVA, Antônio de. *Diccionario da língua portuguesa*. Lisboa, Typ. De M.P. de Lacerda, 1823. Apud BARICKMAN, B. J. *E se a Casa-Grande não fosse tão grande? Uma Freguesia açucareira do recôncavo baiano em 1835*. Revista Afro-Ásia, 29/30 (2003), p 118.

³⁹ BARICKMAN, B. J. *E se a Casa-Grande não fosse tão grande? Uma Freguesia açucareira do recôncavo baiano em 1835*. Revista Afro-Ásia, 29/30 (2003). p 118.

⁴⁰ Ibid., p 81.

⁴¹ Ibid., p 82.

domésticos) e a última escala da hierarquia, os escravos da lavoura.⁴² Independentemente desta visão criada a partir dos estudos de Freyre, para este, “a definição de família patriarcal se baseava na relação entre desiguais: pais e filhos, homem e mulher, branco e negro, senhor e escravo, senhor e agregado [...]”.⁴³ Nisto, vemos uma ambígua relação de distância e segregação e, ao mesmo tempo, proximidade e intimidade; esta última na forma de protetorado pessoal que esse exerce sobre parentela e escravos. A proteção do patriarca é “pessoalíssima”, sendo uma extensão da sua vontade e das suas emoções.

Todavia, a partir da década de 1980 vemos um dos momentos de grande discussão sobre o tema do patriarcalismo na historiografia brasileira. Nesse período há uma preocupação dos estudiosos em contestar esta ideia de predomínio de uma família patriarcal sobre todo o território brasileiro, ou que esta fosse um padrão para conhecer o passado da família brasileira. Os métodos da demografia histórica influenciaram historiadores e antropólogos, e nesta linha, estudiosos como Iraci Del Nero da Costa, Eni Mesquita Samara e Maria Luiza Marcílio começam uma reavaliação de questões ligadas às estruturas demográficas e composição dos domicílios durante o Brasil Colônia, privilegiando as regiões de São Paulo e Minas Gerais⁴⁴. Um dos questionamentos mais sistemáticos foi lançado pela antropóloga Mariza Corrêa, ao afirmar que

*a história das formas de organização familiar no Brasil tem-se contentado em ser a história de um determinado tipo de organização familiar e doméstica - a família patriarcal - um tipo fixo onde personagens, uma vez definidos, apenas se substituem do decorrer das gerações, nada ameaçando sua hegemonia, e um tronco de onde brotam todas as outras relações sociais.*⁴⁵

Essa crítica, compartilhada por outros historiadores, vinha da noção de que em outras regiões coloniais, o modelo de organização familiar patriarcal e extenso não caracterizava a experiência da maior parte da população. Tais dados demonstravam a existência generalizada de elementos “não-patriarcais”, mais próximos da atual família conjugal, bem como uma variedade de formações familiares diferentes da família do senhor de engenho.⁴⁶ Diversos trabalhos demográficos provaram que, em São Paulo, no sul do país e em algumas paróquias

⁴² SOUZA, Jessé. *Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 12(1): 69-100, maio de 2000, p 75.

⁴³ MUAZE, M. A. F. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil Oitocentista (1840-1889)*. Tese (Doutorado) - Centro de Estudos Gerais/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006, p 11.

⁴⁴ MUAZE, M. A. F. *O Império do Retrato*. Op. Cit., p 18.

⁴⁵ CORRÊA, Mariza. *Repensando a família patriarcal brasileira*. In: ARANTES et al., *Colcha de Retalhos*, 3ª ed., Campinas: UNICAMP, 1994. p 15.

⁴⁶ ALMEIDA, Ângela Mendes de. *Notas sobre a família no Brasil*. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de et al. *Pensando a Família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo - UFFRJ, 1987, p 53-54.

mineiras, tal família extensa e patriarcal não foi predominante: a maioria das famílias não era de estrutura numerosa ou formada por parentes de duas ou mais gerações, agregados, escravos, etc.⁴⁷

Porém, outro grupo de historiadores, sobretudo do campo da história da família, têm resgatado o conceito de família patriarcal de Freyre, e, entrando neste debate, defendem a utilização do mesmo ou reinterpretem o modelo gilbertiano de forma positiva. Nossa concepção de patriarcalismo está pautada sobre essa série de discussões atuais, que recuperam o modelo patriarcal inicialmente elaborado pelos estudos de Gilberto Freyre, avançando diante das novas descobertas no campo da pesquisa e da metodologia da história da família no Brasil. Destaco a tese de Silvia Maria Brugger,⁴⁸ na qual a autora defende a existência do patriarcalismo em Minas Gerais, tanto na colônia, quanto no Império. Em todo trabalho a autora enxerga formas e características patriarcais na sociedade mineira em diferentes regiões e tempos. Ela afirma que o sentido que o termo patriarcalismo está sendo empregado, tem levado a confusões e a refutação do mesmo. Para a autora, o termo encontra-se relacionado diretamente ao domínio masculino sobre a família, além deste poder se manifestar no espaço doméstico (a esposa, filhos, escravos e possíveis agregados), mas se desdobrando no universo político. Porém, o poder absoluto não era do “patriarca-indivíduo”, mas sim da família. Logo, as pessoas se pensavam mais como membros de uma família, do que como indivíduos, aspecto primordial da lógica familiar patriarcal.⁴⁹

Cacilda Machado, analisando relações entre homens e mulheres livres na freguesia de São José dos Pinhais, região do Paraná, concluiu que os dados encontrados sobre a composição dos domicílios estariam indicando a existência de uma lógica “patriarcalista”.⁵⁰ A historiadora analisou as relações entre homens e mulheres livres, não advindos das elites. Discordando em determinado ponto com Brugger, para Machado, considerar o patriarcalismo de Freyre

⁴⁷ MUAZE, M. A. F. *O Império do Retrato*. Op. Cit., p.20.

⁴⁸ BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal – família e sociedade (São João Del rei, séculos XVIII e XIX)*. Tese (doutorado) - UFF, Niterói, 2002.

⁴⁹ Ibid., p. 50-53. A autora conclui sua tese expondo a seguinte observação:

“Para finalizar, creio que, tomando o conceito de patriarcalismo como referido a um sistema de valores, que coloca a família no centro da ação social, e não como mero sinônimo de família extensa, ligada à composição do domicílio, não se pode negar a sua presença em Minas, no século XVIII e na primeira metade do XIX. Alguns poderiam preferir rotular essa realidade como “familiar”, ao invés de patriarcal, fugindo, assim, à controvérsia sobre o conceito. A mim me parece não haver motivos para rejeitar um termo consagrado na historiografia, desde que se precise o sentido em que está sendo empregue. Além do mais, se nenhum outro motivo houvesse para mantê-lo – o que não me parece ser o caso, como procurei demonstrar ao longo da tese – creio que seria suficiente alegar-se o respeito e a homenagem a Gilberto Freyre, com certeza um dos estudiosos que maior contribuição legou para a compreensão da sociedade brasileira.” (Ibid., p 372).

⁵⁰ MACHADO, Cacilda. *A trama das Vontades*. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p 98.

*apenas como um conjunto de valores e práticas que coloca a família no centro da ação social, ou como ideal disciplinador, presente nos diversos ambientes escravistas do Brasil ao longo de toda a sua história, não é útil para a ampliação do conhecimento. Apreendido de uma ou de outra maneira, o patriarcalismo se torna um conceito genérico de dominação que pouco ou nada esclarece acerca de contextos e agentes sociais específicos.*⁵¹

Para a autora, o patriarcalismo freyreano tem a grande força teórica porque sintetiza “a arquitetura do poder gestado no conjunto de relações que ligava os principais chefes da elite econômica aos seus familiares, aos seus (muitos) escravos e à população de livres pobres que habitava seus domínios e entorno”.⁵² Ou seja, o modelo patriarcal se torna válido, pois mostra a diferenciação social e a hierarquização dessa sociedade sendo reproduzida tanto pela elite, quanto pelos livres pobres e até pelos escravos. Cacilda observa também que o patriarcalismo não é um modelo dominante no sentido de ter sido construído pela classe ou estamento dominante e depois imitado pelos demais grupos. Ele é dominante porque foi construído por todos os grupos, isto é, as relações patriarcais são um produto das relações entre os grupos e, por isso, torna-se amplamente compartilhado. Assim, naquele vilarejo de gente pobre, basicamente pautado no trabalho familiar, Machado observou que todos os grupos sociais guiavam suas condutas por uma lógica de relações de poder e diferenciação social de conformação escravista e patriarcal, a qual determinava uma específica constituição hierarquizada aos domicílios do vilarejo.⁵³

Mariana Muaze também utiliza o conceito de patriarcalismo para entender a família senhorial oitocentista, bem como as redes de poder que estabeleciam, a hierarquização e a desigualdade social que a mantinha num determinado patamar de poder. Observa também que, durante o século XIX, a forma patriarcal de vivência entre as famílias da classe senhorial, sofrerá uma mudança, uma ressignificação, pela convivência com o novo *habitus* civilizado em formação. A violência e o autoritarismo pressupostos para a manutenção de hierarquias no interior deste núcleo familiar patriarcal se mantêm, mas passam a conviver com outros valores tais como: higiene, amor romântico, ascensão do indivíduo. Assim, as relações internas entre seus membros são remodeladas cotidianamente. Nesse novo *habitus*

*[...] o antigo páter-famílias fora transformado em cidadão e pai extremoso, a quem cabiam a preservação do patrimônio, a supervisão do lar e a preocupação com a educação e a instrução dos filhos.*⁵⁴

⁵¹ Ibid., p 73.

⁵² Ibid. Ibidem.

⁵³ Ibid., p 75-80.

⁵⁴ MUAZE, M. A. F. *As memórias da Viscondessa*. Op. Cit. p 205.

A mulher também será valorizada como mãe e mantenedora da ordem da casa. Deveria ser capaz de cuidar da saúde e educação dos filhos, organizar suas escravas domésticas, verificar as necessidades da casa em termos de comida, mobílias, utensílios, receber de forma agradável e conveniente as visitas (as quais eram oportunidades de manter ou estabelecer novas redes de poder) e também visitá-las. Há mais liberdade para atuação da figura feminina, no entanto, a figura central na direção da casa, da fortuna, da riqueza, do cabedal político familiar, continua sendo o homem (o pai, o marido), pois estas são responsabilidades ligadas ao universo masculino por excelência. A supremacia masculina é afirmada tanto em situações públicas (que colocava o homem como o gerenciador dos bens femininos e seu responsável diante da sociedade), quanto privadas (nas infinitas relações nos interiores das casas e famílias). Ao longo do século XIX, os valores patriarcais já estão internalizados nas famílias e indivíduos que compõem essa fração da classe senhorial. Dessa forma, mesmo com uma nova visão ou ideal de mulher no Oitocentos, Muaze mostrará que a superioridade masculina é algo comumente aceito, internalizado, sem que sofra restrições ou resistências: “a vontade masculina se impunha à feminina sem contestação, o que prova a manutenção de um padrão de autoridade patriarcal, mas que já se apresentava com outras feições”.⁵⁵

A família oitocentista nessa visão “sobreviveu enquanto cânone fundador que conjugava patrimônio, riqueza, parentela e valores patriarcais”.⁵⁶ As famílias das classes senhoriais reproduziam internamente, uma estratégia do próprio Estado imperial, que buscava conciliar valores ambíguos como modernidade e ideal aristocrático, liberalismo e escravidão, o indivíduo e a família patriarcal. Assim, essa família senhorial experimenta uma ambivalência de valores, onde estava em jogo

*uma constante negociação entre o sujeito e a comunidade familiar que ora tendia a ressaltar os códigos de representação individual, circunscritos ao modelo nuclear de família, ora tendia àqueles que favoreciam a parentela como cânone social essencial.*⁵⁷

Também ressaltamos aqui que o conceito da autora sobre patriarcalismo passa pela lógica da *família extensa*, na qual a família ultrapassa o círculo restrito da vida privada, passando pelo círculo de relacionamento parental alargado - parentes não nucleares, incluindo parentes distantes geograficamente e sem descendência direta (a união entre duas famílias distintas torna aqueles indivíduos pertencentes a esses dois grupos parentes) - e chegando à

⁵⁵ Ibid., p. 137.

⁵⁶ Ibid., p. 121.

⁵⁷ Ibid., p 147-148.

vida pública. A parentela adquire uma importância fundamental nessa conformação familiar, pois busca-se através dela o fortalecimento da casa.⁵⁸ Os integrantes desse grupo compartilhavam um universo de valores, dentre os quais se valorizava o número de componentes da família, a riqueza, a antiguidade entre os pares, o prestígio, para que se pudesse perpetuar o seu grupo. A manutenção dessa família extensa é manutenção da sua própria sobrevivência. Logo:

*A família oitocentista seria, portanto, aquela que, apesar de se organizar de uma forma mais reduzida, muitas vezes tendo, em essência, pai, mães e filhos, ainda se mantinha atrelada às solidariedades da família extensa, que se estendiam ao poder e à política locais, aos empréstimos de dinheiro, à prestação de favores, às obrigações recíprocas, aos casamentos endogâmicos, etc.*⁵⁹

Outro aspecto que destaco é que o grupo que aqui estamos denominando *família senhorial oitocentista* é aquele composto pela classe senhorial imperial brasileira, de acordo com o termo cunhado por Ilmar de Mattos.⁶⁰ A classe senhorial é uma formação histórica particular formada pelos grandes proprietários de terras e escravos, conformados na zona cafeeira da Bacia do Rio Paraíba do Sul, na província do Rio de Janeiro e englobando regiões das províncias de Minas Gerais e São Paulo.⁶¹ Essa classe exerceu um domínio nacional, organizado a partir do Estado Imperial afirmando uma “ordem social e econômica em que a escravidão foi o denominador comum”.⁶² Essa classe também expressou o predomínio político específico de uma facção no interior do partido conservador, denominado de saquaremas fluminenses, estritamente ligados com os proprietários rurais da região.⁶³ Além do domínio político - pois o processo de construção do Estado Imperial e a constituição dessa classe senhorial são processos estritamente imbricados⁶⁴ e a instituição monárquica estava solidamente ancorada no apoio e favorecimento dessa classe de fazendeiros fluminenses⁶⁵ -, e do domínio econômico, pois essa classe representava os interesses de ricos proprietários rurais cafeeiros, apresentava também um domínio sociocultural, pois nas palavras de Ricardo Salles:

⁵⁸ Aqui o conceito de casa ou casa familiar “pode ser interpretado tanto como lugar de habitação, domicílio doméstico, quanto família entendida como indivíduos que a compõem”. In: MUAZE, M. A. F. *As memórias da Viscondessa*. Op. Cit. p 144.

⁵⁹ MUAZE, M. A. F. *As memórias da Viscondessa*. Op. Cit. p. 205.

⁶⁰ Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

⁶¹ SALLES, Ricardo Henrique. *O Império do Brasil no contexto do século XIX*. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. Almanack. Guarulhos, n.04, p.5-45, 2º semestre de 2012. p 6.

⁶² Ibid. Ibidem.

⁶³ Ibid., p 8.

⁶⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit., p 2-4.

⁶⁵ SALLES, Ricardo Henrique. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX: Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008. p 55.

*Nesse sentido, a classe senhorial implicou uma cultura e um ethos, isto é, comportamentos, modos de ver, valores, identidades, lugares sociais, que delimitaram espaços de redes de poder ancorados nesse conjunto histórico.*⁶⁶

Assim, o grupo que aqui chamamos de *família senhorial oitocentista*, representa as famílias dos fazendeiros cafeicultores e escravistas de Valença e ainda de todo o Vale do Paraíba, a qual era extremamente importante para a política do Estado brasileiro, já que fazia parte da classe senhorial do Império. Na sua estrutura configurava-se através de numa nova forma de patriarcalismo, conforme vimos nas discussões de Mariana Muaze, aonde a violência no seio da família como forma principal e unânime de afirmação do patriarca vem sendo relativizada por outros valores como o do bom pai, que se preocupa com a educação e o cuidado dos filhos, e do bom cidadão, exemplar em sua vida pública. Também, como fator característico do século XIX no Brasil, tal família vive um processo de ambiguidade característico: de sua conformação patriarcal em convivência acentuada com os novos valores burgueses e com a escravidão. É uma família a qual ao mesmo tempo em que se conforma em um núcleo, se vê como extensa, na união dos diversos núcleos de sua parentela, sendo composta por indivíduos que se pensam mais como membros de uma família do que propriamente como indivíduos. Porém, o poder masculino continua sendo central, todavia havendo a possibilidade da mulher ou filhos assumirem as funções restritas ao papel do antigo *pater familia*, na impossibilidade ou ausência deste.

O poder exercido pelo chefe familiar e pelos membros do grupo caracteriza-se pela hierarquização social, o desequilíbrio de forças e uma relação entre desiguais; o patriarcalismo encontra-se difundido por toda sociedade como produto das relações entre todos os grupos, sendo amplamente compartilhado entre escravos, livres e os indivíduos das classes mais abastadas. A coerção ainda está presente sobre todos os agregados da casa e fazenda, mas em um vínculo íntimo; mesmo que a relação entre senhores e escravos seja violenta é também íntima e paternalista. A família e a propriedade atrelam-se fazendo com que a manutenção destas, bem como sua expansão, seja o objetivo de todos os membros.

Por fim vemos a importância de estudarmos este tipo de família, em primeiro lugar para se compreender a trajetória da família senhorial oitocentista no Brasil, somando forças no intuito de entender as diversas formações familiares que participaram da construção histórica do país como o vemos hoje. Trabalhar com famílias oriundas da classe senhorial é fundamental para compreensão da História da Família, da História Regional e da História Social de determinado lugar. Isto porque, essa configuração social específica mostra-se

⁶⁶ Ibid., p 53.

significante para se compreender uma parcela da política imperial brasileira que se estruturava através das tais. É um ponto de partida para entendermos o desenvolvimento, solidez, compatibilidade com o sistema político vigente, os reflexos e sua influência no controle da política e administração do Estado Imperial, pois como vimos, essa família faz parte da classe senhorial que participou da consolidação e direção do Império no Brasil. Como menciona Mariana Muaze:

*O estudo das estratégias individuais e das estratégias familiares de membros da classe senhorial pode oferecer uma outra chave de compreensão das relações entre Estado e famílias, entre poder nacional e poder local, entre público e privado, no Brasil oitocentista. Além de proporcionar um conhecimento mais profundo sobre o próprio funcionamento de seus núcleos familiares.*⁶⁷

Na região que abrange o Vale do Paraíba, o estudo de suas elites e das famílias que a compunham geralmente é realizado por genealogistas. Torna-se imprescindível que os historiadores se apropriem deste tema, no intuito de ampliar o conhecimento sobre estes grupos privilegiados, compreendendo sua relevância histórica em termos políticos, econômicos e sociais, tanto no âmbito da construção das histórias regionais, como nacionais. Este movimento implica no uso de metodologias diferenciadas de análise das fontes que o olhar do historiador pode oferecer.

A microanálise como proposta metodológica

A vida de Maria Izabel de Jesus Vieira, não é nada menos que o exemplo de possibilidade de transformação ou adaptação da realidade social, de acordo com estratégias próprias para sua sobrevivência e de seu clã. Como citado aqui, o modo de atuação na sociedade específica em que ela viveu trouxe-nos um estranhamento que levou-nos a indagar o significado disto para aquele tempo, levando à produção de nossa pesquisa. Perguntamos que caso excepcional seria este, dada a visão que a historiografia até então impunha à mulher oriunda da classe senhorial no Vale. Porém, ao estudarmos as pesquisas recentes detidamente na região, observamos diversos casos semelhantes, mostrando que nosso objeto não é tão excepcional assim. Isso nos remete à concepção de Edoardo Grendi sobre os dados que aparentemente se mostram excepcionais em determinada pesquisa ou ideia histórica, que o levaram a propor o conceito de *excepcional-normal*: “o testemunho-documento pode ser excepcional porque evoca uma normalidade, uma realidade tão normal que ela permanece

⁶⁷ MUAZE, M. A. F. *O Império do Retrato*. Op. Cit. p 9.

habitualmente calada”.⁶⁸ Assim, o “excepcional” se tornaria “normal”. Nesta concepção a fonte dita excepcional pode revelar indícios de uma realidade oculta, ainda não conhecida aos olhos do historiador. São dados estatisticamente não frequentes muitas vezes descartados na pesquisa histórica por baterem de frente com determinada visão, ou não se encaixarem em concepções determinadas em uma pesquisa. Segundo as palavras de Carlo Ginzburg esse tipo de documento “pode ser muito mais revelador do que mil documentos estereotipados”.⁶⁹ De acordo com Ginzburg, dados aparentemente excepcionais ou negligenciáveis podem trazer sintomas ou indícios muito frutíferos da realidade histórica, se tratados de forma correta pelo historiador. Para ele o conhecimento histórico seria “indireto, indiciário, conjectural” e, caso a realidade seja “opaca”, estes sinais e indícios permitem decifrá-la.⁷⁰

De tal modo, consideramos nossa fazendeira um caso *excepcional-normal*, o qual no início parecia excepcional, porém através da observação de outras novas pesquisas vimos que é normal; é um caso revelador de como aquela sociedade patriarcal e escravista poderia absorver a figura feminina no topo da sua organização e também um exemplo de como o indivíduo pode transformar a realidade vigente sendo ativo na atuação histórica, através de atitudes e estratégias bem desenvolvidas – uma chave de entendimento ou de alcance de como aquela sociedade funcionava em seu cotidiano no tocante à família senhorial oitocentista, ou, em outras palavras, um espia ou indício “de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer”.⁷¹

A escolha de estudar a vida de Maria Vieira - evidenciando um trabalho em escala de análise micro -, ao invés de estudarmos todos os casos aqui relatados ou uma grande fatia destes, justifica-se pela escolha de uma metodologia que permita uma leitura mais densa e mais rica dos fatos, possibilitando a visualização da multiplicidade dos elementos sociais e da complexidade da realidade social. A quantidade e qualidade das documentações envolvendo sua vida e família, nos permitem realizar um trabalho produtivo nesse sentido. Pretendemos demonstrar através da figura desta fazendeira os espaços nos quais ela poderia atuar, as estratégias de econômicas, políticas e sociais que ela poderia criar, bem como os contextos diversos que nossa personagem estaria inscrita para compreendermos a totalidade de sua

⁶⁸ GRENDI, Edoardo. *Repensar a Micro-História?* In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p 257.

⁶⁹ GINZBURG, Carlo. *O nome e o Como*. Troca desigual e mercado historiográfico. In. GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. p 176-177.

⁷⁰ GINZBURG, Carlo. *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*. In: ____; *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 177.

⁷¹ GINZBURG, Carlo. *O nome e o Como*. Op. Cit., p 177.

atuação histórica e empreendermos uma concepção geral possível da sociedade em que esta vivia.⁷²

A historiadora Mariana Muaze, como já citado aqui, optou pela microanálise ao desenvolver seu estudo sobre as famílias da classe senhorial oitocentista. Circunscreveu seu trabalho em uma região específica, o Vale do Paraíba Fluminense, numa cidade específica, Vassouras e abarcou uma família específica, os Ribeiro de Avellar. Sobre essa escolha ela justifica que:

*[...] a singularidade e a especificidade dos Ribeiro de Avellar estão circunscritas nos limites da cultura do próprio tempo e do próprio grupo social, sendo possível o estudo das famílias da classe senhorial do Império através da microanálise de tal núcleo em particular. Dessa forma, esta pesquisa contribui, sob uma nova perspectiva, para refletir sobre as relações entre Estado e famílias, poder nacional e poder local, público e privado, no Brasil oitocentista.*⁷³

Assim, através de uma microanálise da vida de Maria Izabel de Jesus Vieira, mapearemos este universo de mulheres fazendeiras que obtiveram sucesso quando sucederam seus pais ou maridos na administração de suas fazendas e deste modo buscaremos compreender melhor a figura, o papel e a atuação da mulher na sociedade valenciana Oitocentista. Como ela pertenceu a uma família oriunda da aristocracia escravista e cafeeira, nosso estudo dará conta das mulheres pertencentes a esta classe em Valença. A redução da escala é um procedimento analítico frutífero, a partir do momento em que funcione como ponto de partida para um movimento em direção à generalização.⁷⁴ Pretendemos com este caso descortinar temas importantes sobre a família no século XIX, bem como repensar o patriarcalismo vigente naquela configuração social e os espaços de atuação feminina na vida política, social e econômica desta sociedade aristocrática oitocentista. Objetivamos estudar apenas essa figura, pois através da redução da escala podemos perceber o jogo de relações de poder que esta mulher está envolvida, bem como toda a complexidade das relações sociais que envolvem ela e sua família. Uma escala de análise “micro” permitirá uma leitura mais

⁷² Sobre a importância da micro-história nos estudos sobre a história da família ver: SCOTT, A. S. V. *As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 51, p. 13-29, jul./dez. 2009. Editora UFPR. Segundo ela: “[...] foi fundamental a contribuição teórico-metodológica advinda da micro-história e da proposta de redução da escala de abordagem, que procura fazer sobressair o comportamento social dos atores históricos. [...] Essa perspectiva apresenta-se como um campo rico de investigação, especialmente se admitirmos que toda ação social é resultado de escolhas, de decisões do indivíduo e do grupo familiar; por isso mesmo, implica numa constante negociação e, por que não dizer, manipulação, diante de uma realidade normativa que oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais.” (Ibid., p 14).

⁷³ MUAZE, M. A. F. *As memórias da Viscondessa*. Op. Cit. p 12.

⁷⁴ LEVI, Giovanni. *Sobre a Micro-história*. Op. Cit. p 137.

densa e mais rica, possibilitando a visualização da multiplicidade dos elementos sociais e da complexidade da realidade social.

Logo, nossa dissertação acompanha os atuais estudos sobre a história da família no Brasil, bem como as novas pesquisas sobre a atuação feminina nesta parcela da classe senhorial composta pelos fazendeiros escravistas e suas famílias. Nesses estudos, cada vez mais se destacam os exemplos de diversas senhoras da classe senhorial que atuaram com certa liberdade e independência no controle dos negócios de suas famílias, a partir da viuvez. Assim, objetivamos mostrar a possibilidade de autonomia da mulher em meio à família senhorial oitocentista. O patriarcalismo ao longo do século XIX sofre ressignificações, sendo construído de forma diferente daquele patriarcalismo na época colonial. Essa nova construção do patriarcalismo ao longo do Novecentos se dá pela introdução de novos valores como o papel da criança, o papel do bom pai, o papel do bom cidadão, no seio da família oitocentista. Isto permitiu uma nova convivência entre família, não tão somente baseada na violência e coerção física do pater-famílias para sua afirmação como autoridade máxima em sua família e na sua convivência em sociedade. Veremos que estas ressignificações permitirão a ampla atuação de Maria Vieira autonomamente em sua sociedade e isto nos dará uma chave para perceber esta construção patriarcal na sociedade Imperial. Assim, partindo destas questões preliminares, inicialmente percorreremos a trajetória da família de Maria Izabel de Jesus Vieira para observarmos a origem do domínio, riqueza e consolidação do poder desta família no Vale do Paraíba, mais especificamente em Valença. A história de sua família, sendo analisada detidamente, em uma escala menor de observação, nos dá uma chave para o entendimento e percepção do status social, poder e riqueza que Maria Vieira herdou após sua viuvez, e que a fez prosperar tão grandemente em sua sociedade.

Capítulo 2 - A família como valor da classe senhorial: o caso dos Werneck

Na Fazenda da Saudade, faleceu, no dia 2 do corrente, com 85 anos, D. Maria Izabel de Jesus Vieira, viúva do Coronel João Vieira Machado da Cunha, deixando 9 filhos, 23 netos e 19 bisnetos, que constituem a importante e estimada Família Vieira do vizinho município de Santa Thereza.

Cercada de sua numerosa prole, que acompanhou solícita e carinhosa os seus últimos momentos, D. Maria Izabel de Jesus Vieira cerrou os olhos numa agonia branda, cristalizando-se em seus latios, com a fria imobilidade da morte, aquela doce expressão de carinho, que dela fazia uma santa venerada e respeitada de todos.

A pungente notícia do lutuoso acontecimento, causou em Santa Thereza a maior consternação, repercutindo dolorosamente aqui em Valença, onde a virtuosa extinta era muito estimada pelas suas excepcionais qualidades do coração.

Ao seu enterro, realizado a 3 do corrente, afluíram mais de 500 pessoas que acompanharam o féretro, a pé, da Fazenda da Saudade até a vila de Santa Thereza, última e eloquente homenagem prestada àquela que foi, por longos anos, o melhor e mais seguro amparo dos necessitados.

*A todos os membros da família e, especialmente, aos nossos amigos Comendador Luiz Vieira, Coronel Francisco Vieira e Coronel Zacarias Vieira, apresentamos sentidas condolências.*⁷⁵

Maria Izabel de Jesus Vieira certamente gozou de destaque perante a sociedade valenciana e arredores. Observando toda a pompa de seu enterro, nos perguntamos o motivo de tamanho relevo social desta mulher em seu tempo. Um exemplo bastante semelhante de funeral, em relação à grandeza e homenagens, narrado pelos jornais locais, se deu com a morte do Visconde do Rio Preto, que na época de seu falecimento – final da década de 1860 - era o fazendeiro mais rico de Valença e chefe político da mesma cidade. O pai de Maria Izabel de Jesus Vieira, João Pinheiro de Souza, e o irmão de Maria Vieira, Visconde de Ipiabas, também fazendeiros abastados e poderosos politicamente, tiveram semelhante vulto nos seus funerais, de acordo com documentações pesquisadas, que exporemos mais a frente. Logo, nos indagamos a razão de seu enterro ser tão semelhante àqueles reservados para os grandes barões, viscondes e riquíssimos homens da região. Qual papel Dona Maria Vieira desempenhou na sociedade valenciana, bem como na vida política e econômica da região?

⁷⁵ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 609.2.

Para que pudéssemos constatar o peso dessa mulher e de sua família na sua sociedade, consultamos jornais e obituários na época de sua morte. Entre eles destacam-se recortes de jornais encontrados no Fundo da Família Werneck - uma coletânea de documentações familiares que se encontram no Arquivo Nacional -, e em obituários no Jornal do Commercio. Nesta documentação encontramos o recorte de três jornais diferentes, dois do município de Valença (um deles identificamos como sendo o Echo Valenciano), e um jornal do município de Vassouras. Este trecho em destaque refere-se àquele periódico do município de Valença.

Essa e outras perguntas é o que pretendemos analisar neste capítulo tendo como norte a discussão da família patriarcal como valor essencial na sociedade oitocentista.

No início do século XX, período da morte de Maria Izabel de Jesus Vieira, grande parte dos fazendeiros do Vale do Paraíba já havia empobrecido, falido ou mudado de atividade econômica migrando para outras regiões. Dentre estes, incluíam-se núcleos familiares que foram importantíssimos durante o século XIX, como alguns troncos dos Werneck. O poder e status perante a sociedade não era o mesmo, comparado àquele conquistado durante o auge cafeeiro. Portanto, ter um enterro de grande pompa como o de Dona Maria Vieira representava, dentre outras coisas, que seu poder e riqueza atravessou a fase dita de “crise” no Vale, com a agonia da agricultura cafeeira, que se extinguiu gradativamente dada a pobreza do solo e o envelhecimento dos pés de café, somando-se ao golpe econômico terrível que representou a extinção da escravatura.

Um exemplo claro do que falo é o enterro de uma prima de Dona Maria Vieira, também no início do século XX, Maria Isabel de Lacerda Werneck, Viscondessa do Arcozelo. Encontramos o relato do funeral no livro de sua neta, Maria Werneck de Castro, que com muito pesar conta. A viscondessa, filha dos riquíssimos barões de Paty do Alferes, e ela mesma em vida, rica e dona de três fazendas, ao fim da vida morava num pequeno e improdutivo sítio, chamado de Roseiral, tendo um enterro pobre e melancólico, de acordo com o relato:

*Quando morreu [a viscondessa], morava na casinha do Roseiral de que já falei. O enterro foi de pobre. Nunca esqueci a cena, eu de luto, em pé na varanda da sala de jantar, vendo passar o caixãozinho carregado pelos escravos, maltrapilhos, descalços, de chapéu na mão, um a um. É a última recordação que tenho da vovó viscondessa, a senhora do Arcozelo, herdeira do riquíssimo barão de Pati do Alferes, seu pai.*⁷⁶

Logo, percebe-se um diferencial, não só pelo fato de Maria Izabel de Jesus Vieira ter um enterro tão notável e dispendioso,⁷⁷ em uma época de bastante empobrecimento para as grandes e antigas famílias da região, mas também pelo fato de ser uma mulher a receber tão grandes homenagens. A sua evidência perante a sociedade está descrita não só pela quantidade de pessoas, a riqueza e a pompa do funeral, mas nos obituários e relatos de seu

⁷⁶ CASTRO, Maria Werneck de. Op. Cit. p 28.

Ainda comentando sobre o enterro de outros parentes de seu tronco familiar, mostra a decadência financeira que a família passava.

⁷⁷ Como vimos na introdução, por ela haviam sido rezadas missas tanto na capela de sua fazenda, como na matriz, somando-se às homenagens da banda de música e diversas cerimônias religiosas, que dispenderam muito capital para sua realização. Fora isso, vemos a encomendação de missas por seus filhos em diversas ocasiões nos jornais, que também dispndiam determinado valor para o feito.

enterro, através das palavras ditas sobre ela, que ao dissecarmos os mesmos, podemos perceber um claro padrão descritivo de mulher ideal para a sociedade em voga.

Os relatos que seguem do seu funeral e do seu caráter nos trazem uma riqueza de conceitos e significados, em termos da representação⁷⁸ da mulher neste período histórico, que valorizam e distinguem Maria Izabel de Jesus Vieira em sua sociedade. Ao dissecar os textos que expomos aqui na introdução de nosso trabalho e no início deste capítulo, escritos em sua homenagem, e comparando-os a outros colhidos de igual teor na ocasião de sua morte, pode-se observar além de um padrão descritivo e uma idealização da mulher na sociedade oitocentista, também a importância de Maria Izabel de Jesus Vieira perante seus contemporâneos. Como se trata de homenagens *post-mortem*, apenas são destacados valores positivos da vida de Maria Vieira, porém por trás das homenagens, vemos a tentativa de construir uma determinada imagem sobre sua pessoa, baseada em qualidades dignas encontradas durante a sua vida. Uma mulher pertencente à boa sociedade⁷⁹ era apresentada com estes aspectos; eram os aspectos ideais e próprios de uma senhora para aquele momento histórico.

A homenagem e distinção de Maria Izabel de Jesus Vieira perante seus contemporâneos se dá na comparação do seu caráter e seus feitos com a representação da mulher ideal para a boa sociedade oitocentista. Inicialmente, sua distinção mostrava-se pelo fato de antes do seu nome aparecer os adjetivos “Excelentíssima”, “Senhora”, “Dona”, e também “venerada”⁸⁰ e “virtuosa”.⁸¹ Júlio Soares ao analisar a nominata de mulheres ditas fazendeiras ou lavradoras no Almanak Laemmert, na cidade de Rezende entre 1846 e 1848, verificou que muitas mulheres citadas nem sequer são chamadas pelo nome próprio, mas pela designação “viúva de” seguido do nome de seu marido, enquanto outras são chamadas apenas pelo nome.⁸² Porém, algumas recebem o título de “Dona” antes de seu nome. Esta designação

⁷⁸ Por representação ou representações entendemos que sejam as construções que os grupos fazem sobre as suas práticas. Torna-se necessário compreender essas construções que se dão conflituosamente entre os grupos que formam a sociedade. Para isso conferir CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: *Estudos Avançados*. Campinas: Unicamp, 11(5), 1991.

⁷⁹ Segundo Ilmar Rohloff de Mattos, a boa sociedade é a classe dita superior da nação brasileira, um grupo portador de liberdade e propriedade, com a competência de governar toda a sociedade, composto pela elite política e econômica e reconhecido como “a parte mais importante da nacionalidade”. A boa sociedade constituía o mundo do governo, “um mundo que não apenas se via como tendendo a ser naturalmente ordenado, mas também portador da incumbência de ordenar o conjunto da sociedade”. Ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit. p 117.

⁸⁰ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 4 de Agosto de 1903.

⁸¹ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 609.2.

⁸² Cf. SOARES, Júlio C. F. Op. Cit. p 11.

representava uma grande distinção social para aquelas que não possuíam títulos nobiliárquicos como baronesa ou viscondessa.⁸³

Além disso, percebemos diversos valores positivos atribuídos à Maria Vieira, que fazem parte dessa representação de mulher pertencente à boa sociedade valenciana. O primeiro destes valores é indicado nas referências que os obituários fazem de Maria Vieira como mulher viúva. Apontando a figura de seu marido, major João Vieira Machado da Cunha, e descrevendo a posição deste na sociedade, os obituários mostram Maria Vieira como mulher que foi casada, passando 40 anos na condição de viúva, em uma vida calcada “na senda da honestidade, virtude e caridade”.⁸⁴ O casamento passava a respeitabilidade de alguém que honrou a vida conjugal durante muito tempo, papel fundamental feminino naquela sociedade e, além disso, foi uma viúva virtuosa, honesta e caridosa. Neste ponto, faz-se referência à numerosa prole que criara a “viúva do Coronel João Vieira Machado da Cunha, deixando 9 filhos, 23 netos e 19 bisnetos”.⁸⁵ Além de ser um exemplo de mulher casada, também o foi de viúva, pois criou numerosa prole sozinha. Igualmente, se observa o lugar e papel desta mulher na criação de sua família. São descritos os nomes de todos os filhos e filhas em seus casamentos e posições sociais, destacando que de seu casamento deixou todos estes filhos “em elevadas posições sociais pela austeridade de seus caracteres”.⁸⁶ Os relatos fazem questão de observar a quantidade de seus filhos e a presença destes ao enterro: “sua numerosa prole, que acompanhou solícita e carinhosa os seus últimos momentos” e “bela prole que a pranteará eternamente”.⁸⁷ Estas narrativas demonstram a valorização da família extensa pela sociedade patriarcal. Como vimos no capítulo anterior, a classe senhorial compartilhava um universo de valores em sua conformação patriarcalista, o qual valorizava o número de componentes da família, onde a parentela adquiria uma importância fundamental, pois buscava-se através dela o fortalecimento da casa. Assim, uma grande quantidade de filhos casados e, além disso, distintos socialmente, demonstrava uma perspectiva de sucesso e grandeza diante daquela sociedade.

Igualmente, destaca-se o papel da mulher como boa mãe. A progenitora bondosa e cuidadosa é um ideal difundido como exemplo para a mulher do século XIX. Vemos no caso de Maria Vieira, em todo o tempo, este aspecto nos obituários. Ela é apresentada como a “boa

⁸³ ALEGRIO, Leila V. Op. Cit. p 453.

⁸⁴ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 609.2.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Idem.

e sempre lembrada mãe, sogra e avó”⁸⁸ e a “idolatrada mãe, sogra e avó”.⁸⁹ Tal era a sua atuação como mãe que por sua exemplaridade foi “o encanto de seus filhos, que nela sempre tiveram a mãe dedicada e extremosa”.⁹⁰ E a “prova” disto repousa “na união fraternal desta família”,⁹¹ ou seja, ela foi competente até o fim neste papel materno, pois conseguiu trazer união para tão grande família, nove filhos, sem eventuais brigas ou inimizades aos olhos daquela sociedade. Conforme explicamos no capítulo anterior, de acordo com a historiadora Mariana Muaze, durante a segunda metade do século XIX, a família oitocentista sofreu uma mudança no *habitus* e nos padrões de convivência internos, fazendo com que antigos valores associados ao patriarcalismo fossem ressignificados.⁹² Nessa família a mulher foi elevada ao “papel social de mãe e nutriz”,⁹³ cabendo a esta o governo da casa e a criação dos filhos.

Ainda vemos o peso dado à questão religiosa e à ostentação de um caráter e moral cristãos. A religião e as associações criadas pela Igreja em prol do sustento de pobres, órfãos, viúvas e necessitados em geral, eram espaços privilegiados para a construção da sociabilidade feminina. Não apenas ser uma boa esposa e mãe, mas ser uma boa cristã, mulher dedicada à religião e a ajudar os menos privilegiados da sociedade, era um ideal a ser alcançado pela mulher naquele momento. Maria Vieira destacou-se no cumprimento desse papel como relatam os jornais. Em diversos trechos vemos o destaque ao seu caráter cristão e de sua ajuda aos pobres e às associações religiosas:

*A Irmandade do Santíssimo, Devoção do Sagrado Coração de Jesus e do Rosário, alçando suas cruces e insígnias incorporam-se todas afim de prestar as suas últimas homenagens à boa irmã [grifo nosso] que daí a pouco ia baixar a campa, e a quem a igreja tornara-se reconhecida pelos benefícios que dela recebera em vida.*⁹⁴

Ressaltavam-se as homenagens prestadas “àquela que foi, por longos anos, o melhor e mais seguro amparo dos necessitados”,⁹⁵ pois a “pobreza sempre encontrou naquela ilustre alma [...] lenitivo à nudez e à fome”,⁹⁶ sendo “muito estimada pelas suas excepcionais qualidades do coração”.⁹⁷

⁸⁸ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 6 e 7 de Agosto de 1903.

⁸⁹ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 8 de Agosto de 1903.

⁹⁰ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 609.2.

⁹¹ Idem.

⁹² MUAZE, M. A. F. *As memórias da Viscondessa*. Op. Cit. p 166.

⁹³ Ibid., p 205.

⁹⁴ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 609.2.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Idem.

Todas estas constatações resumem-se em uma passagem, ao referir-se à Maria Izabel como “[...] aquela respeitável matrona coberta de peregrinos dotes morais, conjugais e matrimoniais”.⁹⁸ Ou seja, a boa cristã, a boa esposa, e a boa mãe. Esses eram os valores atribuídos à mulher naquela sociedade patriarcal. Era o lugar próprio das mulheres oriundas das famílias senhoriais oitocentistas, e o status a ser buscado e reconhecido. Como cita Muaze, durante o século XIX, as atribuições sociais da mulher “ficavam circunscritas à esfera doméstica, ao governo da casa e à criação dos filhos”.⁹⁹ Logo, vemos que estes valores positivos fazem parte de uma representação de mulher e esposa na qual a sociedade de Valença constrói sobre Maria Vieira. Esses valores se relacionam com um ideal de mulher e esposa desejado pela boa sociedade imperial e que refletem o lugar da mulher de acordo com este patriarcalismo construído ao longo do século XIX. Como ela foi uma mulher de destaque em sua sociedade, conhecida e importante na região, as suas homenagens são cobertas por estes valores, que também são educativos e exemplares para as demais mulheres naquela sociedade patriarcal. São valores baseados em diretrizes cunhadas pela boa sociedade para demonstrar quem verdadeiramente pertence a este seletivo grupo social, a classe senhorial.

Essa construção de valores e representações ficam claros, quando percebemos algo interessante nas narrativas: em nenhum momento é citado que esta mulher administrou os negócios de sua família e fazenda, tratou com a compra e a venda do café diretamente com seus comissários, comprou terras, influenciou no trajeto da Estrada de Ferro D. Pedro II na região, etc. Estes fatos somem dos obituários, pois tais atitudes fogem do ideal de mulher da boa sociedade imperial. Isso não quer dizer que não seja aceito socialmente, tanto que ela atuou e prosperou em suas ações com o consentimento e apoio de sua classe e da família extensa, como veremos adiante. Porém, a administração dos negócios da fazenda, do casamento de filhos, o trato com comissários e comerciantes, não eram ações a serem realizadas pela senhora oitocentista; esses eram espaços masculinos por excelência.

Portanto, nas estruturas narrativas pesquisadas nos jornais, vemos ao final o resultado de Maria Izabel de Jesus Vieira ter alcançado um caráter ideal de mulher para aquela sociedade: isso se transforma em respeito, consideração e importância diante de seus contemporâneos, ao se destacar que seus familiares, amigos, os representantes mais “dignos” da região, as principais irmandades religiosas e gente simples, numa soma de mais de 500 pessoas, junto da banda musical e das irmandades e associações religiosas, compareceram, fazendo do seu funeral um grande evento social em respeito e homenagem àquela respeitável

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ MUAZE, M. A. F. *As memórias da Viscondessa*. Op. Cit. p 205.

e exemplar senhora. Até o escritor do jornal se porá em lágrimas, pois também recebera os cuidados de Maria Vieira como uma mãe. Assim, vemos que o valor da mulher naquela sociedade patriarcal estava vinculado à família, ao casamento e à religião: o cuidado com os filhos, um casamento sólido e duradouro e as contribuições e donativos feitos à Igreja e aos pobres, os quais foram os principais pontos destacados pelos jornais.

Desta forma, compreendendo toda a representação e a imagem construída sobre Maria Vieira dada a sua importância e destaque na sua sociedade, nos perguntamos por que, como e por quais meios esta senhora alcançou tamanho vulto. O caminho pelo qual nós encontramos as primeiras respostas nesse sentido encontra-se também nos obituários.

Omitimos propositalmente um dos primeiros aspectos qualitativos da mulher oitocentista referenciado nas documentações, para ser discutido agora. Ao descreverem seu falecimento, os jornais sempre fazem referência à origem familiar, destacando que esta pertencia à família Werneck e à família Vieira Machado da Cunha: “[...] Era a respeitável senhora decana da família Werneck e um dos troncos da família Machado da Cunha [...]”.¹⁰⁰ As suas origens familiares davam grande distinção social, dado o status passado por estas à Maria Vieira. Aquela que falecera não era uma pessoa qualquer, mas uma integrante de tão importante família, dada a tradição, riqueza, poder político, econômico e social delas para sua região. Nos trechos citados, nota-se sempre o peso dado à sua antiga família e o valor de sua dita importante prole, a quantidade de filhos, netos e bisnetos, bem como a citação nominal de alguns de seus filhos. A sua família lhe transmitiu grande cabedal político, econômico, social e simbólico, contribuindo decisivamente para toda a prosperidade em sua vida, e reconhecimento após sua morte. Assim, cabe agora discutir quem era essa família, seu poder e o peso dela na região.

Família Werneck: a construção de um poderio político, social e econômico no Vale do Paraíba Fluminense

Nos obituários dos jornais consultados, multiplicam-se as referências ao status de Maria Izabel de Jesus Vieira diante do pertencimento à linhagem dos Werneck, e aos Vieira Machado da Cunha, por parte de seu marido:

*[...] Era a respeitável senhora decana da família Werneck e um dos troncos da família Machado da Cunha [...].*¹⁰¹

¹⁰⁰ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 609.2.

¹⁰¹ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 609.2.

*Na Fazenda da Saudade, faleceu, no dia 2 do corrente, com 85 anos, D. Maria Izabel de Jesus Vieira, viúva do Coronel João Vieira Machado da Cunha, deixando 9 filhos, 23 netos e 19 bisnetos, que constituem a importante e estimada Família Vieira do vizinho município de Santa Thereza.*¹⁰²

Tamanha projeção e diferenciação social de Maria Vieira naquela sociedade devem ser explicadas através da importância e poderio de sua família, construídos não somente na sua geração ou núcleo, mas nas gerações anteriores desde o estabelecimento desse grupo na região do Vale do Paraíba Fluminense. Relato semelhante, que mostrava a diferenciação relativa à origem familiar, se lia após a morte de sua mãe, Izabel Maria da Visitação: “Acaba de desaparecer dentre nós uma senhora tão respeitável pelo seu nascimento como pelas suas virtudes [...]”.¹⁰³

A possibilidade que Maria Vieira teve de se distinguir perante seus contemporâneos na configuração social da qual fazia parte, bem como o sucesso e sua capacidade na administração de sua fazenda e família, se relacionam com a posição social, o prestígio, a riqueza e as redes de sociabilidades que a história de seu clã construiu e acumulou, fazendo desta fazendeira a herdeira de uma herança imaterial singular. Segundo Giovanni Levi, além de uma família poder legar uma herança material aos seus sucessores (dotes, terras, escravos, bens, etc.), fatores como o nome familiar, status, redes de amizades baseadas em prestígio e trocas de favores, educação, etc., constituem-se em uma herança imaterial que pode ser herdada e transmitida.¹⁰⁴ Acreditamos que sem esse cabedal imaterial herdado, Maria Vieira não lograria tamanho êxito após a morte do marido. Para compreender então essa herança imaterial transmitida cabe discorrer agora sobre que família é esta e suas origens.

Maria Izabel de Jesus Vieira era uma descendente da família Werneck, uma das mais importantes famílias da aristocracia cafeeira do Vale do Paraíba durante o período monárquico brasileiro e que, dentre todas as outras do Império, obteve mais títulos nobiliárquicos. Em diversas cidades da região do Vale do Paraíba Fluminense, essa família estabeleceu grande domínio político, econômico e social, utilizando-se dos cargos públicos, da grande posse de terras e cativos, e da influência sobre todos os agregados, aliados e aqueles que orbitavam em torno de seu poder.

O Vale do Paraíba Fluminense constituiu um dos polos sustentadores do Império brasileiro durante vasto período, desde a introdução e expansão do café no século XIX.

¹⁰² Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 609.2.

¹⁰³ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 25 de Março de 1876. Artigo do Dr. Nogueira de Barros.

¹⁰⁴ LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

Ricardo Salles, estudando a cidade de Vassouras, conclui que esta é uma área central para a manutenção da ordem escravista e imperial.¹⁰⁵ Adaptando um ditado da época, Salles afirma que “O Império era o café, o café era o Vale e em nenhum outro lugar o Vale era mais Vale do que em Vassouras”.¹⁰⁶ Porém, tão importante quanto Vassouras, também figurava Valença, cidade vizinha, construída sob as vistas da aristocracia cafeeira e de alguns dos troncos familiares que participaram da construção de Vassouras. A semelhança em importância das duas cidades se mostra grande, porém, são escassos os estudos sobre Valença, dado a falta de documentações e investimentos na historicidade do seu passado.¹⁰⁷

Todo o sustentáculo da economia do Brasil se voltou no Oitocentos para a questão do café, onde o mercado, tanto interno como externo, se dinamizava e se estruturava através do comércio deste produto. A riqueza do café produzida nas fazendas cafeeiras do município de Valença vinha acompanhada de um grande contingente de escravos, a ponto da população de Valença, na segunda metade do século XIX, ser constituída por mais de 70% de escravos.¹⁰⁸ O historiador Ricardo Salles cita que a partir de 1850, os escravos representavam 51,54% da população da província do Rio de Janeiro. Porém, em 5 municípios da província – Piraí, São João do Príncipe, Saquarema, Valença e Vassouras –, os escravos representavam mais de 60% dos habitantes, e que em Piraí e Valença, eles ultrapassavam a marca dos 70%.¹⁰⁹ Além disso, de acordo com Salles, de 1850 a 1872, Valença foi o município com a maior quantidade de cativos entre todos da província,¹¹⁰ evidenciando sua importância como produtor de café, de consumidor de escravos e seu peso histórico para o entendimento deste sistema escravista.

A importância das famílias que viveram ali e das redes de negociações que estabeleceram não se restringe apenas a esta região, pois os reflexos do mercado do Vale envolviam o mercado brasileiro de forma mais ampla. Assim, se considerarmos a questão da compra de suprimentos, de charque, de aparelhagens e equipamentos para as fazendas, bem como da importação de escravos africanos e nacionais (respeitando a periodicidade das leis anti-tráfico), vemos o comércio desta região interligado com as demais principais regiões

¹⁰⁵ SALLES, Ricardo Henrique. *E o Vale era o escravo*. Op. Cit. p 18.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p 149.

¹⁰⁷ Apenas recentemente inaugurou-se um centro de documentação histórica em Valença. Vassouras ao contrário, há anos possui instituições como o CDH da Universidade Severino Sombra, que catalogam essa documentação e trazem ao conhecimento de diversos pesquisadores que se interessam e produzem conhecimento sobre o passado da cidade. A documentação de Valença está espalhada por diversos locais no Brasil e, na cidade mesmo, pouca coisa é conservada ou dada a se conhecer, dificultando os estudos sobre a mesma.

¹⁰⁸ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p 105.

¹⁰⁹ SALLES, Ricardo Henrique. *E o Vale era o escravo*. Op. Cit. p 184-185.

¹¹⁰ SALLES, Ricardo Henrique. *E o Vale era o escravo*. Op. Cit. p 258-259. Essa situação durará até 1884, onde Valença será o segundo município em quantidade de cativos, perdendo apenas para Campos dos Goytacazes.

brasileiras.¹¹¹ Podemos pensar também essa ligação a nível global, pois a economia cafeeira se interligava com as principais economias do mundo. Segundo artigo de Rafael Marquese e Dale Tomich, o Vale teve grande importância na formação do mercado mundial do café.¹¹² Desde 1828, o Brasil já despontava como maior produtor mundial da rubiácea, e essa produção se dava, sobretudo no Vale do Paraíba Fluminense. Ao longo do século XIX, o domínio desse mercado pelo Brasil, fará com que o café se transforme de mercadoria de luxo em mercadoria para o consumo das massas.¹¹³ No bojo dessa alta produção, vemos o destaque de duas cidades, dois dos maiores municípios mundiais de produção do café: Vassouras e Valença.¹¹⁴ Essa alta produção terá implicações políticas profundas para a consolidação política imperial. Como citam Marquese e Tomich:

*A escala do que se verificou no Vale do Paraíba na primeira metade do século XIX, contudo, foi inédita, e seu impacto para a conformação do Estado nacional brasileiro, decisivo. [...] se a cafeicultura tivesse deitado raízes em outra região do território nacional e não nas proximidades da corte, a história do império bem poderia ser outra. Daí o dito oitocentista “o Brasil é o Vale” [...].*¹¹⁵

Como citado antes aqui, a aristocracia formada no Vale e assim na cidade de Valença, se constituiu também na classe senhorial que colaborou decisivamente para importantes mudanças políticas do Brasil e contribuiu para a consolidação do Estado imperial. Basta recordar que para proclamar a independência, D. Pedro I esteve pelo Vale, a fim de conseguir ajuda e aliados. Já a política exercida por D. Pedro II se valeu dos fazendeiros desta região para seu exercício, como citado anteriormente aqui através da importância de sua classe senhorial. Assim, pode ser observada a importância desta cidade para entendermos o contexto relativo à formação da família de Maria Vieira, pois como veremos adiante, o seu avô será um dos fundadores de Valença e um dos mais importantes colonizadores de todo o Vale.

¹¹¹ MACHADO, Humberto F. *Escravos, Senhores e Café*. Niterói: Clube de Literatura. Cromos, 1993, p 103. Ver também: COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p 85.

¹¹² MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila (org.); SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p 344.

¹¹³ *Ibid.*, p 342.

¹¹⁴ *Ibid.*, p 354.

¹¹⁵ *Ibid.*, p 342.

Os Werneck: origens e formação da família

O iniciador da família Werneck no Brasil foi o imigrante Johann Werneck, que teve seu nome naturalizado para João Berneque,¹¹⁶ o qual após assentar Praça no Rio de Janeiro, migrou para o interior em 1711, se estabelecendo como lavrador e comerciante, na localidade que surgia de Nossa Senhora do Pilar do Iguaçú.¹¹⁷ As suas atividades iniciais no Rio de Janeiro eram de comerciante, porém há poucas informações sobre a vida deste imigrante, tornando-se um tanto nebuloso, conhecer suas origens quanto saber quais atividades exercia antes de mudar-se para o interior. Após migrar para Pilar do Iguaçú, como já possuía escravos, provavelmente era um produtor escravista vinculado à produção de alimentos para as grandes fazendas ou para o núcleo urbano da cidade do Rio de Janeiro.

Tais atividades comerciais no Rio de Janeiro ou ainda suas atividades já em Pilar do Iguaçú, permitiram o contato com a família do sesmeiro português Manuel de Azevedo Matos, um comerciante e minerador,¹¹⁸ estabelecido na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo. Manuel Matos transitava constantemente pelo Caminho Novo, e

¹¹⁶ Não existe um consenso sobre a origem dos Werneck, como vemos no seguinte documento: “A família Werneck portuguesa, descende do holandês Gaspar Werneck, que no século XVII se casou com Mariana Magalhães, e andou em viagens de exploração pelas costas do Brasil. Que parentesco há entre Gaspar e João Vernek, iniciador da família no Brasil, não se pode averiguar, ou, melhor, não se encontram documentos que permitissem fazer a ligação. Com o nome de Werneck existem várias famílias na Alemanha (Wurtemberg, Hannover, Baviera, Prússia Oriental, etc.), onde se encontram também as variantes Wernicke e Wernecke. A noite dos tempos, porém, dificulta as indagações de parentesco entre os vários ramos.” Fonte: RAMOS, Belisario Vieira. *O Livro da Família Werneck – 1742-1879*. Rio de Janeiro: Cia. Carioca das artes gráficas, 1941. p 5-7.

¹¹⁷ Nascido por volta de 1680, a data de chegada ao Brasil no Rio de Janeiro é incerta, sendo consenso o período anterior a 1711. Após assentar Praça no Rio de Janeiro, mudou-se para Pilar do Iguaçú. Essa mudança se deve provavelmente à fuga, devida ao ataque do corsário francês René Duguay-Trouin, que levou terror à população e fuga de parte da nobreza para o interior do Rio. Como seus dois primeiros filhos foram batizados no Rio a 1709 e 1711, e todos os outros em Pilar do Iguaçú, a mudança exatamente neste ano confirma a hipótese da fuga. Fonte: SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão – três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. RJ: Nova Fronteira, 1984. p 47.

Um estudo memorialista discorre que o ramo Werneck brasileiro “tem origem em Hans Warneck, burguês residente em Crivitz, Mecklemburg, que se mudou para Hanover, onde foi conselheiro do duque de Braunschweig, no fim do século XVII. De Hanover, um seu descendente, Kaspar Werneck, foi para a Holanda, e de lá para Portugal, onde em 1639 desposou Mariana de Magalhães. [...] um dos descendentes de Hans Warneck foi João Barneque – o filho de Kaspar e Mariana [...]”. Fonte: CASTRO, Maria Werneck de. Op. Cit. p 33-34.

Outra fonte sugere que a origem de João Berneque - outrora chamado João Braneque e constando em um testemunho de um ato religioso em Pilar do Iguaçú como Johann Barneck – seja do País de Galles. Fonte: FORJAS, Jorge; MENDES, Antônio Ornelas. *Genealogia das quatro ilhas*: Faial, Pico, Flores, Corvo. 1º vol. Lisboa: Dislivro Histórica, 2011. p 261.

Ainda outra fonte genealógica também segue a teoria que ele seria de origem alemã, de acordo com documento dito ser assinado por ele em Pilar do Iguassu, no qual se considerava de “nação alemã”. Fonte: BARATA, C. E. A; BUENO, A. H. C. *Dicionário das famílias brasileiras*. Vol. II. São Paulo: Iberoamerica, 1999. p 2311-2312.

¹¹⁸ Natural da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Ilha do Pico, veio para o Brasil na primeira metade do século XVIII, instalando-se em Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, para dedicar-se à mineração. João Fragoso também comenta a figura de Manoel de Azevedo Matos, como comerciante que converteu sua acumulação mercantil em fazendas escravistas. Ver: FRAGOSO, João. *Homens de grossa ventura: acumulação mercantil e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p 365.

todos os anos descia ao Rio de Janeiro para “dispor de produtos da mineração e adquirir outros para trançá-los por aqueles”.¹¹⁹ Nesse ínterim conhece e se casa, em 16 de dezembro de 1733,¹²⁰ na Freguesia da Candelária, com Antônia Ribeira,¹²¹ filha de João Berneque, já fazendeiro, o que unia a riqueza e status oriundos da mineração e comércio, com a riqueza e status de uma família produtora agrícola, possuidora de terras e escravos.

Em meados do século XVIII, Manuel de Azevedo Matos irá se fixar na região do Vale do Paraíba como fazendeiro e agricultor.¹²² Segundo percebemos na documentação, Manuel Matos ainda estava envolvido nas atividades de mineração, de acordo um documento em que seu filho, Ignácio Werneck, recebe uma sesmaria na região de Ouro Preto em 1759;¹²³ ou seja, exercia as atividades de produtor rural, minerador e comerciante concomitantemente. Poucos anos depois, ele constrói sua principal moradia e dá continuidade à sua empresa agrícola na Freguesia de Paty do Alferes,¹²⁴ dedicando-se à produção de mercadorias demandadas no mercado próximo à cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, funda a Fazenda de Nossa Senhora da Piedade,¹²⁵ à margem esquerda do rio Sant’Anna, adquirindo as sesmarias e terras denominadas “sesmaria do Padre Werneck”,¹²⁶ sesmaria do Saco e as terras de Monsoreos.¹²⁷

¹¹⁹ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 21 de Novembro de 1909. Artigo de André Peixoto de Lacerda Werneck.

¹²⁰ A cerimônia de casamento realizou-se na Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro e o casal passou a residir no local de morada do noivo tendo três filhos: Ana de Jesus, nascida a 17 de fev. de 1738; Ignácio de Souza Werneck, nascido a 25 de Julho de 1742 e Manuel de Azevedo Ramos, nascido a 29 de abril de 1745. Fonte: PONDÉ, F. P. A. *A fazenda do Barão de Pati do Alferes*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Anais do Congresso de História do Segundo Reinado. RJ: Departamento de Imprensa Nacional, 1975. p 84.

¹²¹ Filha de Izabel de Souza (esposa de João Berneque) e neta de Francisco Gomes Ribeiro. Daí a origem do ramo Souza Werneck e a ligação inicial dos Werneck com os Ribeiro de Avellar, onde as duas famílias são reconhecidas por participar da fundação dos municípios de Valença e Vassouras. Francisco Gomes Ribeiro foi um próspero comerciante, provedor da Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro e manteve sólidas ligações com o governador da Capitania do Rio, Salvador de Sá. Patriarca da família Ribeiro de Avellar, ganhou a sesmaria que deu origem à fazenda Manga Larga, ao lado da sesmaria do Pau Grande, que também passou a ser propriedade de seus descendentes. Vemos os antepassados da família Werneck como participantes de sólidas redes de sociabilidade junto à Coroa, sendo participantes de um lugar social com status elevado.

¹²² Ele se fixa inicialmente na freguesia de Nossa Senhora da Conceição e São Pedro e São Paulo da Paraíba, um antigo pouso de tropas no Caminho Novo. Fonte: SILVA, Eduardo. Op. Cit. p 50.

¹²³ RAMOS, Belisario Vieira. Op. Cit. p 1.

¹²⁴ Localizava-se no Vale do Sant’Anna, num antigo pouso de tropas ao longo do Caminho Novo, o qual deveria chamar-lhe atenção em suas anuais viagens pelo tal caminho. Com sua esposa Francisca e seus filhos Ana e Ignácio, levanta sua primeira moradia na margem direita do rio Sant’Anna provavelmente em 1771. Fonte: PONDÉ, F. P. A. Op. Cit. p 85.

¹²⁵ Por volta de 1780, Manuel mudara-se para outro ponto da margem do rio Sant’Anna, fundando ali seu estabelecimento de aguardente, denominado de Piedade. Fonte: PONDÉ, F. P. A. Op. Cit. p 89.

¹²⁶ Assim chamada, por ter sido mais tarde herdada pelo seu filho Ignácio Werneck, que no final de sua vida ordenar-se-ia padre.

¹²⁷ SILVA, Eduardo. Op. Cit. p 50.

Ao falecer em 1788, um pouco antes de completar 90 anos, deixou em partilha a sesmaria que englobava a Piedade e terras em volta, chamada de “Sesmaria do Padre Werneck”, para seu filho Ignácio; a Manuel de Azevedo Ramos deixou a sesmaria do Saco; e a Ana de Jesus a sesmaria dos Monçores. Fonte: PONDÉ, F. P. A. Op. Cit. p 90.

Essa concessão de muitas sesmarias nas mãos de poucos proprietários era uma estratégia do governo colonial concentrando terras nas mãos de homens ligados diretamente à política colonial e que pudessem expandir o ideal de civilização da mesma. A partir de cada fazenda, um novo núcleo de expansão colonial e povoamento surgia:

*Cercadas pela floresta que avançava por todos os lados, em contato com o mundo apenas quando viajantes paravam para pernoitar, as primeiras fazendas não eram apenas estações secundárias cercadas por minúsculas roças típicas dos anos anteriores a 1800. Eram núcleos de povoamento. [grifo nosso]*¹²⁸

Além disso, a concessão de sesmarias foi importante para a abertura da fronteira agrícola da região. Entre as solicitações de sesmarias havia aqueles que as recebiam por terem ajudado a abrir uma estrada, estação ou a manutenção das mesmas, ou aqueles que recebiam a concessão de maneira que a Coroa os obrigava a um serviço que a beneficiasse, como a produção agrícola que poderia ser vendida aos tropeiros.¹²⁹ Manuel de Azevedo Matos abriu a Estrada do Azevedo, de seu próprio nome, que saía da sede de sua fazenda ligando-se ao Caminho Novo e, mais tarde, foi responsável por sua manutenção, como era comum aos proprietários mais abastados. A acumulação de terras em suas mãos, durante a fase inicial de colonização do Vale, se deu também pela falta de limites e fronteiras que designassem o real tamanho das terras. Como cita Stanley Stein:

*Os construtores de estradas e proprietários de estações secundárias que proliferavam ao longo da estreita trilha do Caminho Novo estavam rodeados pela floresta primitiva, eliminando qualquer marco divisório que pudesse servir como ponto de referência.*¹³⁰

Outro fato importante a se destacar é que, em 1769, Manuel Matos possuía cerca de 50 escravos.¹³¹ Esta era uma grande quantidade de cativos para a época, considerando-se também que ele estava em um período de formação da sua empresa agrícola na região.¹³²

¹²⁸ STEIN, J. Stanley. Op. Cit. p 47.

¹²⁹ Ibid., p 35.

¹³⁰ STEIN, J. Stanley. Op. Cit. p 32. Uma grande questão gerada pela falta de marcos e limites corretos para medir as sesmarias e concessões de terras, será o conflito entre sesmeiros e posseiros que marcam este período até a outra primeira metade do século XIX, como mostra Stein neste mesmo livro. Muitos pequenos fazendeiros e proprietários serão destituídos de suas terras pelos grandes fazendeiros, os quais através de cabedal político e econômico contratavam advogados para comprovarem ser desses a terra onde os pequenos posseiros cultivavam.

¹³¹ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 21 de Novembro de 1909. Artigo de André Peixoto de Lacerda Werneck.

¹³² Esta mesma quantidade de cativos representava o número de escravos dos grandes proprietários escravistas de Vassouras, durante o século XIX, período no qual o sistema escravista já estava consolidado. O historiador Ricardo Salles expõe a existência de cinco faixas de proprietários de cativos, segundo suas pesquisas para Vassouras durante o século XIX: microproprietários (de 1 a 4 escravos); pequenos (5 a 19); médios (20 a 49); grandes (50 a 99); megaproprietários (100 ou mais). Fonte: SALLES, Ricardo Henrique. *E o Vale era o escravo*. Op. Cit. p 31.

Assim, as famílias Werneck e Azevedo Matos possuíam situação econômica privilegiada. Tanto João Berneque, quanto Manuel de Azevedo Matos eram prósperos comerciantes (sendo este último também minerador) e possuíam o status social de donos de terras e escravos. Vemos então, a formação de um poderio econômico, político e social, através da junção familiar entre estes dois imigrantes, no Brasil do século XVIII. Porém, somente com o segundo filho do matrimônio entre Manuel de Azevedo Matos e Antônia Ribeira, filha de João Berneque – Ignácio de Souza Werneck -, o sobrenome Werneck ascenderá em todo o Vale do Paraíba, sendo reconhecido como uma linhagem rica e poderosa, formada por cafeicultores, escravistas e estreitamente ligados ao Estado.

O capitão Ignácio de Souza Werneck nasceu em 25 de julho de 1742, na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo (Barbacena, Minas Gerais), segundo filho do açoriano Manuel de Azevedo Mattos e Antônia Ribeira; recebeu os sobrenomes dos avós maternos (pois não era o primogênito) como costume da época. Aos 11 anos, Ignácio Werneck foi levado ao Rio de Janeiro, hospedando-se na casa do seu tio Padre Campelle. Foi iniciado nos estudos no internato do Seminário São José¹³³ e, nas suas saídas semanais, hospedava-se na casa e aos cuidados do correspondente de seu pai, o ajudante de milícias Francisco das Chagas Monteiro. Francisco era comissário e investidor de Manuel de Azevedo Matos e um homem considerado na praça comercial do Rio de Janeiro.¹³⁴ Ignácio Werneck passou grande parte da sua infância e adolescência na casa deste homem e se casou com sua filha, Francisca Laureana das Chagas Monteiro, em 26 de setembro de 1769, o que o levou a abandonar o seminário.¹³⁵ Os três primeiros filhos do casal foram batizados na freguesia da Sé do Rio de Janeiro, sendo que os outros nove, na Freguesia do Alferes, o que indica que o casal Ignácio Werneck e Francisca Laureana, permaneceu algum tempo no Rio de Janeiro até Ignácio se estabelecer como proprietário de terras e escravos, provavelmente entre janeiro de 1773 (batizado da terceira filha) e setembro de 1774 (batizando o quarto filho já em Paty do Alferes).¹³⁶

¹³³ Foi matriculado no Curso de História Sagrada e Eclesiástica do Seminário de São José, no Morro do Castelo, fundado pelo Bispo D. Antônio de Guadalupe em 1739, cujo ensino era considerado um dos melhores. Fonte: PONDÉ, F. P. A. Op. Cit. p 84.

¹³⁴ As despesas de manutenção e ensino de Ignácio Werneck ficaram providas em uma conta corrente de seu pai ao seu amigo e correspondente. Fonte: Ibid. Ibidem.

¹³⁵ FORJAS, Jorge; MENDES, Antônio Ornelas. Op. Cit. p 261. O casamento ocorreu na Igreja da Sé do Rio de Janeiro. A noiva, nascida no Rio de Janeiro e batizada na Candelária, era filha de Francisco das Chagas Monteiro e Izabel Maria da Visitação. Fonte: PONDÉ, F. P. A. Op. Cit. p 84.

¹³⁶ SILVA, Eduardo. Op. Cit. p 52.

Quando seu pai, Manuel de Azevedo Matos, falece em 1788, Ignácio recebe por herança a sesmaria conhecida anos depois por “Sesmaria do Padre Werneck”,¹³⁷ que englobava terras nos dois lados do Rio Sant’Anna, junto da Fazenda da Piedade, a principal da família. Casado com a filha de um grande e rico comerciante na praça do Rio de Janeiro (que também tornava-se seu investidor na produção da fazenda), estabelecido no Vale como fazendeiro possuidor de grandes quantidades de terras, escravista, e vizinho de fazendas de homens que geraram famílias importantíssimas na colonização do Vale,¹³⁸ seu poder começou a consolidar-se.

Porém, é na carreira militar que Ignácio Werneck ascenderá em importância perante a Coroa, como um dos homens mais importantes para a colonização da região do Vale do Paraíba Fluminense. Ele irá mapear, explorar e encontrar postos estratégicos para o estabelecimento de milícias reais na região, bem como será um dos nomes cruciais para a fundação do município de Valença. À época de seu casamento, já era Furriel da Fortaleza do Leme, prestes a embarcar por causa da guerra do sul,¹³⁹ tendo ingressado na carreira militar, devido a perturbações de ordem política que levaram o vice-rei do Brasil a organizar forças militares auxiliares, entre as quais um batalhão de estudantes no qual se alistou. Poucos anos depois de se estabelecer no Vale, já era Alferes das Ordenanças da Freguesia de N.S. da Conceição de Alferes. Em 3 de outubro de 1768, foi encarregado de diligências no Distrito da Sacra Família e em outros circunvizinhos. Segundo a documentação, os índios da região estavam trazendo prejuízos e causando depredações e o Vice-Rei ordenou que Ignácio tomasse conhecimento daquela região e dos lugares onde poderia se edificar algum posto de guarda que: “embaraçasse aqueles selvagens” e “procurasse pacificar os espíritos dos moradores”.¹⁴⁰

Por proposta do Senado da Câmara, em 11 de Outubro de 1788, Ignácio entrava na lista tríplice, junto de seu irmão Manuel de Azevedo Ramos, então sargento, e José Rodrigues da Cruz (já considerado “homem rico da cidade”¹⁴¹), para Capitão das Ordenanças de Nossa Senhora da Conceição do Alferes, tendo a escolha do Vice-Rei recaído em seu nome, patente

¹³⁷ A seu irmão Manoel de Azevedo Ramos coube a Sesmaria do Saco, e à sua irmã, Ana de Jesus, a dos Monçores. Fonte: PONDÉ, F. P. A. Op. Cit. p 90.

¹³⁸ A Fazenda da Piedade fazia divisa com a de Manuel Peixoto, com a Fazenda Pau-Grande de Francisco e Manuel Ribeiro, bem como as de seu irmão e irmã.

¹³⁹ Processo de habilitação de casamento de Ignácio de Souza Werneck, do Arquivo da Câmara Eclesiástica, segundo citação de André Peixoto de Lacerda Werneck. Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 2.1.

¹⁴⁰ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 2.1.

¹⁴¹ Citação de André Peixoto de Lacerda Werneck retirado, segundo ele, do Arquivo Público, caixa 573. Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 2.1.

que foi confirmada em 16 de Junho de 1789.¹⁴² Vemos aí tanto Ignácio como seu irmão, envolvidos com altos postos militares da colônia, e também, a ascensão militar de Ignácio através da prestação de serviços à Coroa, onde era o escolhido, diante de três nomes importantes, a assumir o posto de Capitão das Ordenanças daquela vila.

A partir de 1789, D. Luís de Vasconcelos e Souza, vice-rei do Brasil, ordenou que fosse iniciada a catequese de vários indígenas ali aldeados, dentre os quais se destacavam os índios Coroados que, a essa época, habitavam o território de Valença, numa área compreendida entre os rios Paraíba e Preto.¹⁴³ Foram encarregados do serviço de aldeamento Ignácio Werneck, na época capitão de ordenanças, junto de José Rodrigues da Cruz, na época dono da fazenda de Ubá e o padre Manoel Gomes Leal. Como cita portaria da época:

*Tôda a pessoa a quem fôr apresentada prestará o auxilio que lhe requerer o Cap. das Ordenanças Ignácio de Souza Werneck para a Aldeiação dos Índios Coroados, que por Ordem Régia se mandou estabelecer nas margens superiores do rio Paraíba. Rio, 2 de Abril de 1802. Com a rubrica de S. Ex.*¹⁴⁴

A partir de então, os colonizadores começaram a obra de catequese através da figura do padre Manoel Gomes Leal. Uma das primeiras providências foi a construção de uma capela no principal aldeamento dos Coroados, onde se originou a povoação. A capela foi dedicada a Nossa Senhora da Glória de Valença, em homenagem ao Vice-rei Conde de Rezende, que era descendente da tradicional família portuguesa dos Marqueses de Valença. O interessante é que os três pertencem a um mesmo tronco familiar: Manoel Gomes Leal parente por parte de seu irmão Manoel de Azevedo Ramos e José Rodrigues da Cruz do ramo Ribeiro de Avellar.¹⁴⁵ Ordenou D. Fernando José, de Portugal, então Vice Rei, em carta de 20 de Novembro de 1801, que Ignácio Werneck “prestasse todo auxílio a esse serviço, desse princípio e abertura de caminhos e facilitasse o suprimento de gêneros [...]”.¹⁴⁶ Tais documentações mostram uma eficiência e presteza em Ignácio, que lhe favorecia a ser escolhido para os serviços da Coroa, como, por exemplo, a ordem verbal do Vice-Rei

¹⁴² Citação de André Peixoto de Lacerda Werneck retirado, segundo ele, do Arquivo Público, Ordenanças do Reinado, vol. 80 p. 115. Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 2.1.

¹⁴³ Esses índios, mais tarde conhecidos pela denominação de *Coroados de Valença*, se estabeleceram na margem superior do rio Paraíba, forçados pelas lutas constantes, dada a perseguição que lhes moviam os Puris, tronco indígena parente destes. Os *Coroados* eram constituídos de galhos denominados *Purus* e *Araris*, aqueles em pequeno número, representando os indígenas de Valença, e estes, pouco mesclados, vivendo em Rio Bonito (atual Conservatória). Os Puris, debandados em virtude da invasão branca, viviam nas proximidades da futura Aldeia de Valença e, com os Coroados e os Coropós, empenhavam-se em árduas lutas que terminavam pela quase total dizimação destes, com quem chegavam eles a ser confundidos pela semelhança em seus cortes de cabelo. Fonte: IÓRIO, Leoni. *Valença de ontem e de hoje*. Valença: s. ed., 1953. p 14.

¹⁴⁴ Arquivo Público: Portarias do Vice-Reinado, vol. 27. APUD IÓRIO, Leoni. Op. Cit., p 21.

¹⁴⁵ Como vimos José Rodrigues da Cruz é irmão de Antônio Ribeiro de Avellar e recebeu as sesmarias de Ubá por serviços prestados à Coroa. A época já era dono da fazenda denominada Pau-Grande.

¹⁴⁶ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 2.1.

Marquês de Lavradio que o encarregou de informar Sesmarias, declarando este ter “despachado muitas com clareza e precisão”.¹⁴⁷ Assim, se envolverá diretamente na exploração do território, ao mapeá-lo e conhecê-lo, bem como abrindo os caminhos necessários a sua colonização. A 9 de Março de 1808, apresentou um relatório acompanhado de mapa feito a pena, do sertão entre os Rios Preto e Paraíba, detalhando todo o território, descrevendo os seus caminhos e opinando sobre locais para estabelecimento de guardas.¹⁴⁸

Como se vê, este homem participou intensamente na colonização e na produção de dados para a exploração deste território em seu serviço para a Coroa. A experiência com abertura de caminhos e exploração de novos territórios poderia ter sido recebida de seu pai, o qual abriu o Caminho do Azevedo, como citado antes aqui. Era pelo “Caminho da Aldêa”, aberto por Inácio Werneck, que se fazia ligação do sertão de Valença com a aldeia dos Araris, em Rio Bonito (Conservatória), através do rio das Flores, e, por outro lado, punha-se em contato com a Estrada Geral para Minas, e os caminhos auxiliares do Pilar, do Azevedo e do Tinguá (Freguesia de Sacra Família do Tinguá).¹⁴⁹ Mais tarde esse “Caminho da Aldêa” será denominado de “Estrada Real do Werneck”, ou “estrada do Verneck”, sendo conservada como umas das principais da Província, a primeira estrada de chão batido que ligara Iguaçu ao sertão, onde mais tarde iria nascer a cidade de Valença.¹⁵⁰ Estes eram trabalhos preparatórios para a abertura posterior da Estrada do Comércio, importantíssima para o escoamento do café, ligando o rio Preto, na fronteira com minas ao porto de Iguaçu. Numa época de escassez de recursos técnicos, de mão-de-obra especializada, de conhecimento de campo e região, a experiência com a exploração e abertura de caminhos torna aquele que o possui, valioso aos olhos da administração colonial.

Outro fato significativo para a conquista de postos por Ignácio Werneck, é que o mesmo sabia ler e escrever, diferente da maioria dos fazendeiros de sua época,¹⁵¹ o que lhe agregava mais valor, no momento em que precisava-se criar mapas e relatórios sobre a situação da região. Outros postos importantes serão recebidos por Ignácio Werneck ao longo de sua vida: supervisor das contas que José Rodrigues da Cruz tinha de apresentar a Real

¹⁴⁷ Citação de André Peixoto de Lacerda Werneck retirado, segundo ele, do Arquivo do Distrito Federal – Sesmarias fora da cidade. Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 2.1.

¹⁴⁸ Neste mapa, dizia que em cumprimento da ordem que recebera, para verificar o novo caminho aberto pela margem do Rio Paraíba, e atendendo às vantagens do fisco, propunha que a guarda fosse colocada no lugar onde se ajunta o Pirai ao Paraíba, por ali ser encontro de vários caminhos. Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 9.12.

¹⁴⁹ IÓRIO, Leoni. Op. Cit. p.18.

¹⁵⁰ Citação de André Peixoto de Lacerda Werneck retirado, segundo ele, dos Relatórios dos Presidentes do Rio (1840-1850). Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 9.12.

¹⁵¹ STEIN, J. Stanley. Op. Cit. p 49.

Junta da Fazenda, de três em três meses e, na mesma carta, ordenava que afixasse editais, que obrigassem os sesmeiros a cultivar as suas terras, dentro também do prazo três meses, sob pena de comisso.¹⁵² Mais tarde, o Vice-Rei em carta ao capitão-mor e outra de igual teor ao Sargento Mor de Macaé, tratava da cobrança do Imposto Real para o Hospital dos Lázaros, e em virtude de reclamação do intendente Geral do Ouro, acerca do relaxamento que os comandantes dos Distritos davam às suas obrigações, não prestando contas, e mandava elogiar a Werneck e a Antônio Luiz dos Santos (comandante do Distrito de Sacra Família), seu genro, pela maneira com que, nesse assunto, se tinham distinguido dos demais.¹⁵³

Com o falecimento de José Rodrigues da Cruz, ficou Ignácio Werneck encarregado do serviço que este prestava à Coroa, o que fez “combatente gênio, prudência e filantropia”.¹⁵⁴ A ascensão social de Ignácio Werneck somada aos títulos e mercês que recebeu em sua vida, denota uma estratégia da Coroa, onde cidadãos que prestavam serviços úteis a ela adquiriam, como uma troca de favores, honras, privilégios e liberdades. A isto Ângela Xavier e Antônio Hespanha chamaram de “economia moral do dom”.¹⁵⁵

Tal confiança da Coroa depositada nos serviços e no nome de Ignácio Werneck será retratada no fato de que, na ocasião da chegada do Príncipe Regente D. João, estava Werneck encarregado dos seguintes serviços: prender os desertores e ladrões; civilização dos índios e povoadores do sertão entre os rios Preto e Paraíba; da construção de uma ponte no Rio Utum; do conserto e conservação dos caminhos do Couto e do Azevedo (aberto por seu pai como vimos); do aterro e ponte do Rio Marambaia (encarregado disto em 11 de Agosto de 1802). Ignácio Werneck, já com certa idade, irá pedir demissão desses encargos a El Rei, e mesmo assim não será atendido.¹⁵⁶ A esta época Ignácio através da sua relação com a Coroa, domínio e conhecimento do território, já havia alcançado uma posição de comando regional de extrema importância para a administração e colonização da região, daí a recusa da Coroa em que deixasse seus serviços; não havia ali um substituto, dado o poder e conhecimento enraizados em sua pessoa durante tantos anos de serviço e estabelecimento de seu domínio.

Outro fato que mostra o status do Capitão Werneck na região foi o episódio no qual defendeu o aldeamento de índios da região, para que não houvesse apresamento destes por

¹⁵² Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 9.12.

¹⁵³ Citação de André Peixoto de Lacerda Werneck retirado, segundo ele, do Arquivo Público nas Portarias do Vice Reinado, vol. 28. Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 9.12.

¹⁵⁴ Citação de André Peixoto de Lacerda Werneck retirado, segundo ele do Arquivo Público, repartição do Juiz das sesmarias Herculano, caixa 26. Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 9.12.

¹⁵⁵ XAVIER, Ângela; HESPANHA, Antônio. *As redes clientelares*. In: HESPANHA, A. M. (Org.). *História de Portugal. O Antigo Regime*, Vol. 4. Lisboa: Ed. Estampa.

¹⁵⁶ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 9.12.

parte da Coroa. Tendo o Governo do Príncipe Regente, mandado prender índios em Valença para a Armada Nacional, Werneck opôs-se veementemente

*[...] em documento de uma energia e elevação, que assombram, e protestando pela volta dos recrutas dizia que se não voltassem desaparecerá todo o serviço, que conseguira com grande trabalho fazer em benefício do aldeamento.*¹⁵⁷

Tal recrutamento forçado de índios poderia causar uma revolta, trazendo grandes danos e até mesmo o desaparecimento do aldeamento que dera início na região, dificultando a ocupação das terras, inclusive de suas próprias fazendas e sesmarias. Mesmo com seus protestos e pedidos, a Coroa não atendeu a Ignácio. Por causa disso, requereu reforma, ascendendo ao alto posto de Sargento-Mor,¹⁵⁸ a 20 de Outubro de 1809.¹⁵⁹ Vemos na documentação que “apesar de ter obtido exoneração do cargo que exercia, não lhe dera governo substituto, ficando exercendo interinamente essas funções, mas já sem aquela dedicação de outrora”.¹⁶⁰

Isso nos leva a indagar sobre a importância deste homem para a Coroa naquele território e naquele momento, e o quanto isto permitirá que seus descendentes prosperem no futuro. Também podemos pensar quais as liberdades de atuação naquele lugar, e de expansão de seu poder social, desfrutadas por alguém que está, de certa forma, acima da lei e das regras dada sua crucial função para a administração colonial. Diante de todos os poderosos e ricos fazendeiros que o cercavam, nenhum possuía qualidade e vínculos com a Coroa suficientes a ponto de substituí-lo em suas funções. Logo, vemos que após sua morte o poder local continuará no seio de sua família, pois seu filho Francisco das Chagas Werneck, o substituirá no comando dos Distritos de Nossa Senhora da Conceição do Alferes, ficando encarregado

¹⁵⁷ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 9.12.

¹⁵⁸ “Em 1575 foram criadas no Brasil as “secções de ordenanças” em diversas Capitânias à proporção que se foram povoando, sendo a princípio as patentes dos respectivos oficiais conferidas pelos Governadores.

Estes traços eram comandados por capitães-mores, posto equivalente ao de tenente-coronel, e constavam de companhias compostas de um capitão, um alferes, um sargento, 10 cabos de esquadra e 250 soldados. Mais tarde tiveram sargentos-mores, graduação correspondente a de major e ajudantes. Os capitães-mores eram eleitos pelas Câmaras com assistência dos corregedores e ouvidores; os ajudantes eram nomeados pelos capitães-mores e os alferes, sargentos e cabos pelos capitães das companhias e confirmados pelos capitães-mores. As patentes dos oficiais eram passadas pelos governadores e confirmadas pelo governo. Eram obrigados ao serviço das ordenanças todos os indivíduos maiores de 18 anos e menores de 60. O Vice-Rei (Conde de Rezende), ordenando constantes exercícios e diferentes evoluções, procurou conservar em disciplina os corpos auxiliares, os de ordenanças, que então constituíam a nossa tropa de 2º linha. Pela resolução de 22 de Setembro de 1809 os comandantes dos corpos de ordenanças da Corte do Rio de Janeiro passaram a ter a graduação de coronel, como os de Lisboa”. Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 3.1.

¹⁵⁹ Citação de André Peixoto de Lacerda Werneck retirado, segundo ele, do Arquivo Público – Regimento Geral das mercês, Liv. 8 pag. 44-v; e do Arquivo do Ministério da Guerra, Patentes do Exército do Brasil, vol. 19, p 174. Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 9.12.

¹⁶⁰ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 9.12.

dos mesmos serviços de seu pai, como a conservação das estradas do Werneck e do Azevedo, e da “civilização” dos índios do sertão entre os rios Preto e Paraíba.¹⁶¹

Dois anos após sua reforma, em 11 de Outubro de 1811, Ignácio Werneck ficou viúvo com doze filhos vivos e resolveu dedicar-se à vida eclesiástica ordenando-se padre. Aproveitando seus antigos estudos eclesiásticos e, obtida a licença e a demissão do posto de sargento-mor reformado das Ordenanças da Corte em 13 de dezembro de 1813, recebeu a *prima tonsura* e as *ordens menores* a 18, *subdiaconato* a 19 do mesmo mês e ano; *diaconato* a 23 e o *presbiterato* a 30 de janeiro de 1814.¹⁶² Rezou sua primeira missa neste mês e ano, diante da imagem de Nossa Senhora da Piedade, mandada vir da Europa por seu pai.¹⁶³ Faleceu a 2 de Julho de 1822, aos 80 anos, em sua propriedade, deixando todos os seus doze filhos maiores de idade, dando partilha a todos.¹⁶⁴

Pensando este episódio de outra forma, vemos que além do poder social, econômico e político, agora Ignácio estabelece também um poder religioso; além de major responsável pela administração dos caminhos, fiscalização e cobrança dos impostos, pacificação local, além de latifundiário rico e escravista, agora este se torna um padre, fazendo com que seus filhos, parentes e agregados exerçam as atividades religiosas dentro de sua própria fazenda e diante de sua própria pessoa. Um fato a se destacar aqui, é que, depois de 1780, ao estabelecer suas lavouras, mandou vir para sua companhia diversas famílias mineiras que o auxiliaram no cultivo e formação de engenhos de aguardente, dando terras a todas.¹⁶⁵ Estas serão suas dependentes diretas. Além dos índios que aldeou e acabaram por se tornarem seus serviçais (dos quais apadrinhou muitos),¹⁶⁶ e dos cativos que possuía herdados de seu pai e adquiridos posteriormente, diversos dependentes brancos de famílias livres com algum cabedal econômico somaram-se às centenas de agregados a seu poder familiar. Que tamanha herança material e imaterial este homem legará à sua família!

Seus filhos não receberam somente as terras das diversas fazendas e sesmarias que Ignácio herdou ou foi agraciado em serviços à corte; eles herdaram também o sobrenome, o cabedal político, social e econômico, o status elevado que seu pai atingiu; herdaram, as redes de dependência e compadrio, as redes de sociabilidade com a Coroa e com outras grandes

¹⁶¹ Nomeado pelo príncipe regente a 29 de março de 1814. Fonte: SILVA, Eduardo. Op. Cit. p 54.

¹⁶² SILVA, Eduardo. Op. Cit. p 53.

¹⁶³ PONDÉ, F. P. A. Op. Cit. p 93.

¹⁶⁴ RAMOS, Belisario Vieira. Op. Cit. p 1.

¹⁶⁵ PONDÉ, F. P. A. Op. Cit. p 91.

¹⁶⁶ “Há no arquivo da Catedral de Valença, o primeiro livro de registro de batizados, datado de 1809, no qual se constata que, nesse mesmo ano, foram batizadas 59 pessoas, dentre as quais 42 índios, servindo de padrinhos, a muitos deles, o finado capitão Inácio de Souza Werneck e Ana Joaquina, irmã do padre Gomes Leal.”. Fonte: IÓRIO, Leoni. Op. Cit. p 55.

famílias. Essa é uma herança imaterial que permite a perpetuação do poder social, político e econômico pela sua família. A historiadora Mariana Muaze, em tese de doutorado analisando a família Ribeiro de Avellar e sua junção com os Velho da Silva, diz que o “[...] prestígio e poder vigoravam como uma herança imaterial que era repassada aos herdeiros, mantê-la para as próximas gerações, assim como a fortuna eram os grandes desafios”.¹⁶⁷ Esta herança imaterial que “auxiliaria na manutenção de um capital socioeconômico, mas também simbólico”¹⁶⁸ alcançará a vida de Maria Izabel de Jesus Vieira, neta de Ignácio Werneck.

Mostramos a relação entre Ignácio Werneck e a colonização de Valença, pois as famílias pioneiras na colonização do Vale foram também aquelas que conseguiram prematuramente um número grande de sesmarias e assim foram acumulando terras, numa zona de fronteira agrícola aberta, obtendo grande poder regional. O caráter pré-maturo de chegada à região foi decisivo para a consecução de grande influência política, econômica e social:

O resultado de tal dinâmica histórica foi uma enorme concentração de terras, escravos, poder político-militar e prestígio social nas mãos das poucas famílias que conseguiram receber seu quinhão até as primeiras décadas do século XIX.
¹⁶⁹

Quando a colonização se der efetivamente na segunda metade do século XIX e o Vale se transformar numa área de fronteira agrícola fechada, essas famílias já são grandes latifundiárias, o que potencializa seu poder e domínio. A historiadora Mariana Muaze confirma nossa pesquisa, em artigo sobre o Vale do Paraíba e sua formação histórica:

Os casos aqui citados não esgotam os exemplos das famílias que foram pioneiras na ocupação das terras do Vale do Paraíba fluminense e que conquistaram destaque político, econômico e social nas localidades onde constituíram fazendas. Além da primazia na ocupação de terras numa área de fronteira agrícola aberta, essas famílias tinham em comum um passado de migração portuguesa relativamente recente, além de serviços prestados à Coroa, o que facilitou a aquisição de prestígio e a ocupação de cargos políticos e administrativos nas localidades onde se fixaram. Chama a atenção também o fato de que muitas das fortunas constituídas no rastro do café possuíam um capital previamente acumulado em outros setores bastante rentáveis como a mineração, o comércio de grosso trato e o tráfico de escravos, conforme vimos nos exemplos familiares explicitados. Em alguns casos, essas atividades foram exercidas concomitantemente com o cultivo da lavoura para exportação [...] Fosse pelo recebimento de sesmarias, fosse pela posse de terras, a aquisição de vastas propriedades era facilitada àqueles (indivíduos ou famílias) que

¹⁶⁷ MUAZE, M. A. F. *O Império do Retrato*. Op. Cit. p 367 – 368.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p 372.

¹⁶⁹ MUAZE, M. A. F. *O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial*. Inventário das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Fase III - 2010. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Secretaria de Estado de Cultura – RJ. p 303.

*possuíam uma posição econômica e/ou social de destaque, reiterando assim a lógica social hierárquica vigente.*¹⁷⁰

O poder regional do padre Werneck estava consolidado. A construção desse poder, como vimos, relaciona-se com a formação do município de Valença e, como veremos adiante, com o crescimento e consolidação política de diversos outros municípios no Vale do Paraíba, através da ascensão social de seus filhos, netos e bisnetos. Sua família agora colonizará todo o Vale, participando da fundação de municípios, e fazendo destes lócus de atuação e conformação do seu poder. Mas, para que esse domínio continue, é necessário desenvolver estratégias para que seu patrimônio não se disperse, bem como seu status político e social não se acabe. Para tanto, as estratégias matrimoniais serão fundamentais para perpetuar o poder da família Werneck na região, bem como expandi-lo e dinamizá-lo.

Estratégias matrimoniais para perpetuação do poder

Ao falecer, o Padre Werneck incluiu seus doze filhos vivos na partilha dos seus bens. Sua fortuna foi suficiente para legar uma considerável quantidade de bens para cada um e seu tempo de vida o possibilitou planejar cuidadosamente o casamento de todos os filhos. Porém, traçar a trajetória desta herança de uma forma que não se dispersasse, mas que pudesse ser ampliada, demandava certo cuidado com os casamentos de seus filhos. Como habitava uma região de exploração recente, casar seus herdeiros com famílias que tivessem posses inferiores às suas ou oriundas de um status social inferior seria algo a ser evitado; todavia encontrar boas famílias para realizar esses casamentos também era algo difícil, pois ainda eram raras as famílias ricas e com filhos dispostos no “mercado matrimonial” naquela região de exploração recente. Outro agravante no seu caso era o grande número de filhos, que o levava a repartir suas posses e terras em inúmeras partes. A incerteza era muito grande e as formas encontradas para superá-la elegiam os que continuariam seu poder e sua presença na região. Era sua obrigação perpetuar o poder e patrimônio que trouxe da família de seus pais e avós, e que foi ampliado com a sua atuação na região do Vale; afinal, foi essa herança material e imaterial recebida, que possibilitou maior ascensão na região e a estreita relação com a Coroa. Como cita a historiadora Mônica Ribeiro, em relação à exploração da Zona da Mata Mineira:

Avançar sobre matas virgens, desbravar áreas inóspitas e enfrentar a resistência nativa representam atitudes próprias de um forte grupo empreendedor, com sólidas alianças familiares e detentores não só de aporte

¹⁷⁰ Ibid., p 314.

*econômico, mas de um capital político, capaz de enfrentar dificuldades, multiplicar as oportunidades e perpetuar o status e a honra de antigas e importantes elites [...].*¹⁷¹

As alianças familiares que Ignácio Werneck iria formar seriam cruciais para a continuação do poder e patrimônio de sua família. Logo as estratégias matrimoniais eram uma das principais formas de sobrevivência desenvolvida por este clã. Quando discorremos sobre a manutenção do patrimônio e as estratégias referentes à ampliação, expansão e permanência do poder político-econômico, os planejamentos matrimoniais talvez se conservem como as mais bem sucedidas ações nesse intuito, de todas as gerações da família no século XIX: não haverá “erros” nas estratégias de casamento dos Werneck. Como cita Luciano Figueiredo

*Nas regiões de fronteira, a família de elite não era apenas uma unidade de grupo, mas sim um verdadeiro núcleo de afirmação social e, sobretudo, de manutenção de posições e privilégios. As grandes famílias traçavam cuidadosamente os planos do casamento dos filhos, a distribuição da herança e a migração dos membros. [...] Modelo altamente concentrador da riqueza, as famílias evitavam por todos os meios dispersar o patrimônio, concentrando a herança no descendente que cuidaria, como representante de sua geração, dos negócios e interesses familiares.*¹⁷²

Mônica Ribeiro discorre em seu estudo sobre a expansão, caracterização e montagem do sistema agrário da Zona da Mata mineira e afirma que com a chegada de colonizadores em regiões de fronteira agrícola aberta, forma-se um tecido social composto por famílias que buscavam através de redes de matrimônio e compadrio, estratégias para a manutenção do poder e ascensão social, almejando o status de grandes proprietárias de terras e escravos. Constitui-se uma grande rede de alianças, através de retribuição de privilégios recebidos, estratégias socioeconômicas que visam à preservação do patrimônio fundiário e sua ampliação, práticas endogâmicas de matrimônio e “um mercado de terras influenciado pelo jogo das relações interpessoais”.¹⁷³ Daí sua análise ser centrada “não nos grupos e sim, nas relações interfamiliares, a partir das escolhas e atitudes de alguns indivíduos mais proeminentes percebidas em diferentes escalas [...]”.¹⁷⁴

Com os Werneck não será diferente: Ignácio formara uma grande rede de poder constituída por parentes, agregados livres e escravos, e entre os fazendeiros da região. Logo, a família cria todo um poder e espaço social na região que possibilite sua permanência na

¹⁷¹ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de Família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru, SP: Edusc; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2005. p 21.

¹⁷² FIGUEIREDO, Luciano. *Mulher e família na América portuguesa*. São Paulo: Atual, 2004. p 61.

¹⁷³ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. Cit. p 20-23.

¹⁷⁴ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. Cit. p 22.

mesma e expansão de seu poderio; a partir da família e para a família serão estabelecidos os primeiros espaços de poder e sociabilidade da região.

É possível traçar características em comum nas uniões matrimoniais de seus filhos e filhas. As cinco filhas que se casaram, uniram-se em matrimônio com homens filhos de capitães portugueses, e dos cinco cônjuges, quatro exerceram altos postos militares (sobretudo após a criação da Guarda Nacional).¹⁷⁵ Dos quatro filhos casados, três de suas mulheres eram filhas de capitães portugueses e uma neta de capitão português.¹⁷⁶ Esse aspecto de “militarização” ou preferência por pretendentes envolvidos com cargos militares pode ser explicado pela própria condição de Ignácio Werneck, o qual passou por diversos postos militares, reformando-se como Major das Ordenanças naquela região. Estava casando seus filhos com pessoas da mesma condição social, demonstrando certo corporativismo na escolha matrimonial. Além disso, todos pretendentes, tanto homens quanto mulheres, ou eram fazendeiros possuidores de grandes quantidades de terras ou filhas de sesmeiros na região. Isso era primordial para manter e expandir o patrimônio da família Werneck, juntando grandes porções de terras, potencializando o poder na região com latifúndios diversos pertencentes à mesma família; também mostra ser um aspecto de manutenção do status, pois todos são grandes possuidores de terras e escravos, um casamento entre iguais.

Daqueles doze filhos, apenas três filhas morreram solteiras, pois como vimos, além de ser difícil encontrar tantos pretendentes numa região de exploração recente, casar suas filhas com pessoas de um status social inferior ou que não oferecessem uma segurança para o futuro patrimonial e social da família não era aceitável. Era preferível mantê-las solteiras, não repartindo mais as terras e o patrimônio familiar, ainda que as tais tivessem parte na divisão dos bens.¹⁷⁷

¹⁷⁵ A 1º filha de Ignácio Werneck, Maria do Carmo Werneck, casou-se com o Tenente-Coronel José Pinheiro de Souza. A 3º filha, Luiza Maria Angélica, casou-se com o Capitão Antônio Luiz dos Santos. A 4º filha, Anna Mathilde Werneck, casou-se com o Sargento-Mor Francisco Peixoto de Lacerda. A 7º filha Isabel Maria da Visitação, casou-se com o Capitão João Pinheiro de Souza. A 11º filha, Joaquina Theodora de Jesus, casou-se com João José Alves, nascido no Paty do Alferes, filho do Capitão Francisco José Alves.

¹⁷⁶ Manoel de Azevedo Matos casou-se com Rosa Maria dos Santos, filha do Capitão José Luís dos Santos. Francisco das Chagas Werneck casou-se com Anna Joaquina de São José, filha do Capitão Francisco José Alves. Ignácio das Chagas Werneck casou-se com a filha do Tenente-Coronel José Pinheiro de Souza, e neta do Capitão português de mesmo nome. Esta última, após viúva, contraiu segundas núpcias com José de Souza Werneck, último filho de Ignácio de Souza Werneck. Este esquema matrimonial encontra-se no Anexo I; Figura I.

¹⁷⁷ Uma de suas filhas solteiras, Francisca Laureana das Chagas, engravidou de seu cunhado Francisco Peixoto de Lacerda, enquanto o mesmo ainda era casado. O filho ilegítimo nunca foi reconhecido pelo pai, mas foi acolhido pela família, chegando a se tornar uma figura pública em Vassouras exercendo os cargos de juiz de paz e vereador. A historiadora Mariana Muaze trabalhou com este caso em sua tese de doutorado. Cf. MUAZE, M. A. F. *O Império do Retrato*. Op. Cit. p 149-151. Opinião diversa sobre o caso tem a historiadora Sandra Lauderdale. Cf. GRAHAM, Sandra L. *Caetana Says No: Women's Stories From a Brazilian Slave Society*. Cambridge, Cambridge University, 2002.

A rede de sociabilidade matrimonial foi construída, sobretudo entre portugueses, pois dos nove casamentos, um pretendente era português e todos os outros eram filhos ou filhas de pais portugueses, casados com mulheres brasileiras (oriundas de Pilar do Iguçu, Paty do Alferes e Piedade da Borda do Campo). Tais portugueses eram em sua maioria originários do Porto e dos Açores.¹⁷⁸ Isto nos leva a hipótese de uma rede de sociabilidade entre essas famílias, que já se estendia desde Portugal, pois o pai de Ignácio Werneck, Manuel de Azevedo Matos, era açoriano também.

Ao analisar cada casamento, podemos também traçar a trajetória do pai de Ignácio Werneck na colônia, e desvendar algumas estratégias socioeconômicas de manutenção do status familiar. Dos nove casamentos, três se deram com dois filhos e uma neta do Capitão português José Pinheiro de Souza, vindo do Porto, que se casou com D. Paula Pereira Monteiro, nascida em Pilar do Iguçu. Já o segundo e o terceiro casamento dos filhos de Ignácio Werneck dá-se com os filhos do Capitão português José Luis dos Santos, vindo do Porto, casado com D. Inácia Maria do Rosário, nascida em Piedade da Borda do Campo, Minas Gerais. Os demais casamentos são com filhos do Capitão Francisco José Alves, nascido em Braga, e casado com D. Ana Maria de Jesus, nascida em Paty do Alferes, e com Francisco Peixoto de Lacerda, radicado também em Paty. Ou seja, o pai de Ignácio Werneck, Manuel de Azevedo Matos, era comerciante e minerador em Piedade da Borda do Campo e, nas suas viagens ao Rio de Janeiro, passava exatamente por Pilar do Iguçu, para também comercializar produtos, sendo intermediário comercial de muitas famílias de proprietários rurais tanto em Minas, quanto nas propriedades ao longo do Caminho Novo. Assim, Ignácio Werneck herdara a sociabilidade construída pelo seu pai com a família Santos, em Piedade da

¹⁷⁸ Maria do Carmo Werneck, a 1^o filha de Ignácio Werneck casou-se com o Tenente-Coronel José Pinheiro de Souza, Filho do Capitão português José Pinheiro de Souza, nascido em Unhão, Felgueiras, Porto e de D. Paula Pereira Monteiro, nascida em Pilar do Iguçu. Luiza Maria Angélica, terceira filha de Ignácio Werneck, casa-se com o Capitão Antônio Luiz dos Santos, filho do Capitão português José Luis dos Santos, nascido em Guifões (concelho de Bolsas, Porto), Capitão e sesmeiro e de D. Inácia Maria do Rosário, nascida em Piedade da Borda do Campo, Mariana, MG. Manoel de Azevedo Mattos, quarto filho casa-se com Rosa Maria dos Santos, filha de José Luis dos Santos, nascido em Guifões (concelho de Bolsas, Porto), Capitão e sesmeiro e de D. Inácia Maria do Rosário, nascida em Piedade da Borda do Campo, Mariana, MG. Anna Mathilde Werneck, quinta filha casa-se com o Sargento-Mor Francisco Peixoto de Lacerda nascido em 1770, na Freguesia de São Salvador da Vila de Horta, na Ilha do Faial, Açores. Francisco das Chagas Werneck, sexto filho casa-se com Anna Joaquina de São José, filha do Capitão Francisco José Alves, nascido em Braga, e de D. Ana Maria de Jesus, nascida em Paty do Alferes. Isabel Maria da Visitação, nona filha casa-se o Capitão João Pinheiro de Souza, filho do Capitão português José Pinheiro de Souza, nascido em Unhão, Felgueiras, Porto e de D. Paula Pereira Monteiro, nascida em Pilar do Iguçu. Ignácio das Chagas Werneck, décimo filho casa-se com Francisca Joaquina de Jesus Pinheiro, filha de José Pinheiro de Souza e de Tereza Maria de Jesus. Joaquina Theodora de Jesus, décima primeira filha casa-se com João José Alves Nascido no Paty do Alferes, filho do Capitão Francisco José Alves e de D. Ana Maria de Jesus. José de Souza Werneck casa-se também com Francisca Joaquina de Jesus Pinheiro, após viuvez. Fontes: FORJAS, Jorge; MENDES, Antônio Ornelas. Op. Cit. p 261-267. RAMOS, Belisario Vieira. Op. Cit. p 16-18.

Borda do Campo, e também a sociabilidade com a rica família Pinheiro de Souza em Pilar do Iguaçu, local este onde Manuel Matos também conheceu seu sogro, João Berneque, e casou-se. Os demais casamentos acontecem exatamente em Paty do Alferes, freguesia onde Ignácio Werneck finalmente se estabeleceu como rico proprietário rural e escravista.

São décadas de redes de sociabilidades construídas por Manuel de Azevedo Matos, que serão transmitidas à Ignácio Werneck seu filho, coincidindo no casamento de seus netos – uma herança imaterial riquíssima passadas através das gerações; todos estes casamentos se dão entre famílias de portugueses vindos recentemente para o Brasil, estabelecidos como proprietários rurais, lavradores e comerciantes, que se casam com mulheres brasileiras.¹⁷⁹ É um padrão muito semelhante, ou sintoma, das estratégias matrimoniais para o último século do período colonial entre as famílias que formarão as cidades do Vale do Paraíba.

Essa herança imaterial recebida - as redes de sociabilidade e matrimoniais estabelecidas - pode explicar também o fato de todos os casamentos entre os filhos de Ignácio Werneck, serem exogâmicos.¹⁸⁰ Chama-nos atenção o fato de Ignácio não preferir casar seus filhos e filhas com seus sobrinhos, filhos de seu irmão, Manuel de Azevedo Ramos. Manuel tinha terras vizinhas às suas (dividiram as sesmarias do pai) e o casamento entre primos era recorrente nesta época, dado a escassez de famílias na região. Não trabalhamos com a hipótese de ter ocorrido alguma briga ou rompimento de laços entre os irmãos, pois Manuel Ramos também irá unir em matrimônio sua família com os Pinheiro de Souza, além de, curiosamente, nomear um de seus filhos como Ignácio de Souza Werneck, talvez em homenagem ao irmão.¹⁸¹ Além disso, era uma época de expansão dos laços de sociabilidade e o estreitamento do relacionamento com outras famílias seria mais importantes politicamente neste momento.

As uniões exogâmicas neste período potencializaram o domínio político, social e econômico no seio dessas famílias, além de permitir a concentração de grandes extensões de terras para as mesmas. Juntos aos Werneck, os Pinheiro de Souza, Santos, Alves e Peixoto de Lacerda, estavam em prol de um mesmo objetivo, que era formar laços matrimoniais e um poder social e material na região mantendo seu patrimônio, fortalecendo-o e expandindo-o.

¹⁷⁹ E destaco ainda que, dos nove casamentos, oito são com apenas três famílias portuguesas: Pinheiro de Souza, Santos e Alves – cada uma destas casando dois ou mais filhos e filhas com a família de Ignácio Werneck.

¹⁸⁰ Quando tratarmos acerca dos termos exogamia e endogamia, estamos nos referindo à exogamia ou endogamia familiar, ou seja, entre parentes consanguíneos ou não. Isto, pois observamos que todos os casamentos são entre pessoas da mesma classe e raça, portanto, não cabe neste trabalho discussões sobre exogamia ou endogamia racial ou de classes, por exemplo.

¹⁸¹ Essa hipótese da homenagem dá-se pelo fato de não haver ninguém em sua família com esse mesmo nome, a não ser o irmão. Fonte: WERNECK, Francisco Klors. *Origem da Família Pinheiro de Souza* (Ramo Fluminense). Arquivo Pessoal. p 6-7.

Há a hipótese de tais famílias já possuírem alguma sociabilidade ainda nas ilhas portuguesas. Todavia, ao resolver firmar uniões matrimoniais com, sobretudo duas ou três famílias, Ignácio Werneck está concentrando, conservando e aumentando suas terras e escravos, dinamizando o poder social e político da sua família em toda a região do Médio Paraíba.

Dentre os casamentos orquestrados por Ignácio de Sousa Werneck, o que nos interessa mais diretamente é o de sua filha Isabel Maria da Visitação com o Major João Pinheiro de Souza, pois estes são os pais de Maria Izabel de Jesus Vieira. Foi justamente com a família Pinheiro de Souza, que Ignácio Werneck uniu mais filhos, ao todo quatro casamentos.¹⁸² Com eles, iniciou as estratégias matrimoniais (pois casou sua primeira filha) e com eles terminou (casando seu último filho).

A família Pinheiro de Souza chegou ao Brasil ainda no século XVIII, onde o patriarca José Pinheiro de Souza, estabeleceu-se como comerciante na praça comercial do Rio de Janeiro.¹⁸³ Seus filhos e irmãos provavelmente tornaram-se comerciantes também, até que parte da família migrou para as terras do Vale, ao receberem diversas sesmarias, no início do século XIX.¹⁸⁴ Uma descoberta genealógica importante foi que o patriarca dessa família no Brasil, casou-se em segundas núpcias com Paula Pereira Monteiro, irmã de Francisco das Chagas Monteiro, que era o sogro de Ignácio de Souza Werneck.¹⁸⁵ Ou seja, os Pinheiro de Souza já haviam ligado-se com a família de Francisco das Chagas Monteiro, rico e importante comerciante na Praça comercial do Rio de Janeiro, e de certa forma com a família de Ignácio Werneck. Este fato confirma mais uma vez, que as redes de sociabilidade entre os Werneck e os Pinheiro de Souza vinham de Manuel de Azevedo Matos, pai de Ignácio Werneck, pois Francisco das Chagas Monteiro era Ajudante de Campo e investidor deste; e dentro desse poderoso jogo de uniões matrimoniais entre ricos comerciantes, entrou Ignácio Werneck e sua

¹⁸² A 1ª filha de Ignácio Werneck, Maria do Carmo Werneck, casa-se com o Tenente-Coronel José Pinheiro de Souza. O irmão deste Tenente-Coronel, João Pinheiro de Souza, se casará com a 9ª filha de Ignácio Werneck, Izabel Maria da Visitação (são os pais de Maria Izabel de Jesus Vieira); uma filha também de José Pinheiro de Souza, Francisca Joaquina de Jesus Pinheiro, casará com o 10º filho do padre Werneck, Ignácio das Chagas Werneck. Após a morte de Ignácio das Chagas, a viúva se casará com o último filho de Ignácio Werneck, José de Souza Werneck.

¹⁸³ O patriarca da família foi o Capitão português José Pinheiro de Souza, nascido em Unhão, Felgueiras, Porto, casado em 1as núpcias com Francisca Xavier Ramos e em 2as núpcias com D. Paula Pereira Monteiro, nascida em Pilar do Iguaçú. Fonte: FORJAS, Jorge; MENDES, Antônio Ornelas. Op. Cit. p 293; WERNECK, Francisco Klors. Op. Cit. p 1.

Existem duas fontes que apresentam dados distintos: Francisco Klors Werneck chama este José Pinheiro de Souza, de João Pinheiro de Souza (WERNECK, Francisco Klors. Op. Cit. p 1) e juntamente com Belisario Ramos (RAMOS, Belisario Vieira. Op. Cit. p 16) diz que o João Pinheiro de Souza, pai de Maria Izabel de Jesus Vieira, não é filho deste português, mas sim neto, colocando-o como filho do Tenente Coronel José Pinheiro de Souza casado com Thereza Maria de Jesus, aquele que chamamos em nosso trabalho de seu irmão.

¹⁸⁴ Essas informações foram cedidas pelo pesquisador Adriano Novaes (INEPAC; CDH-VALENÇA).

¹⁸⁵ WERNECK, Francisco Klors. Op. Cit. p 2.

família. Um grande aporte de capital para formação dos complexos agrícolas e status político foi adicionado à sua rede familiar e de sociabilidade.

Logo, o casamento entre João Pinheiro de Souza e Isabel Maria da Visitação representa a concretização da manutenção e expansão do poder político, econômico e social através das estratégias matrimoniais dos Werneck. A herança material e imaterial herdada por estes vai possibilitar grande distinção dessa nova família – Pinheiro de Souza Werneck - na região do Vale e mais especificamente em Valença.

João Pinheiro de Souza¹⁸⁶ casa-se com Isabel Maria da Visitação em 30 de outubro de 1809, na Freguesia de Paty do Alferes. Segundo vemos na documentação, João Pinheiro requereu, em 1807, uma sesmaria ao longo do Rio Paraíba, pois “tinha possibilidades para as cultivar; e desejara fazer ali o seu estabelecimento”.¹⁸⁷ O processo para o recebimento das terras foi concluído em 1816, quando o governo de D. João VI concedeu-lhe a sesmaria São João. Esta sesmaria se localizava à margem esquerda do rio, confrontando-se com as terras do Conde de Baependy, indo da ponte do Desengano, hoje Juparanã, até a Estação do Commercio.¹⁸⁸ Em 1822, o casal migrou da freguesia de Pati do Alferes para a fazenda de São João, em Nossa Senhora da Glória,¹⁸⁹ e ali começou seu empreendimento agrícola, criando todos os seus nove filhos.¹⁹⁰

Assim, João Pinheiro se estabeleceu na região onde mais tarde seria Valença. Durante os 40 anos que lá viveu, exerceu os mais elevados cargos municipais, tanto de eleição popular, como da nomeação do governo.¹⁹¹ Em remuneração aos serviços prestados, foi agraciado por D. Pedro II primeiramente com o hábito da Ordem da Rosa, em 18 de julho de 1841, e depois com o oficialato da imperial Ordem da Rosa, em 1º de maio de 1849.¹⁹² Como

¹⁸⁶ Nasceu em 3 de Março de 1787 na freguesia da Sacra Família do Tinguá, província do Rio de Janeiro, sendo batizado na antiga Sé da cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 004_91. Notação 92.1.

Ilmar Mattos também discorre sobre a figura de João Pinheiro de Souza, como pioneiro e nome importante para a colonização do Vale do Paraíba Fluminense. Ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. Op. Cit. p 47.

¹⁸⁷ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 675.

¹⁸⁸ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 1.1.

¹⁸⁹ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 27.

¹⁹⁰ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 004_91. Notação 92.1. Ver também Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 1860. Artigo do Dr. Luís Gomes de Souza Telles.

¹⁹¹ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 004_91. Notação 113.

¹⁹² Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 667 e 668.

Exerceu também carreira militar, servindo em diferentes postos da 2º linha. Tornou-se Capitão do Terceiro Regimento de Cavalaria Ligeira, da Segunda Linha, em janeiro de 1824. Requereu reforma a 4 de Agosto de 1828, sendo-lhe concedida a 4 de Outubro do mesmo ano, sendo o motivo da reforma, “moléstias que o privam de continuar o serviço”. Fontes: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91 notações 668 e 669; Microfilme 004_91 notações 109 e 113.

agricultor produziu café em sua fazenda de São João, “com a qual ganhou uma modica e mui honesta fortuna”.¹⁹³ Além do status conseguido através da sua riqueza, dos serviços prestados à Coroa, do acúmulo de grandes quantidades de terras e escravos, dos diversos cargos políticos que exerceu em Valença, também se mostrava dignificado pelos favores que tributou à Igreja. Foi um dos principais contribuintes para a construção da igreja Matriz de Valença, deu um sino para a capela de Nossa Senhora do Rosário e nos últimos momentos antes de sua morte deixou legados à irmandade de Nossa Senhora da Glória e à Santa Casa de Misericórdia de Valença.¹⁹⁴

João Pinheiro de Souza veio a falecer em 19 de fevereiro de 1860 por enfermidade. Na ocasião, todos os jornais o descreveram como rico e renomado fazendeiro do município de Valença: “No dia 19 do corrente mês de Fevereiro de 1860, pelas 4 horas da manhã, pagou o tributo á terra o Ilmo. Sr. capitão João Pinheiro de Souza, oficial da ordem da Rosa, e honrado fazendeiro do município de Valença”;¹⁹⁵ “O município de Valença acaba de sofrer uma perda bem sensível”;¹⁹⁶ “Um nome precioso passou para o catálogo dos finados!”.¹⁹⁷ Em diversas vezes é reconhecido como “ilustre finado”, “nobre cidadão”, “honrado fazendeiro” e figura importante para a política e ordem social de Valença e sua região: “No virtuoso e venerado ancião que ahi baixou ao túmulo, perdeu o município de Valença um dos seus vultos mais importantes, um de seus mais desvelados amigos”.¹⁹⁸

Sem dúvida foi um importante nome para a política do partido conservador na região do Médio Paraíba, e para o Império por suas atividades de cafeicultor escravista e latifundiário. Além de ser genro de Ignácio Werneck, criará seu próprio renome na cidade de Valença, expandindo todo o poder e herança imaterial, já criados pela família Werneck e pela família Pinheiro. Além do poder vindo das alianças familiares, sua rede de sociabilidade contará com a presença de amigos ricos e poderosos da região, como revelam os jornais:

¹⁹³ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 1860. Artigo do Dr. Luís Gomes de Souza Telles.

¹⁹⁴ Nos tributos de gratidão em sua memória, sempre é ressaltado esse aspecto religioso de sua atuação na sociedade, pois esse era um aspecto de sociabilidade e de status buscado: “Religioso no íntimo d’alma, jamais deixou de se prestar para o culto da Igreja [...]”. Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 004_91. Notação 113.

¹⁹⁵ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 24 de Fevereiro de 1860. Artigo do Dr. Nogueira de Barros.

¹⁹⁶ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 1860. Artigo do redator do jornal.

¹⁹⁷ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 1860. Artigo do Dr. Luís Gomes de Souza Telles.

¹⁹⁸ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 004_91. Notação 113.

“Como homem, deixou numerosos amigos, e nem sequer se apontam desafeiçoados”.¹⁹⁹ Destacam-se entre estes o Visconde do Rio Preto e o futuro Conde de Baependy, os quais presentes em seu enterro carregaram o féretro até o túmulo.

Tamanho poder e influência se refletirá na sua grande e poderosa prole. Dos seus nove filhos, sete deixaram descendência; os três homens tornaram-se grandes fazendeiros e políticos na região do Vale e as quatro mulheres vão se casar com seus primos e ricos fazendeiros do médio Paraíba. Os jornais destacam a importância dos filhos de João Pinheiro: “Deixa-se perpetuando em uma numerosa família que fazia o seu orgulho, e assim devia acontecer, porque o ramo daquela estirpe não podia deixar de ser bom até ao âmago”.²⁰⁰ Vemos a consideração pelos seus filhos, em um documento escrito de próprio punho por João Pinheiro de Souza, no qual este descreve a data, hora e local de nascimento dos seus filhos, bem como o nome dos padrinhos e o local de batismo de cada filho.²⁰¹ Aquele “chefe de uma importante família”²⁰² tinha seus filhos reconhecidos por todos serem “fazendeiros abastados e bem conhecidos por suas posições e virtudes cívicas e domésticas”.²⁰³ Logo, dentre estes se destacam o Visconde de Ipiabas, um dos mais importantes nomes do partido conservador em Valença e o Barão de Potengy.

O renome e poder, ampliado e repassado por João Pinheiro de Souza aos seus filhos, lhes dará condições de se destacarem na sociedade com uma herança imaterial riquíssima. Maria Izabel de Jesus Vieira será uma das herdeiras dessa herança e desse renome tão grande, fruto das ações de seus bisavós, avós, pais e de seus irmãos.

Assim, vemos que as estratégias matrimoniais, além de concentrar e ampliar o patrimônio composto por terras, escravos e demais riquezas, também aumentava o status, o poder político, o renome da família, o domínio social. Ao casar com uma grande família, as possibilidades de ascensão social eram claras.

Conforme descrevemos, os Werneck ao chegarem ao Vale recém-explorado, procuraram casar seus filhos com sesmeiros portugueses ou de famílias portuguesas, também recém-chegados e de mesma situação e renome que estes tinham. Eram casamentos exogâmicos, porém entre iguais; em sua maioria se davam sempre com as mesmas famílias.

¹⁹⁹ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 1860. Artigo do Dr. Luís Gomes de Souza Telles.

²⁰⁰ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 24 de Fevereiro de 1860. Artigo do Dr. Nogueira de Barros.

²⁰¹ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 004_91. Notação 111.

²⁰² Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 1860. Artigo do redator do jornal.

²⁰³ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 1860. Artigo do Dr. Luís Gomes de Souza Telles.

São casamentos entre grupos que vieram de Portugal durante os séculos XVII e XVIII, geralmente pertencentes à pequena fidalguia ou da elite de alguma capitania portuguesa, que por alguma dificuldade financeira decidiram transferir-se para a colônia no intuito de manter-se economicamente e socialmente. João Fragoso os define como as *melhores famílias da terra*.²⁰⁴ Assim construíram em torno de si próprias uma imagem e um espaço social no âmbito familiar como as melhores famílias do Vale.

Um grande tecido social foi composto na região e mais especificamente na cidade de Valença, que teve seus espaços políticos e sociais (a câmara dos vereadores, a Santa Casa de Misericórdia, as irmandades Religiosas, a delegacia de polícia, etc.) construídos e dominados por estas famílias. É em torno destas famílias e para estas famílias que estes espaços e a própria cidade é construída, auxiliadas pela estreita ligação com a Coroa, que depende profundamente das mesmas para realizar seus ideais políticos e civilizatórios no interior. Através dos cargos exercidos e das honrarias recebidas, percebemos o status e a posição da família Werneck perante a Coroa, e podemos conceber o tamanho de tão grande herança imaterial que está sendo perpassada entre as gerações dos Werneck e daqueles que a eles se unem. O grupo familiar se manifesta como patrimônio imaterial.

A família era o valor primeiro a ser mantido e expandido no seio da classe senhorial e na sociedade patriarcal. É a família, através do sobrenome familiar, como os Werneck, que absorve as consequências das atitudes de seus patriarcas, quando se expandem economicamente e dominam politicamente. O fim de todos os esforços políticos e econômicos, das construções das redes de sociabilidades e das estratégias matrimoniais é sempre tornar a sua família, o seu sobrenome, cada vez mais renomado, poderoso, rico perante aquela sociedade, através dos seus descendentes. E para perpetuar a família, os Werneck se valem, com sucesso, das políticas de casamento, as quais irão continuar nas gerações seguintes, como veremos nos próximos capítulos.

Desta forma, quando observamos todas as homenagens para Maria Izabel de Jesus Vieira nos jornais, bem como o poder e o destaque exercido por ela e seus filhos, mesmo numa fase de declínio econômico de muitas famílias no Vale do Paraíba Fluminense, entendemos que isto se vincula ao patrimônio material e imaterial, herdado de sua família, desde os seus bisavós no Brasil. Ao recorrermos aos antepassados e, sobretudo, discorrermos mais detidamente sobre a figura de Ignácio de Souza Werneck – avô de Maria Vieira- e João

²⁰⁴ FRAGOSO, João. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)*. In: FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos*. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

Pinheiro de Souza – pai de Maria Vieira - queremos demonstrar que ela alcançou tamanho destaque social e político porque possuía uma herança material e imaterial de família, em seu caso, de dois ramos importantes na região. Logo, a família senhorial oitocentista tinha grande peso e valor como cabedal político e simbólico para a manutenção e transmissão de poder na sociedade imperial.

Parte II: A família se reconfigura

Capítulo 3: Redes e tramas: política e poder familiar em Valença

No dia 16 de Agosto de 1817, à tarde, nasceu Maria Izabel de Jesus Pinheiro Werneck,²⁰⁵ na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Alferes, onde também se batizou. Era a terceira filha de João Pinheiro de Souza e Isabel Maria da Visitação. Aos 5 anos de idade, mudou-se para o sertão de Valença com sua família.²⁰⁶ Os padrinhos de batizado de Maria Izabel foram seus tios-avôs o Capitão Francisco das Chagas Werneck e Dona Anna Maria de Jesus.²⁰⁷ Seu tio, o comendador e Capitão Francisco das Chagas Werneck foi um grande auxiliador na formação e educação dos filhos de João Pinheiro de Souza, não apenas batizando Maria Izabel, como também educando seus irmãos. Como na época – primeiras três décadas do XIX - inexistiam escolas e também era raro e escasso o número de professores e educadores da corte e de fora da região, Francisco das Chagas contratou um educador para seus filhos, sobrinhos e vizinhos da região,²⁰⁸ fornecendo a primeira “escola”, na fazenda de Pindobas, educando-os e instruindo-os de acordo com os recursos que dispunha na época. Não sabemos se Maria Izabel de Jesus Vieira recebeu algum tipo de educação na fazenda de seu tio, porém, supomos que fosse alfabetizada. Essa hipótese se baseia no fato de que, além do total controle que exerceu sobre as contas da fazenda após viuvez e da forma que os comissários detalhavam suas atividades financeiras para ela em cartas, encontramos uma documentação na qual aparece toda a colheita de café das fazendas que Dona Maria administrou após viuvez, com os detalhes das arrobas colhidas, o preço do café vendido, o preço do transporte do mesmo, em uma letra diferente de todas as cartas encontradas, a qual supomos ser sua.²⁰⁹ Um fato raro é que sua mãe, Isabel Maria da Visitação, sabia ler e escrever, como comprova uma carta sua de próprio punho, datada de 1863.²¹⁰ Acerca da questão educacional, raro era nessa época, a figura feminina ser alcançada pela educação tradicional, como gramática, leitura e escrita. Apenas na segunda metade do século XIX, as

²⁰⁵ Este era seu nome de batismo, segundo vemos em FORJAZ, Jorge; MENDES, Antônio Ornelas. *Genealogia das quatro ilhas*: Faial, Pico, Flores, Corvo. 1º vol. Lisboa: Dislivro Histórica, 2011. p 293. Quando se casa, recebe o sobrenome do marido, mudando seu nome para Maria Izabel de Jesus Vieira.

²⁰⁶ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 004_91. Notação 111.

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ Chamado de “pedagogo”, essa figura de professor, muitas vezes foi acusado de instruir, mas não educar, dada as maneiras rudes que apresentava, como a “aparvalhada aparência, incorretos na linguagem, incorretísimos nos costumes e princípios, sem nenhum método de ensino”. Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 27.

²⁰⁹ “Relação dos custos de café dirigidos à Almeida Ramos”. Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 549.1; 549.2; 549.3.

²¹⁰ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 407. Nesta carta ela se informa da saúde da família e do envio de jabuticabas a alguns compadres e filhos.

jovens serão encaminhadas a se instruírem.²¹¹ Como cita Stein, neste período se torna mais comum os senhores permitirem suas filhas “aprender a ler, escrever, tocar piano e falar francês, embora alguns fazendeiros fizessem pouco dessas inovações sob o pretexto que suas filhas teriam poucas oportunidades de utilizar esses conhecimentos”.²¹²

Vemos então, que a família extensa era importantíssima com o seu papel de auxiliadora de parentes próximos e longes, onde os mais antigos do lugar poderiam ajudar os fazendeiros recém-chegados em diversas questões, como no caso exposto, a educação dos filhos.

Crescida em um ambiente de inauguração de uma nova zona agrícola e de povoamento, Maria Izabel deveria casar-se com o membro de uma família de mesmo status e condições financeiras, suficientes para agregar poder e domínio político-social ao clã Pinheiro-Werneck. Como vimos, a família Werneck utilizou o casamento como uma de suas maiores estratégias de manutenção do poder e perpetuação da riqueza ao longo do tempo. João Pinheiro de Souza faria o mesmo para perpetuar o clã dos Pinheiros. Porém, diferentemente de Ignácio de Souza Werneck, seu sogro, João Pinheiro de Souza utilizou-se de um misto de casamentos endogâmicos e exogâmicos para a política matrimonial de seus filhos. Dos seus nove filhos, sete casaram-se deixando descendência. Dentre as uniões realizadas, cinco casamentos são endogâmicos e dois exogâmicos, mostrando um misto de uniões entre os membros da família Pinheiro e Werneck, bem como de outras famílias da região, todas compostas por abastados fazendeiros escravistas.²¹³

O interessante é que uma nova família entrará nas redes matrimoniais dos Pinheiro-Werneck: os Vieira Machado da Cunha. Estes faziam parte de uma importante família de

²¹¹ Cf. MUAZE, Mariana. *A descoberta da infância: a formação de um habitus civilizado na boa sociedade imperial (1840-1888)*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1999.

²¹² STEIN, J. Stanley. *Vassouras: Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Op. Cit. p 188.

O interessante é que na família Werneck já havia uma tradição de mulheres que sabiam ler e escrever. A primeira que temos notícia é a esposa de Ignácio Werneck, Francisca das Chagas (avó de Maria Izabel), que ainda no século XVIII, no momento de seu casamento, impressionou a todos, pois sabia assinar seu nome, gerando o seguinte comentário: “E de admirar naquellas priscas éras que a nubente sabia assignar o nome”. Fonte: RAMOS, Belisario Vieira. Op. Cit. p 1.

²¹³ O primogênito, que mais tarde tornar-se-ia o Visconde de Ipiabas, casa-se com sua prima Anna Isabel da família Werneck, portanto união endogâmica. Francisca Hermelinda, segunda filha, casa-se com seu primo Francisco de Salles Pinheiro, filho de Joaquim Pinheiro de Souza, irmão de João Pinheiro de Souza, portanto casamento endogâmico. A terceira filha, Maria Izabel, se casará com o capitão João Vieira Machado da Cunha, portanto casamento exogâmico. Seu quarto filho, João Pinheiro de Souza, homônimo do pai, se casará com Francisca Vieira Machado da Cunha, irmã de seu cunhado citado anteriormente, portanto casamento exogâmico. Sua quinta filha Anna Peregrina se casará com seu primo Fernando de Souza Werneck, casamento endogâmico. Sua sexta filha Thereza Peregrina, se casará com José Pinheiro de Souza, irmão de seu pai, portanto casamento endogâmico. Seu sétimo filho Ignácio José, mais tarde Barão de Potengy, se casará com sua sobrinha Anna Peregrina, filha do Visconde de Ipiabas, portanto casamento endogâmico. Este esquema matrimonial encontra-se no Anexo I; Figura II.

lavradores e sesmeiros portugueses que se fixaram no Vale do Paraíba, no início do século XIX, tendo como patriarca o Capitão Manuel Vieira Machado,²¹⁴ casado com Escolástica Águeda de Souza.²¹⁵ O capitão adquiriu a sesmaria de Nazareth, na região de Valença, de Francisco das Chagas Werneck, em 19 de agosto de 1814.²¹⁶ Seus filhos tornaram-se importantes fazendeiros na região do Vale do Paraíba e também no Espírito Santo, sendo os Vieira Machado da Cunha citados como uma das famílias que mais foram premiadas com sesmarias no Vale, junto aos Werneck e Nogueira da Gama.²¹⁷ Em Valença, sobretudo, destacaram-se o 1º Barão de Rio das Flores - José Vieira Machado da Cunha -, o Barão de Magdalena - Mizaél Vieira Machado da Cunha - e João Vieira Machado da Cunha, importante nome da política local valenciana. Os Vieira Machado da Cunha uniram-se em casamento com diversos membros do tronco Pinheiro-Werneck e seus descendentes. A entrada desta família nos esquemas matrimoniais dos Werneck proporcionou uma maior concentração de terras, poder econômico, político e social aos envolvidos.

Logo, João Pinheiro de Souza casa sua filha, Maria Izabel de Jesus Pinheiro Werneck - nesta época com 24 anos, em 29 de Agosto de 1841 - com João Vieira Machado da Cunha; Maria Izabel, depois de casada, muda seu nome para Maria Izabel de Jesus Vieira. O casal então passa a residir na fazenda da Saudade, cujo nome iria influenciar a própria alcunha de Maria Vieira, pois esta será conhecida como Maria da Saudade.²¹⁸ Esta fazenda teve início com o desmembramento da sesmaria de Nazareth. Após a morte do Capitão Manoel Vieira Machado, a fazenda passou a ser administrada por uma sociedade entre alguns dos seus filhos. Depois de alguns anos a sociedade foi desfeita e a sesmaria de Nazareth desmembrada em

²¹⁴ Manuel Vieira Machado pertencia a uma família de antigos lavradores e mineradores portugueses, descendentes de José Vieira Machado de Freitas e Ana Maria de Jesus que a princípio se estabeleceram na região das Minas Gerais. Cada filho desse casal migrou para diferentes regiões de Minas, bem como outras cidades do sudeste, tendo o Capitão Manuel Vieira Machado se estabelecido em Valença. Seu pai, José Vieira Machado, seguiu uma lógica semelhante a todos os patriarcas aqui citados: um português oriundo da Ilha Terceira que se casou no Brasil, na região das Minas. Talvez nessa região tenha estabelecido contato com a família Pinheiro de Souza e por sua vez com os Werneck, pois ao mudar para Valença, já acertara a compra da sesmaria de Nazareth das mãos de Francisco das Chagas Werneck. Manuel Vieira Machado, de seu matrimônio, teve 15 filhos e filhas. Ele é avô de Honório Maia, o Barão de Araújo Maia, filho de sua primogênita Theodósia Cândida Vieira Maia, casada com Joaquim José de Araújo Maia. Fonte: Informações cedidas pelo pesquisador Adriano dos Reis Novaes, baseado no Projeto Compartilhar, com dados de Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira. Também utilizo os dados produzidos pelo genealogista Admário Rocha Azevedo, membro do Colégio Brasileiro de Genealogia.

²¹⁵ Filha do Tenente Lourenço de Souza Barbosa e Theodózia Bernarda da Cunha. Fonte: Informações cedidas pelo pesquisador Adriano dos Reis Novaes, baseado no Projeto Compartilhar, com dados de Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira.

²¹⁶ Esta fazenda teve origem em sesmaria concedida a Francisco das Chagas Werneck, em 1802. Ver: NOVAES, A. A. dos Reis. *Fazenda Saudade e Capela de Santa Maria Eterna*. In: Inventário das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Fase III - 2010. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Secretaria de Estado de Cultura - RJ. p 226.

²¹⁷ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 28.

²¹⁸ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 200.

outras fazendas. Coube a João Vieira Machado da Cunha as terras onde construiu, por volta de 1850, a Fazenda da Saudade; seu irmão, José Vieira Machado da Cunha (futuro Barão do Rio das Flores), ficou com as terras onde fundou a Fazenda São José; seu tio, Capitão Bernardo Vieira, também possuía terras vizinhas com a sesmaria.²¹⁹ Era comum a aglutinação de terras contíguas entre parentes, pois quando um dos concessionários de sesmaria se estabelecia e prosperava, isso era um estímulo para que seus parentes e compadres requeressem sesmarias na sua vizinhança.²²⁰ Os sesmeiros também poderiam doar algumas léguas de terras para que seus filhos pudessem formar fazendas próprias, tanto nas delimitações de suas sesmarias quanto nas terras englobadas não legalmente, dado a falta de limites e fronteiras. Isto nos mostra que a família patriarcal unia seus membros, como também seus bens, em um conglomerado de poder e patrimônio.

A construção de um poder familiar

Os anos de 1841 a 1863 foram importantes na vida de Maria Izabel de Jesus Vieira. De 1841 a 1850, foi o período iniciado com o seu casamento e, posteriormente, o início dos negócios, a inauguração de sua fazenda, a Saudade, e a formação do poderio econômico, político e social de seu núcleo familiar; dos anos 1850 a 1863 vemos a consolidação do poder e riqueza da família até o ano de 1863, que marcou a morte de seu marido e o começo da administração autônoma de seus bens. Este, porém, foi um momento em que encontramos poucos documentos que fazem referência à Maria Vieira. Todavia, foi uma época de grande destaque político e econômico de seu marido, que podemos observar através de uma vasta documentação encontrada no Arquivo Nacional. Assim, para termos noção das estratégias sociais, políticas e econômicas deste núcleo familiar, vamos nos concentrar em analisar as documentações referentes a seu marido, dando uma ênfase maior a ele durante este capítulo. Porém, nossa hipótese inicial é que Maria da Saudade tinha uma importância fundamental na administração dos bens da fazenda da Saudade, e que tanto seu marido como ela, administravam estes bens e as redes de sociabilidade juntos, porém com pesos diferenciados. Essa hipótese se justifica pelo grau de habilidade para os negócios, conhecimento das colheitas e destreza com as redes de sociabilidade, que esta fazendeira demonstrou após a viuvez, como veremos adiante.

²¹⁹ NOVAES, A. A. dos Reis. *Fazenda Saudade e Capela de Santa Maria Eterna*. Op. Cit. p 226.

²²⁰ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 30.

João Vieira Machado da Cunha foi um importante fazendeiro e um nome relevante para a política do partido conservador em Valença. Ao lado de grandes fazendeiros e políticos como o Conde de Baependy, o Visconde do Rio Preto e o Visconde de Ipiabas, João Vieira participou intensivamente das questões políticas locais, exercendo cargos públicos, sendo constantemente um dos primeiros eleitores da Freguesia de Santa Thereza de Valença. João Vieira ocupava um espaço estratégico na configuração social e política de Valença. Dentre as diversas redes de sociabilidade das dezenas de famílias de abastados fazendeiros, comerciantes e capitalistas valencianos, João Vieira soube encontrar o seu lugar e exercer seu poder determinadamente entre elas. Sobretudo, boa parte de suas alianças sociais advinham de seu casamento com Dona Maria da Saudade, pois ela era filha de João Pinheiro de Souza, neta do Capitão Ignácio de Souza Werneck e, portanto, herdara todo um cabedal de herança imaterial valiosíssimo para a consecução do poder político de seu marido. As ligações e amizades sócio-políticas que João Vieira herdou de seu pai, somadas àquelas adquiridas de seu casamento com uma Pinheiro-Werneck lograram a ele distinção social no esquema de poder que o permeava.

As famílias que ajudaram na formação e construção da cidade de Valença desenvolveram espaços de sociabilidade e poder, que eram destinados à classe senhorial do Vale e compartilhados entre os membros da mesma classe. Esses espaços poderiam ser diversos: a Igreja Matriz, a câmara de vereadores, instituições como a Guarda-Nacional da região, as Santas Casas de Misericórdia, a Delegacia de Polícia, os espaços que envolviam cargos públicos e de utilidade para a cidade, etc. Cada um destes locais físicos ou institucionais citados eram permeados por uma ampla rede de sociabilidade, e para participar dos mesmos era necessário entrar nessas redes através de alianças familiares, compadrios, amizades, etc. As famílias mais antigas da região, como colonizadoras e povoadoras, foram as primeiras a formarem estes espaços, e, conseqüentemente, privilegiadas nas eleições de cargos e funções dos mesmos. Todavia, ao passar dos anos e com a formação e chegada de novas famílias de fazendeiros e de comerciantes e capitalistas ricos na freguesia, conflitos para a disputa e manutenção de posições nos melhores espaços sociais da sociedade - ainda que entre integrantes da mesma classe - eram inevitáveis. Essas rixas e conflitos, os quais não iremos nos aprofundar, se davam principalmente no campo da política, dividindo ao longo do século XIX, aqueles que estavam filiados ao partido conservador ou ao partido liberal. Porém, desde a fundação da Vila de Valença em 1823, e depois com a criação da Câmara Municipal, em 1829, já se inicia um longo período de supremacia dos fazendeiros filiados à política dos

conservadores em Valença.²²¹ As famílias Werneck, Pinheiro e Vieira Machado da Cunha, são algumas daquelas ligadas ao partido conservador que irão desfrutar de ampla participação e domínio nestes espaços de sociabilidade. Assim, João Vieira Machado da Cunha, como membro do partido conservador e ligado a estas famílias por intermédio de sua esposa, terá uma função no quadro de domínio político, econômico e social em sua freguesia.

João Vieira trilhou com sucesso tanto o caminho de fazendeiro, como de político, os quais se entrelaçavam. Como cita o *Jornal do Commercio*, por ocasião de sua morte, foi “fazendeiro importante e um dos mais distintos conservadores da mesma freguesia”.²²² Infelizmente, seu inventário perdeu-se com o tempo, e restaram-nos algumas poucas páginas da descrição de seus bens, para conhecermos o seu empreendimento agrícola. Assim, procuramos diversos outros documentos, para que pudéssemos completar o quebra-cabeça patrimonial de João Vieira e de Dona Maria Vieira, bem como entender a sua atuação política e social na Freguesia de Santa Thereza de Valença.

Como fazendeiro, João Vieira prosperou em relação à produção de café em seu complexo escravista. A fazenda da Saudade produzia, além do café, diversos gêneros vendidos na Corte. Podemos calcular o tamanho dessa fazenda, pela descrição feita dela, já no início do século XX, por ocasião da morte de sua esposa. Eram cerca de 954.000 braças quadradas de terras.²²³ Em relação à produção e engenhos, por ocasião da morte de João Vieira, o inventário da fazenda da Saudade, feito pelo Visconde de Ipiabas e por José Vieira Machado da Cunha (respectivamente cunhado e irmão de João Vieira), em 18 de Fevereiro de 1864, avaliaram o total de pés de café e casas de engenho numa soma de 181:900#000 réis.²²⁴ Já em outra documentação, vemos uma avaliação mais completa dos bens da Saudade, após a morte de João Vieira. Porém as descrições de quantidade de pés de café, edificações e terras, bem como seus valores, encontram-se rasgados desta folha. Ali se observa a quantidade de edificações da fazenda, que incluem casas de morada, casas antigas de morada em mau estado, lances de casa de morada assoalhadas, 20 lances de senzalas e outros lances de casa servindo como senzalas e dormitório de meninos, 14 lances de casas servindo de paiol para o café e as tropas, casas com fôrma para assar, engenho de secar café e seus utensílios, engenho

²²¹ SILVA, Antônio Carlos da. *A “boa sociedade” valenciana do século XIX: redes de sociabilidade (1829-1868)*. (dissertação de mestrado) Vassouras, PPGH/USS, 2010. p 9.

²²² Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 4 de Dezembro de 1863. Artigo do redator do jornal.

²²³ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 510. “Avaliação das propriedades rurais das fazendas da Saudade e de São Sebastião das Arêas”.

²²⁴ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 325. – Neste mesmo documento, vemos uma quantidade de 68 mil pés de café plantados. Como existem essa e outras folhas, não sabemos a quantidade exata de pés de café, mas provavelmente era maior.

de mandioca e utensílios, moinho, telheiros, olaria, um muro na frente da casa custando 100 mil réis, etc.²²⁵ Infelizmente, em todas as documentações, boa parte das descrições de valores e quantidade estão rasgadas também. Sobre os bens internos da casa, temos apenas uma descrição incompleta por causa da deterioração do documento, acerca da aparelhagem de cozinha, a qual podemos ver que contava com muitos talheres, instrumentos e aparelhos de prata e porcelana, bem como itens importados da França.²²⁶

Ainda nesta documentação vemos a descrição das tropas que a fazenda tinha disponível para transporte do café. Nela, encontramos 5 bestas de sela, 45 bestas de tropa arriadas, jumento, 5 carros de boi (ou juntas de bois), uma cabeçada de tropa aparelhada de prata, além de cavalo, vacas, novilhos e bezerros em um total de 4 contos e 200 mil réis em animais.²²⁷ Essa quantidade de bestas indica que a fazenda da Saudade transportava sua própria produção. Essa era uma estratégia dos fazendeiros mais abastados, em evitar desperdícios com o aluguel e transporte dos seus gêneros por tropas de terceiros, assim monopolizando a produção e o transporte do café e outros produtos e, com isso, obtendo maiores possibilidades de acumulação. Tornavam-se de crucial importância tais animais para a fazenda, pois nesta época, eram o único meio de transporte das mercadorias, as quais eram levadas do Vale para os portos marítimos. Com tropas próprias, os fazendeiros aproveitavam não só para levar os produtos para os portos, mas também trazer diversos suprimentos para sua fazenda, como sal, arreios, vinho, couro, bem como encomendas recebidas de terceiros, cobrando o transporte.²²⁸ Os carros de bois também serviam para o transporte de mercadorias em estradas mais conservadas e de melhor acesso, transporte do café e cereais no interior da fazenda ou pequenas distâncias, bem como de transporte do senhor e sua família.²²⁹ A cabeçada de tropa aparelhada com prata se explica pelo fato de, até em meio às tropas de animais, haver gradação de status e disputa entre os senhores pelas tropas maiores e mais bonitas.²³⁰ Presumimos, porém, que a quantidade de tropas da fazenda da Saudade, fosse bem maior do que essa relatada na avaliação dos bens, pois pela quantidade de escravos e a produção da fazenda, seria necessário 8 ou 9 lotes de bestas (cada lote era composto de 7 a 10

²²⁵ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 538.

²²⁶ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 538.

²²⁷ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 538.

²²⁸ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 122.

²²⁹ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 127.

²³⁰ Como cita um contemporâneo: “[...] na tropa o ponto de honra e a superioridade se encontravam na uniformidade do pelo dos animais, na igualdade de porte e de resistência das unidades componentes, em ornatos dos arreios e especialmente das madrinhas”. Madrinha era a besta que ia à frente guiando toda a tropa, ornada e enfeitada. In: ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 121.

bestas)²³¹ para escoar a produção, visto que era comum subtrair valores e bens na escrita de inventários com objetivo de diminuição de carga de impostos.

Em relação à escravaria recorreremos a algumas documentações que restaram, acerca do recebimento de escravos e composição do quadro de cativos na fazenda da Saudade. Em primeiro lugar, temos a “Cópia dos assentos que tenho dos escravos comprados e de que erdei dos meos pais”,²³² escrito pelo próprio João Vieira Machado da Cunha. Nela encontramos a data de compra, a pessoa de quem comprou, se a dívida estava quitada e o nome e origem dos escravos. Assim, o primeiro escravo adquirido data-se de 12 de Julho de 1836. Neste documento, que temos descritas as compras até maio de 1863, são relatados cerca de 83 escravos comprados de senhores da região e de negreiros, sendo quase 90% destes escravos africanos (entre eles os de nação, bengelas, cambindos, minas e moçambiques) e em grande parte homens. Isto nos mostra a aquisição maciça de escravos destinados à montagem e manutenção do complexo agroexportador cafeeiro escravista, nas primeiras décadas, revelando a dependência do tráfico atlântico e a presença maciça e desproporcional de escravos homens em relação a mulheres. Porém, a partir da década de 50, uma entrada maior de escravos crioulos, pardos, mulatos e também escravos descritos como filhos, mostra a incorporação no tráfico interprovincial, bem como uma tímida reprodução natural da escravaria. Em outro documento denominado “Relação dos escravos que existem na Fazenda da Saudade”,²³³ vemos o nome, origem e quantidade dos escravos da fazenda, desde o ano de 1861 até 1869. Neste documento, até o ano de 1863, ano da morte de João Vieira, vemos uma relação de 104 escravos, tendo apenas sete destes falecido.²³⁴ Ainda em outra fonte, que é a descrição dos bens da fazenda da Saudade, já citado aqui, por ocasião da morte de João Vieira, ou seja, a quantidade de escravos somente naquele ano de 1863,²³⁵ observa-se a descrição dos escravos, com nome, origem, idade, porém a parte com os valores foi rasgada. São cerca de 100 escravos, sem contar aqueles descritos nos pedaços que estão faltando nas folhas. Outra forma de adquirir escravos, além de compra, foi pelo recebimento de cativos como dote pelo seu casamento, pelo qual recebeu dois escravos²³⁶ e pela partilha de bens de

²³¹ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 119. A maior tropa de toda a Freguesia de Valença era a do Visconde do Rio Preto, que contava com 12 lotes.

²³² Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 433.

²³³ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 433.

²³⁴ O interessante é que esta documentação começa a ser escrita por João Vieira, de próprio punho, como relata a compra de escravos de seu sogro João Pinheiro de Souza, e continua sendo escrita depois de sua morte.

²³⁵ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 538.

²³⁶ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 373.

seu sogro, João Pinheiro de Souza, na qual o casal João Vieira e Maria Izabel herdaram 9 escravos,²³⁷ além de 8 bestas e uma cabeçada de tropa.

Logo, podemos constatar, em primeiro lugar, que João Vieira encaixava-se no grupo dos grandes proprietários de cativos do Vale do Paraíba, dado o número de escravos superior a 100. O historiador Ricardo Salles dividiu em cinco faixas de fazendeiros, os proprietários de cativos na região, segundo suas pesquisas para Vassouras durante o século XIX: microproprietários (de 1 a 4 escravos); pequenos (5 a 19); médios (20 a 49); grandes (50 a 99); megaproprietários (100 ou mais).²³⁸ Já Manuel Eloy de Andrade, em uma classificação não rigorosa, nem estatística, porém baseada nos valores do século XIX, classifica os proprietários de cativos em três faixas: aqueles que possuem uma propriedade rural denominada de “fazenda”, ou seja, fazendeiros, onde o número de escravos eram cerca de cinquenta; aqueles chamados grandes proprietários, onde o número de escravos raramente era inferior a 200; e os chamados “latifundiários”, dos quais o número de escravos chegava a 300 ou mais.²³⁹

A venda e transporte do café e outros gêneros da fazenda da Saudade, envolvia uma série de ligações sócio-políticas, bem como familiares, em uma intrincada rede de sociabilidade e troca de favores. As tropas de bestas das fazendas fluminenses e mineiras transportavam seus gêneros por terra até portos fluviais e marítimos no litoral fluminense. Os municípios de Valença e Vassouras levavam seus produtos, sobretudo, para o porto de Iguazu. Este, junto do porto de Estrela e o Porto das Caixas, eram os principais portos de escoamento do café e outros gêneros de toda a produção do Médio Paraíba.²⁴⁰ Nesses portos haviam as casas comerciais que recebiam os produtos da lavoura e supriam as tropas com os produtos encomendados pelos fazendeiros para retornarem cheias; essas casas eram conhecidas por dispor de capitais avultados e rivalizavam com as maiores casas comerciais da Corte.²⁴¹ Assim, o café e demais produtos da fazenda da Saudade eram levados para o porto de Iguazu, através do “caminho do Comércio”, ou “caminho da terra” e, após chegar ao porto, eram transportados para Corte através do rio Iguazu, e lá recebidos pela casa comissária Cunha & Aquino, que pertencia a parentes de João Vieira, que vendiam seus produtos.

²³⁷ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 335.

²³⁸ SALLES, Ricardo Henrique. *E o Vale era o escravo*. Op. Cit. p 31.

²³⁹ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 189-190.

²⁴⁰ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 130-133.

²⁴¹ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 131.

Em Iguazu, os produtos eram recebidos pela casa comercial de Fortunato dos Santos Xavier,²⁴² que foi o principal intermediário e transportador de café e outros gêneros da família Vieira Machado da Cunha. Fortunato Xavier era um homem conhecido na região do Vale pela sua experiência no transporte de produtos das fazendas cafeeiras, como cita um documento no qual ele é chamado de “homem muito experimentado no ramo dos negócios de venda de café e outros gêneros do interior”.²⁴³ O interessante, é que este era amigo e intermediário comercial de João Pinheiro de Souza - sogro de João Vieira - como podemos ver nas suas homenagens e missa que mandou celebrar por ocasião da morte deste.²⁴⁴ Ou seja, a rede comercial de transporte de produtos já estava presente na família da Dona Maria da Saudade, e assim, ela trouxe para o seu casamento as mesmas.

Vemos que todas as relações envolvendo o transporte e a venda do café e outros gêneros, da fazenda da Saudade, davam-se entre compadres, amigos e parentes. A casa comissária que servia João Vieira, denominada Cunha & Aquino, tinha sede na Corte e era formada por parentes de João Vieira, conforme vemos nas cartas de contas de venda - uma espécie de nota fiscal que descrevia os produtos vendidos e serviços prestados, trocadas pelos mesmos - os quais sempre se referem a João Vieira como “Prezado Parente e Amigo”.²⁴⁵ Nessas cartas, datadas de 1862 a 1863, encontramos informações sobre o preço do café, a quantidade recebida do produto, a que firma exportadora foi vendido, informações sobre créditos e débitos na conta de João Vieira, etc. Logo, estes comissários recebiam os produtos, procuravam vender pelo melhor preço do mercado, negociavam dívidas de João Vieira pagando ou recebendo de credores e devedores, e ainda providenciavam produtos da Corte encomendados por João Vieira, que eram levados em caminho inverso, de volta por Fortunato Xavier, para o porto de Iguassu e dali para a fazenda da Saudade.

Com a construção de novas estradas como a “União Indústria” e de ferrovias “Estrada de Ferro Dom Pedro II”, o transporte por Iguassu foi tornando-se obsoleto, visto que era mais caro, por depender de tropas e pelos perigos advindos deste transporte.²⁴⁶ Assim que os ramais da E.F. D. Pedro II começaram a serem inaugurados, muitas casas comerciais de

²⁴² Podemos constatar este negócio em algumas “Contas de venda e liquido” da casa comissária Cunha & Aquino, a qual cita que o Major João Vieira Machado da Cunha consignava os seus produtos por intermédio de Fortunato dos Santos Xavier. Fontes: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 410.1; 410.2; 410.3.

²⁴³ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 358.

²⁴⁴ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 26 de Fevereiro de 1860.

²⁴⁵ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notações 410.1; 410.2; 410.3; 410.4.

²⁴⁶ Tempestades, buracos na estrada, lamaçais, todos estes fatores eram perigosos para o transporte dos produtos, pois toda a tropa poderia ficar atolada na lama, podendo-se perder toda a carga dos gêneros e inclusive perder os animais.

transporte para a Corte se adaptaram, estabelecendo novos armazéns para receber os produtos dos fazendeiros. Com a inauguração de uma nova estação da ferrovia, denominada “Estação dos Macacos”, na região do Desengano, Fortunato Xavier inicia uma nova casa comercial de transporte, em sociedade com outros poderosos comerciantes da região: Francisco Leite Ribeiro e Joaquim Alexandre de Siqueira. Essa casa, que ficava abaixo da firma social Leite, Xavier & Siqueira, pedia em uma carta, datada de 1 de dezembro de 1860, o auxílio de João Vieira e dos senhores de café da região para que transportassem o seu café e outros gêneros através dela, contando com “o seu valioso apoio na localidade”.²⁴⁷ Com o mesmo padrão, vemos a carta de outra casa comercial, datada de 1 de setembro de 1863, que estava sendo inaugurada na mesma estação dos “Macacos” e também na do “Rodeio”, que era a de Nogueira da Gama & Cia. Nela se encontravam os preços do transporte e ao final dizia: “Esperamos merecer a coadjuvação de V. S., pois nos esforçaremos por bem corresponder á confiança que se dignar prestar-nos”.²⁴⁸ Vemos também que a casa comissária Cunha & Aquino, em carta de 5 de agosto de 1862, pedia que João Vieira remetesse o café de sua fazenda através da nova casa comercial dos “amigos Soares & Mello”. Como dizia a carta:

*Vamos pois rogar-lhe, empenhando a nossa amizade, o grande favor de remeter os seus cafés a estes nossos amigos, logo que se abra a dita estação [dos Macacos], e também que se empenhe para o mesmo fim com seus amigos e vizinhos, certo de que lhes nada pouparão para retribuir a confiança, que V. S. neles depositar.*²⁴⁹

Ou seja, todo o sistema de armazenamento e transporte do café e outros gêneros para serem enviados à Corte, se fazia através de redes de sociabilidade entre aliados políticos, parentes e amigos, os quais necessitavam de apoio dos fazendeiros locais para que seus negócios prosperassem. Não era suficiente apenas a garantia de bom serviço, competência nas atividades e segurança no transporte dos produtos, mas sim densas redes de sociabilidade que levassem os fazendeiros produtores a servirem-se de seus negócios. As três cartas apresentam o mesmo padrão descritivo, que consistia primeiramente no anúncio da abertura da casa comercial e o nome dos donos, logo após a informação de que aquelas pessoas dispunham de todos os recursos e condições para exercerem o trabalho com a maior competência e confiança e, ao final, pedia-se o apoio de João Vieira Machado da Cunha, o depósito de sua confiança nos serviços daquela casa comercial e sua ajuda para conseguir outros clientes fazendeiros amigos e vizinhos seus, ou seja, aqueles influenciados pelas suas redes de

²⁴⁷ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 358.

²⁴⁸ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 374.

²⁴⁹ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 360.

amizade. Assim, Fortunato Xavier, amigo já há muito tempo da família de Dona Maria da Saudade, a casa Cunha & Aquino, constituída por parentes e amigos de João Vieira, bem como a firma Nogueira da Gama - que pertencia à família de mesmo nome, a qual possuía profundas e antigas redes de amizade e alianças políticas com a família Pinheiro e com a família Vieira Machado da Cunha – contam com o auxílio de João Vieira, seu amigo, parente e aliado político, para que transporte seus produtos com eles e seus aliados, e faça a cooptação dos seus amigos e vizinhos fazendeiros para o mesmo.

Podemos então perceber que João Vieira Machado da Cunha era um fazendeiro importante na região, com uma boa safra de café, influenciando os demais cafeicultores, e sendo preterido para remeter seu café por grandes firmas comerciais. Da quantidade de sua produção, só pudemos encontrar nas documentações, os registros dos anos de 1862 e 1863, nos quais a fazenda da Saudade produzia cerca de 200 a 360 arrobas de café mensais, faturando de 1 conto e meio a dois contos e meio de réis nessas quantidades.²⁵⁰ Sabemos que ele incrementava seu complexo agrícola, com compra de equipamentos, suprimentos e escravos, através de empréstimos na sua conta com o Banco Comercial e Agrícola de Vassouras.²⁵¹ Se a fazenda produziu mais ou menos, dependendo das safras, dos problemas ecológicos e das intempéries gerais, não sabemos. Porém, o apoio que se buscava em João Vieira por parte de grandes comerciantes, evidencia uma grande produção e importância como fazendeiro.

Observamos também que João Vieira Machado da Cunha possuía uma quantidade de capital ampla para emprestar dinheiro a juros, além de assumir dívidas de terceiros. Vemos um documento, datado de 1862, em que declara ter recebido a quantia de 2:830\$720 contos de réis de seu cunhado João Pinheiro de Souza, por escritura de dívida e hipoteca passada a ele em 1861.²⁵² Por esse documento, João Pinheiro pagaria a dívida em diversas parcelas até saldá-la. Também vemos uma fonte chamada “Translado da escritura de dívida, obrigação com hipoteca, que faz D. Ana Maria de Vargas ao Major João Vieira Machado da Cunha” datada de 3 de fevereiro de 1863.²⁵³ Nesse documento, João Vieira assume o pagamento de diversas dívidas contraídas pela fazendeira, num total de 16 contos de réis; ela se compromete a pagar essa dívida a João Vieira em três anos, com juros de 1% ao mês. Como garantia de

²⁵⁰ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notações 410.1; 410.2 e 410.3.

²⁵¹ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 371.

²⁵² Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 365.

²⁵³ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 411. As dívidas de Ana Maria de Vargas foram contraídas com Rui Cardoso de Vargas, Teixeira Leite & Cia e Manoel Lourenço Baêta. Como testemunhas assinam Francisco Gomes de Lima e José da Rosa Silveira, todos pertencentes à rede de sociabilidade de João Vieira Machado da Cunha.

pagamento, Ana de Vargas hipoteca uma fazenda, com casas e cafezais, benfeitorias, engenho e moinho em terras próprias, incluindo mais outras terras compradas de Thomé Cardoso de Vargas e de Rui Cardoso de Vargas (seus filhos), bem como benfeitorias, e mais 15 escravos. Ana Maria de Vargas fazia parte de uma rede de amizade de longa data com a família de João Vieira, que possibilitou a procura deste para resolver seu endividamento. Para assumir o pagamento de dívidas como a de Dona Ana Maria, João Vieira deveria dispor de capital avultado. Além disso, na sua movimentação financeira com os comissários Cunha & Aquino, vemos o pagamento que outros fazendeiros fizeram a ele, como Theodoro Joaquim Ferreira e Manoel de Souza e Silva. Ou seja, João Vieira também exercia uma função paralela em seus negócios, que era a de “capitalista” - aquele que emprestava dinheiro a juros, lucrando com esses negócios, os quais complementavam os ganhos com a produção cafeeira, possibilitando acúmulo de capital e mais dinheiro para investir no complexo agrícola.

Vemos também débitos pagos a Bernardo Pinto Machado (quase um conto de réis), Francisco Pereira Faria (500 mil réis), José da Rosa Silveira (500 ml réis) e Dona Maria Bernarda d’Almeida (8 contos de réis).²⁵⁴ Também vemos gastos com a consultas médicas com o Dr. Santos, por parte de João Vieira, na Corte e em Santa Thereza, além de pagamento de suprimentos em São João Del Rey e pagamento de médico a um escravo seu na Corte. Vemos então, movimentações financeiras consideráveis na conta de João Vieira, o qual lucrava juros de 9% ao ano em sua conta. Ao total, no final do ano de 1863, sua conta com Cunha & Aquino possuía um saldo a favor de 38:144\$050 contos de réis.

Outra questão importante foi a educação dos filhos do casal. O filho mais velho, João Vieira Machado da Cunha, homônimo do pai, começou seus estudos básicos em Valença, no Colégio São Pedro,²⁵⁵ que tinha como diretor e dono o Dr. José Antônio Nogueira de Barros, como podemos ver em uma carta endereçada a João Vieira, na qual pede desculpas por causa do aumento da mensalidade dos alunos de seu colégio devido às tempestades e carestia de gêneros que assolaram Valença no ano de 1859.²⁵⁶ Nogueira de Barros tinha ligações profundas com os Pinheiro de Souza, sendo “amigo muito particular dessa nobre família”.²⁵⁷ É ele quem escreve as homenagens póstumas por ocasião do falecimento de João Pinheiro de Souza e Isabel Maria da Visitação, pais de Maria da Saudade, falando com muita propriedade

²⁵⁴ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 410.4.

²⁵⁵ FERREIRA, Luiz Damasceno. *História de Valença* (1803-1924). 2º ed. Valença, Ed. Valença, 1978. p 188.

²⁵⁶ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 442.

²⁵⁷ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 24 de Março de 1876. Artigo do Dr. Nogueira de Barros.

Em outra documentação, de 1856, João Vieira Machado da Cunha paga uma quantia de 113 mil réis para o Dr. Nogueira de Barros, o qual lhe chama de Senhor e amigo. Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 409.

sobre os últimos momentos de vida, o caráter dos falecidos e o pesar pela morte dos mesmos. Logo, vemos que o Dr. Nogueira de Barros é mais um integrante da rede de sociabilidades da família de Dona Maria Vieira, que se integra à rede de amizades de João Vieira Machado da Cunha. A partir da década de 1860, João Vieira Machado da Cunha Junior, ingressa na faculdade de Direito em São Paulo. Logo, nas folhas de contas, os comissários estão sempre descontando mensalidades sobre a estadia de seu filho em São Paulo, matrículas, pagamento de livros e de um escravo que o auxilia naquela cidade. Isso reflete um novo padrão de pensamento, a partir da segunda metade do século XIX, em investir na formação educacional dos filhos homens, para que estudassem ou medicina ou direito, nas principais faculdades do Brasil ou do exterior.

Como vimos, a família Werneck utilizou-se de diversas estratégias matrimoniais para a manutenção, expansão e conservação do seu patrimônio, poder econômico, político e social. O casamento de João Vieira Machado da Cunha com Maria Izabel de Jesus Vieira, representou a continuidade desse esquema de uniões entre grandes famílias de abastados fazendeiros proprietários de grandes extensões de terras e escravos. O casal teve nove filhos; seis homens e três mulheres. Logo, pôs-se em prática essa lógica de união matrimonial. O primeiro casamento se dá no ano da morte de João Vieira, em 1863, entre sua filha mais velha, Cecília, e o Coronel João Luiz de Almeida Ramos. Assim, é introduzido no atual clã Werneck-Pinheiro-Vieira Machado da Cunha, mais uma família: os Almeida Ramos.

Os Almeida Ramos eram aparentados com os Vieira Machado da Cunha, tendo como ancestrais em comum o Capitão Bernardo Vieira Machado que casara com Escolástica Maria de Jesus.²⁵⁸ Deste enlace do Capitão Bernardo Vieira surgiram muitos troncos de importantes famílias no Vale, como os já citados Vieira Machado da Cunha, os Araújo Maia e os Almeida Ramos;²⁵⁹ vários membros da família Almeida Ramos irão casar-se com membros das famílias Pinheiro-Werneck e Vieira Machado da Cunha. Vemos que João Vieira organizou a aliança entre as famílias, bem como tratou dos detalhes do casamento encomendando listas de compras na Corte para o casamento e diversos utensílios para a casa do novo casal.²⁶⁰ Quando João Vieira Machado da Cunha une sua filha a este novo clã, ele está concentrando ainda mais terras, poder político, econômico e social à sua família e, sobretudo, esta união se dá mais

²⁵⁸ Cf.: FORJAZ, Jorge; MENDES, Antônio Ornelas. Op. Cit. p 294; RAMOS, Belisario Vieira. Op. Cit. 9; utilizo também dados produzidos pelo genealogista Admário Rocha Azevedo, membro do Colégio Brasileiro de Genealogia.

²⁵⁹ A união que dará origem direta aos Almeida Ramos será de Maria Bernarda de Oliveira (sobrinha de Manuel Vieira Machado da Cunha, pai de João Vieira Machado da Cunha), com João Luiz de Almeida. Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 5.3 – “Anotações Genealógicas”.

²⁶⁰ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 372.

fortemente, pois se trata de parentes de segundo e terceiro grau. Mais a frente, veremos os frutos desta união com mais uma família de abastados produtores de café escravistas e sua importância para a vida de Maria Izabel de Jesus Vieira.

Na sua vida social João Vieira exerceu cargos públicos de importância, e com eles alcançou distinção em toda a sociedade, como cita o jornal do Commercio: “O major João Vieira gozava de geral conceito por sua honradez, moderação e caráter”.²⁶¹ As amizades e redes sócio-políticas que o casal João Vieira e Maria Vieira construiu ao longo de sua vida social foram cruciais na manutenção do poder político e simbólico, bem como o status de si e de sua família. Talvez a mais importante dessas amizades tenha sido construída com Brás Carneiro Nogueira da Costa e Gama, o Conde de Baependy. Deputado e senador do Império, o Conde de Baependy foi um dos maiores defensores do latifúndio cafeeiro escravista fluminense na Corte, até sua morte, um ano antes da abolição da escravidão. Este era um riquíssimo fazendeiro, filho do Marquês de Baependy, e dono de diversas fazendas no Médio Paraíba. Os cargos que exerceu testemunham o tamanho de seu poder: foi Juiz de Paz, Tenente-Coronel da Guarda Nacional, Vereador, Deputado Provincial, Deputado do Império, Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro, Presidente da Província do Rio de Janeiro, Presidente da Província de Pernambuco e Senador do Império.²⁶² Dominou o poder na Câmara Municipal de Valença em um período longo de tempo, de 1833 a 1860, revezando-se na presidência da Câmara com aliados (foi presidente em quatro legislaturas) e colocando entre os vereadores parentes e amigos seus. Como vimos, este era amigo pessoal e aliado de João Pinheiro de Souza, pai de Dona Maria Vieira. Esta amizade, transmitida entre gerações e famílias culminou numa parceria política grande entre os Nogueira da Gama, os Werneck, os Pinheiro e os Vieira Machado da Cunha no Médio Paraíba. Analisamos diversas cartas trocadas entre o conde de Baependy e João Vieira em um período de oito anos de correspondências encontradas (1856-1863). Essas cartas revelavam a amizade entre os dois e suas famílias. O conde de Baependy sempre se refere com intimidade a João Vieira e sua família:

*Se quiser dar-nos o prazer de vir cá jantar no sábado 16 do corrente, muito estimaremos, e V.S. fará o obséquio de dizer a seu mano José. São anos de minha f^a Rosa, porém não fizemos convites a muitas pessoas, que não sejam da família.*²⁶³

²⁶¹ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 4 de Dezembro de 1863. Artigo do redator do jornal.

²⁶² SILVA, Antônio Carlos da. Op. Cit., p 32.

²⁶³ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 390.

O conde sempre se expressa ao final das missivas como “Seu amigo do coração, Baependy”²⁶⁴ e “Sou sempre de V.S. Amigo certo e obrigado. V. de Baependy”,²⁶⁵ e às vezes relata desabafos pessoais:

*Não é motivo de parabéns a minha nomeação para Presidente da Câmara dos Deputados, conquanto seja lugar muito honroso, é de muito trabalho e compromettimentos, e demais eu não o desejava como sabe. Felizmente ainda não tive desgostos e pelo contrário tenho sido tratado com a maior consideração por todos os membros da Câmara.*²⁶⁶

Também observamos que em todas as cartas o conde sempre mandava lembranças a Dona Maria da Saudade. Isto mostra a participação desta mulher na construção das redes de sociabilidade e amizades do casal. Isto, porque as amizades vêm através de sua família, mais especificamente de seus pais, em alianças de longa data, que por ela são repassadas ao marido. Além disso, o conde sempre demonstra a importância dela para si e para sua família. Um exemplo de consideração da amizade e importância de Dona Maria para o conde e sua família, vemos a seguir: “Minha filha Francisca deu a luz com felicidade a 17 do corrente, um menino, que recomendamos à amizade de V.S. e da Ilma. Sra. Dona Maria.”;²⁶⁷ “Recomende-me a todos os amigos e a minha família envia recomendações a Ilma. Sra. D. Maria.”;²⁶⁸ “Desejo-lhe a melhor saúde, à Ilma. Sra. Dona Maria e mesma família”.²⁶⁹ Há uma importante união entre as famílias, e entre as esposas dos dois, como podemos ver, “Agradeço o favor que fez mandando aqui trazer a canastrinha. Minha mulher agradece igualmente à Ilma. Sra. D. Maria, à quem recomenda, os carás mimosos”.²⁷⁰ O conde sempre se recomenda, ao final de todas as cartas, à Maria Izabel de Jesus Vieira. Outro exemplo é uma carta endereçada a João Vieira, aonde um fazendeiro que assinou a missiva como França, manda recomendações: “A Antoninha muito se recomenda a Ilma Sra. Dona Maria e a V.S. e eu da mesma forma”.²⁷¹

²⁶⁴ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 405.

²⁶⁵ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notações 418.1; 418.2; 418.3.

²⁶⁶ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 421.2.

²⁶⁷ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 418.2.

²⁶⁸ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 421.3.

²⁶⁹ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 418.1.

²⁷⁰ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 422.10.

Vemos também uma ligação estreita com os irmãos do conde de Baependy, Manoel Jacintho Nogueira da Gama e Francisco Nicoláo Carneiro Nogueira da Gama, ambos fazendeiros e políticos importantes na região. Isso se mostra por termos nas cartas a citação da participação destes com os esquemas políticos entre João Viera e o conde, e também por ocasião da morte de João Vieira, onde estes encomendam missas de sétimo dia pelo seu falecimento. Fonte: Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 6 de Dezembro de 1863. Artigo do redator do jornal.

²⁷¹ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 392.10.

Assim, percebemos que Dona Maria da Saudade era uma peça chave na manutenção das amizades sócio-políticas de sua família, e participava ativamente na manutenção das mesmas, seja através de presentes como frutas, seja prestando gentilezas às esposas dos amigos de seu marido. Logo, neste patriarcalismo da segunda metade do século XIX, a mulher casada é valorizada e lembrada como peça fundamental das uniões entre as famílias, sejam essas uniões políticas, ou por afinidades e redes familiares. As esposas trocam lembranças e favores umas às outras como forma de manutenção das ligações sociais e assim, atuam ativamente, junto de seus maridos, na construção das redes de sociabilidade.

Outra amizade política importante estabelecida por João Vieira foi aquela com Domingos Custódio Guimarães, o Visconde do Rio Preto. Este é chamado por Eloy de Andrade de “o homem de maior prestígio na zona valenciana, onde não faltavam competidores, como o Visconde de Ipiabas, os Nogueira da Gama, e outros”.²⁷² Dono de 13 fazendas, era o proprietário mais rico da cidade. Também é citado, juntamente com o Barão de Vassouras e os irmãos Souza Breves, como incontestavelmente “os maiores fazendeiros de café, os primeiros no Vale do Paraíba e os últimos no sul da Velha Província”.²⁷³ O visconde foi vereador em vários mandatos, bem como presidente da Câmara Municipal e provedor da Irmandade Santa Casa de Misericórdia por cinco anos seguidos (espaço de tempo conhecido como período “Rio Preto”) – 1864 a 1868, ano de seu falecimento – bem como provedor da Irmandade Senhor dos Passos, Juiz de Paz (por quatro anos seguidos – 1865-1868), capitalista e Tenente-Coronel da Guarda Nacional.²⁷⁴ Segundo Antônio Carlos da Silva, este

*[...] transformou-se, segundo nossa análise, no arquétipo da boa sociedade, consolidando uma ampla rede de sociabilidade, trazendo estabilidade política perspectivas de bons negócios com projetos de grande porte como a construção de um ramal da Estrada União Indústria que saía das portas de sua fazenda, Flores do Paraíso e um ramal dada estrada de ferro, algo que segundo os jornais traria o progresso e muitas oportunidades para a região.*²⁷⁵

Vemos nas cartas do Conde de Baependy a João Vieira, uma relação política estreita entre eles dois e o Visconde do Rio Preto. Todas as vezes que vemos a citação do nome do visconde nas cartas – na época das mesmas, ainda Barão do Rio Preto - ele é chamado de “nosso amigo Barão”.²⁷⁶ É um laço de sociabilidade que perdurará para as próximas gerações, pois uma das netas do casal João e Maria Vieira se casará com o neto do Visconde e a

²⁷² ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 262.

²⁷³ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 261.

²⁷⁴ SILVA, Antônio Carlos da. Op. Cit., p 16; 53-54.

²⁷⁵ SILVA, Antônio Carlos da. Op. Cit., p 15.

²⁷⁶ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notações 386; 418.1; 418.2; 422.3.

principal fazenda da família Custódio Guimarães, a famosa fazenda-modelo “Paraíso”, será comprada pelo filho do casal, Manuel Vieira Machado da Cunha.²⁷⁷

Para Antônio Carlos da Silva, os espaços de poder políticos e de redes de sociabilidade em Valença foram articulados em torno do Conde de Baependy e o Visconde do Rio Preto, e estes se tornaram grandes líderes dos objetivos da classe senhorial na região, cada um em momentos diferentes.²⁷⁸ O poder na Câmara Municipal da cidade, do início de sua criação até a data de 1868, foi dividido pelo autor, entre o período de Estruturação, o “período Baependy” e o “período Rio Preto”,²⁷⁹ que marcam as eras de grande influência e permanência destes e de seus aliados à frente da câmara municipal valenciana. E entre a rede de sociabilidade sócio-política desses homens encontra-se João Vieira Machado da Cunha.

Logo, em meio às palavras de amizade e sociabilidade trocadas entre o conde de Baependy e João Vieira nas cartas, encontravam-se diversos esquemas políticos acerca da política conservadora na freguesia de Santa Thereza. Eram estratégias para eleição de vereadores, juízes de paz e delegados de polícia, nomes para compor os cargos da Guarda Nacional, bem como o cotidiano da construção da Igreja Matriz da cidade. Vemos que João Vieira era uma peça chave para os assuntos políticos do conde de Baependy na freguesia de Valença. Enquanto o conde se encontrava na Corte, João Vieira era procurador e articulador político dos assuntos do Conde na região de Valença; com essa posição privilegiada, João Vieira soube se projetar social e politicamente na sua freguesia.

Inicialmente, vemos cerca de quarenta cartas que tratam da construção da Igreja Matriz da freguesia de Valença. O seu fundamental papel nessa obra o tornou reconhecido e lembrado, na ocasião de sua morte, como “um daqueles que mais concorreram para a edificação da matriz da referida freguesia”.²⁸⁰ A importância dessa construção mostra-se no fato de que, depois da fazenda e da câmara municipal, a Igreja Matriz de uma cidade oitocentista era o principal local de sociabilidade, que representava não só um espaço de religiosidade fulcral para aquela sociedade, mas também o ponto de referência para a ocorrência de diversas atividades sociais públicas, festivas e particulares.²⁸¹ Era um espaço que foi sendo construído por e para a classe senhorial oitocentista, da qual João Vieira era um

²⁷⁷ FORJAZ, Jorge; MENDES, Antônio Ornelas. Op. Cit. p 294.

²⁷⁸ SILVA, Antônio Carlos da. Op. Cit., p 13.

²⁷⁹ SILVA, Antônio Carlos da. Op. Cit., p 40.

²⁸⁰ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 4 de Dezembro de 1863. Artigo do redator do jornal

²⁸¹ Além das festas religiosas como da padroeira da cidade, páscoa e comemorações natalinas, era na Matriz de Valença que se publicavam os editais públicos para convocação da junta de qualificação da Guarda Nacional, as listas de eleitores para vereadores, juízes de paz, delegados, subdelegados, bem como era um espaço público de sociabilidade, encontros entre famílias, etc.

de seus representantes. E sendo um destes, destacou-se como um dos principais idealizadores da obra e aquele que com mais capital e trabalho contribuiu para a mesma. Os principais que tomaram a frente para viabilizar os recursos e coordenar as obras - além de João Vieira que foi tesoureiro da comissão de tesouraria para as obras da Matriz de 1858 a 1862²⁸² - foram o conde de Baependy (na época visconde), o Tenente-Coronel Francisco Roiz Barbosa e o visconde do Rio Preto (na época barão), através da comissão de tesouraria. Enquanto o visconde de Baependy conseguia os recursos na Corte através da tesouraria provincial, João Vieira ficava a cargo de recebê-los e distribuí-los, para a compra dos materiais de construção e da contratação de funcionários bem como o pagamento de empreiteiras. O visconde de Baependy deveria mandar recursos e satisfações sobre estes e caso não chegassem a tempo, era do próprio bolso que João Vieira, o barão do Rio Preto e Francisco Roiz pagavam os funcionários e materiais.²⁸³ Além das doações de materiais, utensílios e até a imagem da padroeira para a edificação da Matriz, estes homens também doavam bastante capital. Vemos listas com dezenas de nomes de homens pertencentes à classe senhorial valenciana, os quais doaram certas quantias para a construção da Igreja Matriz. Em todas as listas vemos que João Vieira era o principal doador, com as maiores quantias de capital, seguido pelo visconde de Baependy e o barão do Rio Preto.²⁸⁴ Ou seja, João Vieira foi o que mais contribuiu em dinheiro e serviços para as obras da Matriz, com capitais avultados, superando até os mais ricos barão do Rio Preto e visconde de Baependy. Ali ele consolidava seu lugar social e importância para a sociedade valenciana no presente e para as próximas gerações.

Em sua vida pública, João Vieira alcançou distinção social, acumulando cargos importantes na administração da freguesia de Valença, os quais lhe conferiam autoridade e poder simbólico. Alcançou tal distinção, pois foi uma peça importante entre as redes de sociabilidade do conde de Baependy e do partido conservador em Valença. João Vieira exerceu carreira na Guarda Nacional, tendo se tornado Capitão da terceira Companhia do primeiro Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional do Município de Valença em 1850.²⁸⁵ Como capitão ele ocupava o posto mais alto da 3ª Companhia. Em 1860 era o Presidente da Junta de Qualificação da Guarda Nacional da Freguesia de Santa Thereza de Valença,²⁸⁶ pela qual se escolhiam os nomes daqueles aptos a servir em vários postos da dita Guarda. Logo, observamos que entre os postos mais altos da Guarda em Valença, encontravam-se parentes

²⁸² Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 424.1.

²⁸³ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 421.2.

²⁸⁴ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notações 424; 425; 426; 427; 429; 430.

²⁸⁵ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 664.2.

²⁸⁶ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 300.

seus e de sua esposa, e homens de sua rede de amizades como José de Souza Werneck Júnior, Alexandre da Silveira Vargas, Ignácio José d'América Pinheiro e Severino Roiz. O conde de Baependy e o visconde de Ipiabas (irmão de Dona Maria da Saudade), como comandantes supremos da Guarda Nacional, frequentemente nas suas cartas dispunham de João Vieira para organizar as Juntas de Qualificação e a eleição dos nomes dos cidadãos aptos a participar.²⁸⁷ Toda a Guarda Nacional da região de Valença e Paraíba do Sul se encontrava nas mãos de parentes e aliados políticos do conde de Baependy e de João Vieira Machado da Cunha.²⁸⁸ Por fim, foi reformado como Major Ajudante de ordens do Comando Superior da Guarda Nacional dos Municípios de Valença e Paraíba do Sul da Província do Rio de Janeiro, em 1861.²⁸⁹ Vale ressaltar que na posse de cargos, este desfrutava de “todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas em que diretamente lhe competirem”.²⁹⁰ Tais cargos na Guarda Nacional eram disputados pelos fazendeiros que não possuíam títulos nobiliárquicos. Eles eram considerados como cargos de distinção de honra e de status, diferenciando os cidadãos que os possuíam. Como vemos nas cartas patentes assinadas pelo Imperador concedendo os títulos para João Vieira esses cargos eram dados por “merecimento”; o Imperador mandava que, de posse desta carta patente, as autoridades competentes e seus oficiais superiores “o tenham e o reconheçam pelo tal homem e estimem, e a todos os seus subalternos que lhe obedeçam e guardem suas ordens no que tocar ao serviço Nacional e Imperial tão fielmente como devem e são obrigados”.²⁹¹ Ou seja, vemos mais uma forma de grande honra e distinção social de João Vieira Machado da Cunha na região do Médio Paraíba.

E em diversas cartas trocadas entre João Vieira e o conde de Baependy comenta-se um esquema para lançamento e eleição de nomes para juízes de paz e delegados de polícia. Em 1855, João Vieira era subdelegado de polícia e responsável direto pela ordem em colônias de imigrantes, que como sabemos, existiam em algumas fazendas do conde de Baependy e também na fazenda de Santa Justa.²⁹² Em 1857, o conde de Baependy pede para João Vieira

²⁸⁷ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notações 388; 389; 390.

²⁸⁸ Podemos ver que o Visconde de Ipiabas, cunhado de João Vieira também foi, por muitos anos, comandante Supremo da Guarda Nacional e Manoel Jacintho Carneiro Nogueira da Gama, irmão do conde de Baependy, era o Tenente Coronel Chefe do Estado Maior. Em uma das cartas estes convidavam João Vieira para um jantar de gala da Guarda. Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 388.

²⁸⁹ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 664.1.

²⁹⁰ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 664.1.

²⁹¹ Idem.

²⁹² Em uma carta de 1855, encontramos o pedido de ajuda de Raimundo João dos Santos - administrador de uma colônia de imigrantes na fazenda de Santa Justa - a João Vieira, pelo qual este agisse energicamente contra uma revolta de colonos prendendo os líderes e dando castigo exemplar a todos. Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 378. Em outra carta, de 1859, escrita sem formalidades, como

conduzir e substituir a saída do subdelegado: “Agora é indispensável que você assuma a jurisdição”.²⁹³ Nesta carta, o conde está articulando a saída do delegado e do primeiro substituto e passando a João Vieira o nome daqueles que iriam entrar nesses cargos e funções (todos de sua rede de amizades), além de João Vieira precisar assumir um cargo para que se mantivesse a ordem e a jurisdição em Valença. Além disso, acumulou também a função de Juiz de Paz, de 1857 a 1860, também por influência do conde de Baependy que o manda comparecer na freguesia no dia 06 de fevereiro de 1857, para tomar posse da função. Também ficava responsável pela nomeação dos inspetores de quarteirão da sua freguesia. Assim, além de Juiz de Paz, João Vieira ficou neste cargo de subdelegado até 1860; vemos que este possuía autoridade sobre o delegado e os demais cargos da delegacia, através dessa rede de poder e sociabilidades com o conde de Baependy, sendo o representante da lei e ordem entre os fazendeiros locais. Em 1860 era reconhecido como “Major João Vieira Machado da Cunha. Substituto de Subdelegado da Freguesia de Santa Thereza, seu Juiz de Paz e Fazendeiro do mesmo lugar. Qual goza de crédito e reputação”.²⁹⁴

Como político, João Vieira Machado da Cunha foi considerado pelo *Jornal do Commercio*, um dos conservadores mais importantes da freguesia de Santa Thereza de Valença, além de constantemente ser um de seus primeiros eleitores.²⁹⁵ Ele fazia parte desse esquema político bem estruturado entre os fazendeiros conservadores mais ricos da cidade – os já citados, conde de Baependy, Visconde do Rio Preto, Visconde de Ipiabas, seus familiares e amigos. Era, portanto, uma peça importante na política de eleição de cargos da câmara de vereadores e na política de cooptação de votos para a eleição de deputados e senadores no colégio eleitoral de Valença, um dos mais importantes da província do Rio de Janeiro.

Em cartas no ano de 1856, do conde de Baependy para João Vieira, vemos estas articulações políticas. Em uma carta do mês de abril, o conde consultava João Vieira sobre os nomes de uma chapa a ser votada para o quadriênio da câmara de vereadores, se antevendo a uma chapa de seus rivais políticos.²⁹⁶ Nela, ele cita que já comunicara tudo ao cunhado de João Vieira, o Visconde de Ipiabas, e que iria informar ao Barão do Rio Preto, os ditos nomes. Em outra epístola escrita, um mês depois, o conde mandava que João Vieira e o “amigo”

entre amigos, “França” remetia três colonos a João Vieira, para serem castigados por fazerem desordem nas colônias. Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 392.

²⁹³ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 386.2.

²⁹⁴ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 336.

²⁹⁵ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 4 de Dezembro de 1863. Artigo do redator do jornal.

²⁹⁶ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 386.1.

Francisco Roiz, organizassem a lista de 307 eleitores do município e os nomes dos candidatos para Juiz de Paz e vereadores, de forma organizada, para “não causar desgastes e nem intrigas entre a população da Freguesia”.²⁹⁷ Para vereadores, deveriam adotar aos que viessem na chapa organizada pelo Visconde de Ipiabas e pelos “amigos da Vila”, a fim de que “possam entender-se com nossos amigos para que compareçam e votem de conformidade” e “tratem seriamente deste negócio”.²⁹⁸ Ao final, o conde de Baependy pedia a ajuda de João Vieira e de sua família, em aproveitar esses dias para falar aos votantes.

Em outra carta, do ano de 1857, o conde de Baependy dizia ser conveniente que João Vieira estivesse em Vassouras para a eleição de senador, e desse um dos seus votos para seu aliado Dr. Bernardo Augusto D’Azambuja.²⁹⁹ Podemos ver também que o conde mantinha João Vieira informado sobre a situação política conservadora na Corte. Ainda em 1857, contava-lhe sobre as eleições para deputado, e o “perigo dos liberais”, mas que havia sido eleito provedor da câmara dos deputados com quase todos os votos.³⁰⁰ Em junho do mesmo ano o conde relatava:

*O ministério não encontrará oposição séria em ambas as Câmaras, e o discurso do Marques de Olinda, que acabará no Jornal do Comercio de 11 do corrente, tranquilizou completamente o lado conservador, que sem duvida forma dois terços da Câmara dos Deputados, a qual tinha algum receio de influência que o Souza Franco poderia querer exercer no ministério em favor dos seus antigos amigos políticos.*³⁰¹

Em carta de 1863, o conde está desabafa, falando que o jornal “O Comércio Mercantil” anunciou que em Valença teriam vencido “os liberais nas freguesias de Conservatória, Santa Thereza e Ipiabas!” [grifo do próprio conde].³⁰²

Ou seja, além de João Vieira resolver assuntos políticos e sociais do conde de Baependy, enquanto este se encontrava na Corte, o mesmo tinha grande intimidade com João Vieira, ao qual lhe fazia desabafos pessoais e tratava de assuntos políticos sérios através de correspondências. Além disso, o conde constantemente pedia o apoio de João Vieira e sua família para cooptar votantes, mostrando que estes possuíam grande importância para a política local em Valença.

No ano de 1861, observa-se uma lista de contagem de votos para juízes de paz e seus suplentes. Como mais votado Juiz de Paz aparece o Dr. Manoel Jacintho Nogueira da Gama e

²⁹⁷ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 418.2.

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 368.3.

³⁰⁰ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 421.1.

³⁰¹ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 421.2.

³⁰² Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 422.10.

depois o Major José Vieira Machado da Cunha (o primeiro, irmão do conde de Baependy e o segundo, irmão de João Vieira). Como suplente mais votado aparece o capitão João Vieira Machado da Cunha, e logo após, pessoas da rede de sociabilidades dele como Francisco Roiz Barbosa, João José Vieira, Ignácio Pinheiro Werneck e o Barão do Rio Preto.³⁰³ No mesmo ano de 1861, vemos outra lista de vereadores e suplentes eleitos para a câmara municipal de Valença, para o quadriênio 1861 a 1864. Nela, João Vieira Machado da Cunha aparece como suplente mais votado (e suplente do Barão do Rio Preto, vereador mais votado), com 86 votos, seguido de Francisco Roiz Barbosa, com 80 votos. Além disso, vemos que essa era uma diferença muito grande dos demais suplentes eleitos, que apresentavam de 4 a 12 votos.³⁰⁴ Ou seja, João Vieira contava com grande prestígio e uma enorme rede de amigos entre os eleitores da freguesia que votavam maciçamente em seu nome para tais cargos. Observa-se então que era grande o poder dessa rede de sociabilidades em monopolizar o poder das instituições públicas em Valença, colocando vários de seus familiares e amigos nos cargos.

Ainda no ano de 1863 vemos que outros políticos pediram o auxílio de João Vieira para a eleição de seus nomes. Eusébio de Queirós, em carta escrita a punho solicitava voto de João Vieira para as eleições de senador da Província do Rio de Janeiro, bem como o “apoio, que desejo dever á sua valiosa aprovação da minha vida pública”.³⁰⁵ Outra carta, de Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato pedia “o favor de seu valioso apoio à minha reeleição de Deputado”.³⁰⁶ Ele trata com muita honra e respeito, reconhecendo a importância do apoio político de João Vieira no colégio eleitoral de Valença, se mostrando grato a favores que devia, bem como com toda consideração e estima. Assim, podemos dimensionar que tamanha importância e influência política João Vieira Machado da Cunha possuía na sua região, que também se refletia na Corte, sendo essencial seu apoio para as eleições de senadores e deputados.

Logo, no ano 1863, João Vieira está desfrutando do auge de seu poder político, econômico e social na freguesia de Valença e sua esposa, Maria Vieira, compartilha com o cônjuge os frutos deste status. João Vieira possuía importância militar na Guarda Nacional, como major; importância na lei e ordem em sua freguesia, como subdelegado, Juiz de Paz e suplente de Juiz de Paz; importância política como eleitor e suplente de vereador, sendo requisitado seu voto e apoio por candidatos à câmara de deputados e ao senado, além de ser

³⁰³ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 350.

³⁰⁴ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notações 351 e 353.

³⁰⁵ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notações 369.

³⁰⁶ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notações 370.

peça chave na política do partido conservador da região do Médio Paraíba; emprestava dinheiro a juros, assumindo a dívida de outros fazendeiros da região e era requisitado pelas casas comerciais para lhes transportar o seu café - sua morte foi prematura e, caso vivesse mais, provavelmente poderia conquistar títulos nobiliárquicos, como aconteceu com seus dois irmãos, José e Mizael, que anos depois tornar-se-iam os barões de Rio das Flores e de Magdalena. Já sua esposa atuava na construção e manutenção das redes de sociabilidade e como acreditamos, na administração interna de seus negócios da fazenda.

Momentos de incerteza: a viuvez e a imprevisibilidade quanto ao futuro

Em 30 de novembro de 1863 falece, aos 51 anos, João Vieira Machado da Cunha. A morte do patriarca traz um profundo desequilíbrio para a família, para a estabilidade da casa, do complexo agrícola que a envolve e das redes de sociabilidade que perpassam por todas as áreas e contextos os quais por todos os lados se correlacionam. É um momento de grande incerteza. A abertura de inventários, a partilha de bens, o pagamento das dívidas deixadas, o testamento e a herança deixada para os herdeiros, são momentos de tensão e desequilíbrio na “harmonia” que até então o patriarca sustentava como mantenedor da ordem social de sua casa e negócios. A possibilidade de endividamento, falência, da quantidade de herdeiros ser maior do que os bens legados possam sustentar, da possibilidade desses ainda serem menores de idade e precisarem de tutela, etc., trazem uma imprevisibilidade sobre o futuro tanto da família, quanto dos negócios (tudo o que envolve a fazenda e atividades relacionadas a esta) e das redes de sociabilidade (amizades políticas, econômicas, sociais). Na figura do patriarca e na sua administração estavam a esperança dos credores, dos comissários e de todos aqueles envolvidos no ambiente de negócios, que esperavam deste a boa administração do complexo agrícola para continuarem recebendo suas dívidas, juros, a safra do café e todas as demais transações financeiras.

No caso de João Vieira também estavam depositados a manutenção de boa parte da política local conservadora em Valença, de uma parcela da ordem de sua classe a ele depositada por muitos anos, da administração de certos órgãos públicos. Para a família patriarcal, o *pater-familia* era o baluarte do sustento, o mantenedor da ordem e da educação de seus filhos, aquele que casaria com as melhores famílias suas filhas, o pai, o marido, o senhor. Abria-se espaço para muitos conflitos no seio da família patriarcal. Outro fator ainda, o patriarca era o senhor de toda a sua escravaria, era o símbolo maior de toda a coerção e de submissão daqueles que o obedeciam; inspirava medo, respeito, confiança, ódio, e, sobretudo,

representava a ordem de todo o sistema escravista em sua fazenda. Como cita um contemporâneo, “no âmbito de suas terras, o fazendeiro foi sempre o mesmo: um semideus para os escravos, agregados, empregados e até para a sua própria família”.³⁰⁷ Quem iria substituí-lo? Por certo perguntaríamos: nesse momento, quem poderia suprir a falta de João Vieira em todas as suas funções na casa, fazenda e sociedade? Quem administraria tudo isso? Dos seus nove filhos, apenas o primogênito João Vieira Machado da Cunha, de mesmo nome do pai, era maior de idade (há um ano), e estudava direito em São Paulo. Quem seria o tutor destes órfãos?

Giovanni Levi, estudando grupos familiares de camponeses na cidade de Santena, Itália, durante o século XVII, pôde observar que a base da ação social destas famílias era a procura de segurança e a transmissão de seu status, conservando-o de geração em geração.³⁰⁸ As famílias desenvolviam uma série de estratégias, diferentes, simples ou complexas, no intuito de manter todos os bens que haviam adquirido, assim como o status, e repassá-lo para as gerações posteriores podendo aumentá-lo. Dada a confluência de tantos fatores surpresas negativos que poderiam desagregar o sistema econômico e social da família, como a morte do patriarca e dos próximos sucessores, a prisão dos filhos mais velhos, o confisco das terras devido a dívidas, prejuízo nas colheitas, etc., o que se desenvolviam eram estratégias no intuito de diminuir a insegurança, provocando uma previsibilidade de atuação daquele grupo para o futuro e para segurança de seus herdeiros; era uma sociedade à procura de segurança.³⁰⁹ Como cita Levi:

*Trata-se de formas relativamente elásticas que se adaptam às situações que os ciclos de vida, os acontecimentos políticos ou econômicos externos e os incidentes mais inesperados podem, aos poucos, criar. Esta sociedade, como qualquer outra, é composta por indivíduos conscientes da margem de imprevisibilidade que organiza cada comportamento. Essa incerteza não deriva apenas da dificuldade em prever o futuro, mas, também, da consciência que dispõe de informações limitadas quanto às forças que operam no ambiente social no qual se deve agir. Tal sociedade não era, todavia, paralisada pela insegurança, hostil a qualquer risco, passiva ou enraizada sobre fatores imóveis de autoproteção. O aprimoramento da previsibilidade para aumentar a segurança foi um motor potente de inovação tecnológica, psicológica e social e as estratégias nas relações [...] foram parte das técnicas de controle do ambiente.*³¹⁰

³⁰⁷ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 186.

³⁰⁸ LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. RJ: Civilização Brasileira, 2000. p 99.

³⁰⁹ *Ibid.*, p 105.

³¹⁰ *Ibid.*, p 104.

Da mesma forma que nessa sociedade descrita por Levi, nos tempos de Maria Vieira o mesmo ocorria. O momento da viuvez era de grande imprevisibilidade para o futuro e requeria uma pessoa que pudesse utilizar de estratégias para amenizar a insegurança quanto ao futuro. Enfim, o que se esperava da pessoa que viesse a substituir o patriarca eram ações no intuito de diminuir tamanho grau de incerteza e insegurança quanto ao futuro da família e do complexo agrícola que ela dependia. Geralmente, neste período de incertezas, a viúva legava a administração da fazenda a um filho mais velho, a um irmão ou cunhado experiente, a algum amigo importante entre suas redes de sociabilidade, o qual poderia até tutelar os filhos. Porém, no caso de Maria Izabel de Jesus Vieira, ocorreu algo diferente, porém não incomum no Vale do Paraíba Fluminense. Maria da Saudade tomou para si a administração dos negócios de sua fazenda, a tutela de seus filhos, a manutenção das redes de sociabilidade adquiridas, enfim, assumiu as funções do pater-família. Ela não quis deixar a administração dos bens de sua família nas mãos de seu irmão, Visconde de Ipiabas, que era o mais velho, mais poderoso econômica e politicamente e mais próximo parente seu, e nem ainda de seu filho mais velho ou qualquer outro familiar. Tal opção era viável, recorrente, e lhe proporcionaria viver às custas dessa administração até sua morte.

A opção por tocar pessoalmente os negócios após a viuvez reforça a hipótese de que Maria Izabel de Jesus Vieira cuidava da fazenda junto de seu marido, visto que em menos de um mês após o falecimento deste, Maria Vieira já estava cuidando da venda e do transporte do café de sua fazenda. Como lemos em carta-recibo de Fortunato dos Santos Xavier, em 20 de dezembro de 1863:

*Recebi da Ilma. Sra. D. Maria Izabel de Jesus Vieira oitenta e oito sacos com trezentos e cinquenta e uma arrobas e uma libras de café vindo da Fazenda da Saudade pela sua tropa para por sua conta ser entregue no Rio de Janeiro aos Srs. Cunha & Aquino. [...] Villa de Iguassu 20 de dezembro de 1863.*³¹¹

Maria Izabel continuou normalmente com a produção de café de sua fazenda, administrando as colheitas, o transporte através de tropa própria, as relações de amizade e comércio com Fortunato Xavier e com seu comissariado de café Cunha & Aquino. Em uma carta de Cunha & Aquino para ela, que se refere a todo o primeiro semestre de 1864, vemos que d. Maria deu continuidade a todos os empreendimentos de sua família, e mesmo, avançou em outros aspectos.³¹² Ela dera ordem de pagamentos a firmas comerciais como Azevedo & Sobrinho, Reis & Vasconcellos, bem como a Ignácio Pinheiro e José de Souza Werneck.

³¹¹ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 516.

³¹² Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 525.

Pagava também mesadas e despesas de seus filhos que estudavam fora de Valença. Vemos também que Cunha & Aquino encerraram a conta antiga de João Vieira Machado da Cunha e criaram uma conta nova na casa comissária, em nome de D. Maria Izabel de Jesus Vieira. Logo, Maria da Saudade assumiu prontamente todo o comando da fazenda e dos negócios da família, em seu nome, após o falecimento de seu marido, e isto demonstra que ela já reunia em si o conhecimento de todos os negócios da fazenda, redes de sociabilidade, etc., portanto, confirmando nossa hipótese de que ela já atuava na administração dos negócios junto de seu marido, possivelmente na ausência deste quando estava em viagens à Vassouras, à Corte ou a outras regiões.

Observamos, porém, que não podemos considerar isto um fato inédito para época, pois era considerável o grau de conhecimento das condições da fazenda, da sua produção e de seu cotidiano por parte de muitas senhoras fazendeiras viúvas. Aquela visão da mulher reclusa dentro de casa “alienada com o mundo lá fora” parece ser um grande equívoco. Além dos exemplos que discorremos no primeiro capítulo,³¹³ documentos deixados pela Baronesa de Paty do Alferes (prima de Maria da Saudade), por exemplo, nos demonstram esse grau de conhecimento. Em 1862, no inventário dos bens do falecido marido, produziu o “Relatório do estado de nossa casa, desde 6 de dezembro de 1861 até 6 de dezembro de 1862”.³¹⁴ Nesse relatório, a baronesa demonstra que conhecia o estado das terras para a plantação do café, o empobrecimento do solo, a precária situação dos escravos e os meios pelos quais eram expostos a diversos tipos de doenças, tecendo opiniões muito firmes sobre isso. Fala também muito sobre sua administração na fazenda como a compra de maquinário para a colheita de café, as vantagens da introdução do maquinário para plantação e o que mandara fazer para melhorar as técnicas da colheita.³¹⁵ Sua filha, Maria Isabel de Lacerda Werneck, a Viscondessa do Arcozelo, manteve um registro do seu cotidiano, no qual relatava muito sobre suas ações na administração doméstica e o trato com a escravaria em sua fazenda. Ali relata

³¹³ São nomes como Inácia Maria de Jesus, Rosa Maria Joaquina, Rosa Joaquina Garcia, Anna Jesuína Teixeira Leite, Viscondessa de Santa Justa, Ludovina Maria de Jesus, Iria Umbelina Vieira Guião, Maria dos Anjos Sanches Paiva, Anna Isabel de Lacerda Werneck, Maria Francisca das Chagas Werneck, Rita Joaquina Rosa da Conceição, Porcina Maria da Luz Fonseca, Zeferina Adelaide dos Santos Werneck, etc.³¹³ Todas estas mulheres, oriundas de famílias importantes da região do Médio Paraíba, após a morte de seus maridos, assumiram a direção da administração de sua fazenda e negócios, tendo destaque em sua sociedade, muitas prosperando ainda mais que seus maridos. Ver: ALEGRIO, Leila V. *O café, o Vale do Paraíba e a mulher fazendeira*. Op. Cit.

³¹⁴ Relatório do estado de nossa casa, desde 6 de dezembro de 1861 até 6 de dezembro de 1862 – Inventário, 1862. Falecido Barão do Paty do Alferes. Inventariante: Francisco de Assis e Almeida. Fazendas Monte Alegre, Manga Larga, Piedade, Sant’Ana, Palmeiras, Monte Líbano, Conceição. Apud MAUAD, Ana Maria; MUAZE, Mariana. *A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo*. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p 199-201.

³¹⁵ Relatório do estado de nossa casa, desde 6 de dezembro de 1861 até 6 de dezembro de 1862 – Inventário, 1862. Falecido Barão do Paty do Alferes. Inventariante: Francisco de Assis e Almeida. Fazendas Monte Alegre, Manga Larga, Piedade, Sant’Ana, Palmeiras, Monte Líbano, Conceição. Apud STEIN, J. Stanley. Op. Cit. p 276.

também o cuidado com a família extensa, com os filhos e com a manutenção da rede de sociabilidade. Ao final da vida foi inventariante dos bens do marido.³¹⁶ É muito interessante analisar o trabalho feito por Ana Mauad e Mariana Muaze, já citado aqui, sobre a Viscondessa, pois são inúmeras as responsabilidades colocadas ao seu cargo para o bom funcionamento não só de uma, mas de três fazendas da família. Como as autoras citam:

*Todos os itens ligados à gerência eram anotados detalhadamente: os gastos como a compra de tecidos, com produtos para consumo da casa, com produtos para serem vendidos; [...] os alqueires de café colhidos; os estragos na agricultura causados pelas chuvas [...] o pagamento de dívidas e serviços; o pagamento de ordenados [...] A viscondessa compra açúcar para vender, assume a venda de animais, empresta dinheiro, recebe constantemente mercadorias vindas da Corte para fins mercantis.*³¹⁷

Nesses inventários vemos o profundo conhecimento que estas mulheres possuíam de sua fazenda e negócios. Outros exemplos são de Anna Joaquina de São José Werneck (sobrinha de Maria Vieira), que em inventário citava “Pelo curso natural dos fatos a maior parte de nossa propriedade tende a diminuir através das mortes e enfermidades dos escravos [...]”;³¹⁸ Maria Magdalena de Castro Moreira, que lucrou com a venda dos escravos para saldar dívidas após a morte do marido, dizendo dispor da “propriedade mais vendável [...] meus escravos”, porém criticando esta como destinada à ruína e desaparecimento;³¹⁹ Evalina Teixeira M. Werneck (outra parente de Maria Vieira) também inventariava os bens do falecido marido.³²⁰ Nota-se que o tema escravos e a importância destes era recorrente, dada a proximidade da mulher fazendeira com os mesmos diariamente e a sua responsabilidade no tocante à manutenção de sua sobrevivência, como a alimentação, vestuário, criação dos filhos, batismos e casamentos.

Destacamos o fato de essas fazendeiras serem inventariantes, pois não eram necessariamente as viúvas que procediam à produção do inventário, mas aqueles que tinham a capacidade técnica e conhecimento suficientes para exercerem o papel importante de inventariantes; geralmente eram escolhidos parentes ou amigos próximos, que já possuíam alguma experiência nessa questão, e muitos homens que já tinham a experiência de inventariantes, os quais faziam isso em diversas fazendas. Se estas tomaram para si a função

³¹⁶ Inventário, 1891. Falecido Visconde do Arcozello. Inventariante Viscondessa do Arcozello. Apud: STEIN, J. Stanley. Op. Cit. p 329.

³¹⁷ MAUAD, Ana Maria; MUAZE, Mariana. Op. Cit. p 205; 207.

³¹⁸ Inventário, 1862. Anna Joaquina de São José Werneck. Fazendas Recreio, Pindobas e Palhas. Apud: STEIN, J. Stanley. Op. Cit. p 267.

³¹⁹ Inventário, 1856. Falecido Joaquim Francisco Moreira. Inventariante: Maria Magdalena de Castro Moreira. Fazendas Floresta e Vitória. Apud: STEIN, J. Stanley. Op. Cit. p 267-269.

³²⁰ Inventário, 1900. Falecido Manoel Peixoto de Lacerda Werneck. Inventariante: Evalina Teixeira M. Werneck. Fazenda Monte Sinai. Apud: STEIN, J. Stanley. Op. Cit. p 312-313.

de inventariantes dos negócios de seus maridos, é porque realmente conheciam e tinham a capacidade de exercê-la. Além destes exemplos, nos núcleos familiares mais próximos ao de Dona Maria da Saudade ocorreu o mesmo: a sua mãe, Isabel Maria da Visitação, ficou viúva em 1860 e sozinha administrou os bens de seu falecido marido, até sua morte, em 1876, portanto, dezesseis anos de administração autônoma sem legá-la a qualquer parente; além desta, sua cunhada, Ana Francisca de São José, Viscondessa de Ipiabas, ficou viúva em 1882, administrando os bens de sua família até sua morte em 1892, logo, dez anos de administração autônoma. Outro autor que confirma estes exemplos é Stanley Stein, o qual cita que, o fato de a fazendeira viúva tomar para si toda a responsabilidade e a figura de mantenedora da casa e negócios, era muito recorrente no Vale do Paraíba, pois muitas mulheres após a morte de seus maridos aproveitavam para gerirem suas vidas mais “livremente” bem como os negócios de sua casa.³²¹

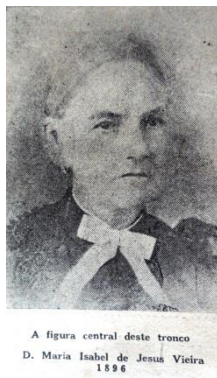
Assim, concluímos que nessa sociedade patriarcal construída durante o século XIX, a mulher, após tornar-se viúva, poderia (e era comum) assumir as funções do pater-família. A família senhorial oitocentista aceitava esta dinâmica, além de dar o apoio e suporte suficientes para que se mantivesse próspera e perpetuada. Assim, a viuvez poderia permitir uma espécie de emancipação da mulher perante aquela sociedade patriarcalista, na qual esta assumiria o comando de espaços destinados ao homem, como o comando de uma fazenda. Talvez a chave para compreender essa possibilidade de autonomia feminina naquela sociedade, seja a mudança de status destas mulheres após viuvez. Para aquela sociedade, quando seus maridos faleciam, elas não eram reconhecidas mais como filhas, nem irmãs, nem sobrinhas, etc., elas eram conhecidas como Senhoras. Não pesava mais a tutela de nenhum homem sobre as mesmas, pois o último que possuía essa autoridade era o marido. Nas cartas dos comissários de Dona Maria da Saudade, nos relatos de obituários, nas cartas trocadas pelo seu falecido marido as quais faziam referências a ela, Dona Maria da Saudade é sempre chamada de Prezada ou Ilustríssima *Senhora*. Pensamos que este seja um novo patamar social, que as possibilita essa atuação autônoma nesta sociedade patriarcal, em espaços estritamente masculinos, quais eram, dirigir uma fazenda, comandar escravos, comprar e vender terras, imóveis e cativos, ou até influenciar no traçado de uma ferrovia, o que veremos Maria Vieira fazendo, no próximo capítulo.

Logo, é nesse contexto de incertezas e instabilidades que Maria Vieira assume a direção de sua casa e fazenda. E para assumi-los, ela estava consciente que dispunha de

³²¹ STEIN, J. Stanley. Op. Cit. p 187.

estratégias e meios suficientes para conduzir seu futuro de forma a manter o poder, riqueza e status social de sua família para as próximas gerações. Porém, quais tipos de estratégias, teria a seu dispor uma mulher, que fora criada para cuidar apenas dos assuntos domésticos, da criação dos filhos, cuidado com agregados, escravaria, etc.? Qual era o limite de seu conhecimento do meio social em que vivia? O que ela herdara de forma a poder conduzir a família e os negócios? Muitos negócios deixados nas mãos de muitas viúvas, em poucos anos, chegavam à decadência. Porém, no caso de Maria Vieira foi o contrário, ela viveu quarenta anos na viuvez, e nesse tempo logrou diversos êxitos para toda a família. As respostas para estas perguntas serão respondidas a seguir.

Capítulo 4: Maria da Saudade: estratégias de uma senhora para manutenção do poder familiar



Dona Maria Izabel de Jesus Vieira. Fonte: RAMOS, Belisario Vieira. Op. Cit. p 145.

Maria da Saudade, ao assumir o lugar de seu marido na gestão da vida e negócios de sua família, desenvolveu diversas estratégias para dar continuidade ao poder e riqueza de sua casa, diminuindo a imprevisibilidade e a insegurança que atingiram os seus no momento do falecimento do patriarca. Dentre essas estratégias recorridas, muitas desenvolveu com todo o aprendizado de uma vida pautada na formação de grandes complexos agrícolas (as fazendas de seu pai e marido) nos primeiros tempos de abertura do Vale do Paraíba, de tudo o que era necessário para fazer crescer esses empreendimentos, conhecer os terrenos de plantação, as sementes certas, o tempo das colheitas, o tipo de serviço que cada escravo exercia, os animais ideais e necessários para o transporte, as atividades exigidas de um fazendeiro para manter suas terras; Maria Vieira já desenvolvera intimidade com o cotidiano e o trabalho que era executado na fazenda, pois tudo isso aprendera desde a infância, era o ambiente natural dela, não conhecia outro mundo.

Como vimos, o inventário de João Vieira Machado da Cunha, bem como outras fontes a respeito dos bens da fazenda da Saudade e a sua quantidade de escravos, pés de café, etc., foram deteriorados com o tempo, o que não nos dá uma noção de todos os bens deixados para Maria da Saudade e filhos. Como já descrito, Maria Vieira herdara cerca de 100 escravos e um total de pés de café e de engenho avaliados em mais de 181 contos de réis.³²² A pesquisadora Leila Alegrio, cita em estudo sobre as fazendeiras do Vale do Paraíba, que a fazenda da Saudade possuía, no momento da viuvez de Maria Vieira, 246 mil pés de café.³²³

³²² Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 325.

³²³ ALEGRIO, Leila V. *O café, o Vale do Paraíba e a mulher fazendeira*. Op. Cit. p 459.

Com isso, herdou uma produção considerável da rubiácea com transporte através de tropas próprias, e uma vasta rede de sociabilidade envolvendo estes negócios, bem como um saldo a favor de cerca de trinta e oito contos de réis em conta com a casa comissária Cunha & Aquino. Eram valores que a colocava no rol das famílias mais ricas do Vale do Paraíba nesta década de 1860. Porém, muitas mulheres que como ela, assumiram a administração dos negócios de sua família, vieram a falir alguns anos depois. Entre estes exemplos estão suas parentes, a Baronesa de Paty do Alferes e a Viscondessa do Arcozelo, as quais eram muito mais ricas, que Dona Maria da Saudade, possuindo quantidade de fazendas, bens, escravos e economias muito maiores que a mesma. Logo, a oportunidade de manutenção e crescimento da prosperidade social e econômica de Maria Vieira não pode ser atrelada somente à herança em bens, terras e escravos herdados de seu falecido marido.

A administração de seus negócios

Maria da Saudade prosperará economicamente em sua vida de fazendeira e administradora. A partir do ano de 1864, veremos diversos documentos que demonstram sua relação com a casa comissária Cunha & Aquino e seu papel na venda do café, compra de suprimentos, pagamento de dívidas, entre outros. Inicialmente, entre os anos de 1864 e 1865, Maria da Saudade transporta seu café através do porto de Iguassu por intermédio de Fortunato dos Santos Xavier, o qual entregava no Rio de Janeiro para a casa Cunha & Aquino, conforme era realizado na época de seu marido. Vemos cartas-recibo de seus comissários, os quais tratam do preço do café, da entrega de encomendas e, semestralmente, produzem um relatório geral da conta corrente da casa comissária, com os créditos e débitos do período. Nessas cartas, Cunha & Aquino, que a chamam de “Prezada Parenta e Senhora”, justificam-se pelo baixo preço vendido das sacas de café, acusando fatores como a desvalorização do preço no mercado, o café sujo ou de não tão boa qualidade, e sempre agradecendo a parceria com a fazendeira dizendo procurarem o melhor para os negócios da mesma.³²⁴ Em 1865, vemos que Ana Maria de Vargas está pagando a Maria da Saudade, por intermédio de Cunha & Aquino, que também são seus comissários, a dívida que contraiu com João Vieira Machado da Cunha, em 1863.³²⁵

Assim, nesses dois primeiros anos, Maria da Saudade administra a fazenda como à época em que seu marido ainda estava vivo. Porém, um fator que nos chama atenção, é que

³²⁴ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 526.1; 526.3; 528.

³²⁵ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 526.2.

em 1865, o capital que ela dispunha em conta corrente com Cunha & Aquino, praticamente dobrou, indo de cerca de trinta oito contos de réis para 64:663\$380 contos.³²⁶ Provavelmente isto se deve a um aumento da produção cafeeira, que não sabemos como aconteceu, mas levou Maria Vieira a ter de alugar outras tropas de besta para fazer o transporte do café ao porto, como vemos em uma conta apresentada por ela sobre seus ganhos e despesas de 1864 a 1866.³²⁷ Ou seja, além de manter o patrimônio em dinheiro, ela o aumentou sobremaneira em pouco tempo de administração.

Desta forma, a partir de 1866, vemos determinadas mudanças em sua administração. A conjuntura econômica da época, as novas redes de sociabilidade e matrimoniais consolidadas, as mudanças estruturais no Vale do Paraíba na segunda metade do século XIX, irão influenciar em seus negócios. Inicialmente, vemos que Maria da Saudade passará a transportar seu café não mais pelo porto de Iguassu, por intermédio de Fortunato Xavier, mas sim através da casa comercial Nogueira da Gama & Cia, por intermédio da Estrada de Ferro D. Pedro II, como vemos em carta de Cunha & Aquino em 30 de janeiro de 1866.³²⁸ Ela está adaptando os seus negócios de acordo com as mudanças conjunturais de seu tempo. Com a inauguração das estradas de ferro na região, ao longo da segunda metade do XIX, o preço do transporte do café irá reduzir bastante, pois os fazendeiros não dependerão do transporte feito por animais, e nem ainda precisarão manter dispendiosas tropas, que por vezes morriam pelas estradas, ou perdiam todo o carregamento de café por causa das intempéries naturais como tempestades ou por causa da má conservação de estradas, levando ao seu atolamento em lamaçais. E além de diminuir o custo, fazendo que o fazendeiro pudesse obter um lucro maior, o café chegava mais rápido aos comissários no Rio de Janeiro, pois não faria o longo trajeto de tropas até aos portos fluviais ou marítimos e depois até a Corte; o trem levava o café diretamente para o Rio de Janeiro, ganhando-se mais tempo e mais dinheiro com um carregamento melhor protegido e conservado. Isso fez com que os grandes portos, como Iguassu e Estrela entrassem em decadência. Andrade cita que:

*Em todos os portos do sul o comércio sofreu irremediavelmente depressão quando a E. F. Pedro II, estendendo seus trilhos até São Paulo, absorveu o transporte das produções de toda a zona que deles era tributária, fluminense, paulista e mineira.*³²⁹

³²⁶ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 528.1; 528.2.

³²⁷ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 532.

³²⁸ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 526.3.

³²⁹ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 133.

Seguindo o rumo das transformações, o porto de Iguassu, entrou em decadência total: “De 1860 em diante começou a diminuir a frequência das tropas; a Estrada de Ferro Pedro II tinha começado a lançar seus trilhos no vale paraibano e, em 1874, a própria navegação do Rio Iguaçu foi suspensa definitivamente”.³³⁰ Não sabemos qual foi o destino de Fortunato Xavier, esse tão grande parceiro da família de Dona Maria, mas o que vemos é que ela soube se adaptar às mudanças retirando na hora certa suas vias de transporte de lá. Contudo, mesmo abrindo mão da sociedade com Fortunato Xavier, Maria da Saudade dava continuidade à antiga e forte rede de amizade que ela e seu marido possuíam com a família Nogueira da Gama ao transportar seu café através de sua casa comercial.

Entretanto, tudo iria mudar a partir de 1869. Um fato muito importante a ser destacado, é que em cartas dos comissários de Dona Maria Vieira, no ano de 1869, vemos que o café da fazenda da Saudade não passa mais por uma casa comercial intermediária da região para ser transportado: ele será levado à Corte diretamente pela Estrada de Ferro D. Pedro II. Isto se deve ao fato que Maria da Saudade, com o auxílio de seus filhos, família e redes de sociabilidade, fez com que, não só houvesse um ramal da E. F. D. Pedro II que passasse por sua fazenda, mas que uma das estações da ferrovia fosse construída na sua porta. Conforme cita Andrade,

*A família Machado da Cunha, o Barão do Rio das Flores, Coronel José Pereira da Costa Maldonado, Benjamin Salles Pinheiro, Barão de Santa Fé e outros, projetam e dentro de três anos põem a funcionar a Estrada de Ferro Comércio a Rio das Flores, passando por Taboas e Santa Tereza.*³³¹

Pensamos então, o tamanho do poder econômico e social que possuía Dona Maria da Saudade, bem como a sua rede de sociabilidades, para influenciar no trajeto de tão grande empreendimento, a ponto de fazer uma das estações passarem na porta de sua fazenda. Poder econômico, pois este era um empreendimento caríssimo, e apenas aqueles que tivessem algum vulto econômico na sociedade poderiam influenciá-lo e financiá-lo. Poder social, pois grandes e ricos fazendeiros de sua época, até vizinhos seus e da região, não tiveram esse privilégio em suas fazendas, porém essa mulher o conquistou. Pode parecer surpreendente o fato de uma mulher conseguir exercer tamanha influência em meio a tantos fazendeiros ricos e poderosos, mas vemos outro caso semelhante, o da riquíssima Viscondessa de Santa Justa, a qual organizou juntamente com outros abastados fazendeiros de sua região, próxima a Valença, uma companhia ferro-carril para o escoamento dos produtos de sua fazenda.³³²

³³⁰ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 135.

³³¹ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 148-149.

³³² ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 149.

Pensamos que a chave para o sucesso de Maria da Saudade não estava somente na sua riqueza material, mas no seu grande poder imaterial, em redes de família e sociabilidade. Em outro trecho de seu livro, Andrade repete o fato da inauguração da mesma ferrovia:

*Em Santa Tereza, município de Valença, alguns fazendeiros se reuniram e fundaram a Companhia de Estrada de Ferro Comércio a Rio das Flores, com longo percurso e estações em Taboas, Santa Tereza, Cachoeira do Funil e Rio das Flores, além da estação inicial do Comércio, hoje Sebastião Lacerda, e paradas nas fazendas de Salles Pinheiro, Agilidade, **Saudade**, Santa Fé e Paraíso. Foram seus promotores o Barão do Rio das Flores, dr. Camilo Fraga, Coronéis José Pereira da Costa Maldonado e João Luiz de Almeida Ramos, os irmãos Machado da Cunha, Antônio Vieira e outros.*³³³ [grifo nosso]

Em primeiro lugar, vemos que entre todos os nomes citados por Andrade, no trecho acima e no trecho anterior, como organizadores da estrada de ferro, aparecem parentes e aliados políticos da família de Dona Maria – o Barão do Rio das Flores era seu cunhado, Benjamin de Salles Pinheiro casado com sua sobrinha, o coronel João Luiz de Almeida Ramos era seu genro, e os demais citados eram todos participantes diretos das redes de amizade e sociabilidade de seu falecido marido. Justifica-se que os filhos de Maria Vieira fossem ditos como os responsáveis pelo empreendimento, pois alguns moravam na fazenda e ajudavam sua mãe na realização dos seus empreendimentos; até porque a mesma costumava ficar reclusa em sua casa, dificilmente saindo de sua fazenda, resolvendo todos os seus negócios ali e delegando a execução dos assuntos externos a outros. Mas vemos que a iniciativa foi levada a diante por Maria Vieira, pelo fato de a Estrada passar em sua fazenda e não dos filhos ou genros casados. Assim, vemos que as redes de família e amizade bem trabalhadas, tornam-se tão ou mais importantes que a riqueza material propriamente dita, para a manutenção e construção de poder econômico, social, político, enfim, do status simbólico de uma família. Observamos também Maria da Saudade interferindo em um espaço de negociação prioritariamente masculino; a construção de tamanho empreendimento se dava apenas entre os grandes fazendeiros, comerciantes e capitalistas locais. Logo, Maria Vieira não soube apenas se adaptar às transformações estruturais de sua época, mas usá-las para seu beneficiamento próprio.

Em 26 de julho de 1866 Maria da Saudade compra uma nova fazenda. Como podemos ler na “Traslada da Escripura de compra venda paga e quitação que fazem Eleutério Gonçalves de Oliveira e sua mulher Dona Izabel Maria de Jesus de um sítio e suas benfeitorias a Dona Maria Izabel de Jesus Vieira”,³³⁴ nessa compra, que foi realizada dentro

³³³ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 159.

³³⁴ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 530.

da fazenda da Saudade, Maria Vieira compra mais uma fazenda no local chamado Arêas, em Santa Thereza, portanto na mesma freguesia. De acordo com o que lemos na documentação, ela o adquire por 32 contos de réis, pagando a vista, em moeda corrente naquela mesma data. O sítio, chamado São Sebastião das Arêas, já era produtor e realizava a plantação de café e outros gêneros, o qual possuía casa grande, engenho e outras benfeitorias.³³⁵ Ela comprou de pessoas de sua rede de sociabilidades, pois o representante dos vendedores foi seu cunhado José Vieira Machado da Cunha. Podemos ver que Maria da Saudade, a essa altura, já ultrapassara muito o grau de prosperidade econômica de seu falecido marido, pois agora estava incrementando sua produção de café com novas terras, novos pés de café e conseqüentemente novos escravos para a plantação. Outro fator é que pagou a fazenda a vista, não em hipotecas ou parcelas como costume da época, e ainda, em moeda corrente, numa quantia que representava quase todo o dinheiro que seu marido ao falecer deixou em conta corrente com seus comissários no Rio de Janeiro - 38 contos de réis. Provavelmente ela já havia alguma quantia reservada ou então, prosperou grandemente a ponto de abrir mão de grande quantia do seu capital em moeda, como já vimos.

Além dessa unidade produtora, em 1871, Maria da Saudade irá comprar outra fazenda, de Izabel Augusta de Lacerda Werneck, pagando 20 contos de réis. Esta fazenda será passada para seu filho Manoel Vieira Machado da Cunha, que a rebatizará de Santa Maria.³³⁶ Também vemos em um processo na justiça, que Maria da Saudade comprou uma “sorte de terras” da sesmaria de Manoel Caetano, com benfeitorias. Não pudemos localizar a data que ela comprou e nem o valor, porém vemos que Dona Maria está investindo grandes quantias de dinheiro em terras produtivas, com benfeitorias, incrementando toda a sua produção de café, e prosperando grandemente, muito mais que seu falecido marido.

Sobre tais terras, da sesmaria de Manoel Caetano, vemos um raro documento, que é um processo na justiça aberto por Dona Maria da Saudade contra José Luiz Cardoso e sua mulher, em Fevereiro de 1886. Neste processo, Maria Vieira está recorrendo pela segunda vez na justiça por causa de um caminho naquelas terras, que teria sido reservado para o seu transporte, e José Cardoso continuou usando-o, assim tomando posse de algo já vendido à Maria Vieira e atrapalhando sua produção. Como vemos, nossa fazendeira irá ao extremo de apelar justiça para o próprio Imperador:

³³⁵ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 530.2.

³³⁶ Podemos ver essa informação em uma nota escrita posteriormente, sobre um documento que é o relatório da conta corrente de Maria da Saudade com Cunha & Maia no ano de 1871. Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 547.

*Para vossa Magestade Imperial recorre D. Maria Izabel de Jesus Vieira, esperando obter provimento ao seu presente recurso de revista para o fim de ser esta causa de novo julgada, pois que o foi até hoje com a mais notória injustiça [...].*³³⁷

Seu advogado no processo, Julio Benedicto Ottoni, provavelmente faz parte sua família extensa, a família Ottoni de Minas Gerais que era aparentada com os Vieira Machado da Cunha. Com grande veemência ele apela por justiça, o que não temos como saber se houve ou não, pois não sabemos a conclusão do processo. O que podemos observar é que Maria da Saudade, com avançada idade, está recorrendo em seu nome por justiça para seus negócios, apelando em um processo exaustivo e, como seu advogado no caso, não figura seu filho mais velho João Vieira, que era o advogado de toda a família e nem João Luiz de Almeida Ramos, seu genro também advogado. Ela traz para si toda a autoridade em investir nesse processo, batalhando por seus bens, por aquilo que adquiriu através de seus esforços. Maria Vieira luta pela sua fazenda com muita vontade, às vezes dita teimosia. Em um episódio narrado por Eloy de Andrade, o Visconde do Rio Preto, o mais rico fazendeiro de Valença, tenta de várias maneiras comprar a fazenda da Saudade, pois este possuía diversas fazendas nas freguesias do município e pretendia ir de Santa Rosa até Valença só andando por terras suas, se não fosse a teimosia de Dona Maria da Saudade e dos irmãos Vieira Machado da Cunha que, mesmo lhes sendo oferecido um alto valor por aquelas terras, não lhes cederam a fazenda da Saudade.³³⁸ O grau de autoridade, poder econômico e social que esta senhora adquire ao longo de sua vida é surpreendente.

Dona Maria faz de tudo para manter seu patrimônio produtivo, sua fazenda da Saudade, a principal de sua família. Vemos que Maria da Saudade irá comprar de seus filhos e genros a parte da herança de seu falecido marido que lhes caberia na partilha. Como vemos em uma carta de seu genro Floriano de Almeida Ramos:

*Recebi de minha sogra D. Maria Izabel de Jesus Vieira a legítima que coube a minha mulher Perciliana Theodozia Vieira no inventário que se procedeu de seu pai o Major João Vieira Machado da Cunha e bem assim os rendimentos que produziram durante o tempo que a mesma era órfã por isso passo o presente que assigno. Santa Thereza 20 de setembro de 1868.*³³⁹

Também lemos carta de igual teor de seu outro filho, Manoel Vieira:

Declaro que nesta data vendi as minhas terras e cafezais que me coube por partilha do meu falecido pai, à minha mãe D. Maria Izabel de Jesus Vieira pela quantia de 3 contos de réis 3.000\$000 que recebi com moeda corrente

³³⁷ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 564.1.

³³⁸ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 191; 261.

³³⁹ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 539.

*obrigando-me a dar escriptura publica quando me for pedida. [...] Saudade, 23 de agosto de 1871. Manoel Vieira Machado da Cunha.*³⁴⁰

Seu outro genro, João Luiz de Almeida Ramos, em 1898, faz uma permutação, ou seja, uma troca, de terras, abrindo mão dos alqueires de terras que lhe pertenciam por herança de sua mulher Cecília na fazenda da Saudade, por dez alqueires de terras na Fazenda das Arêas.³⁴¹

Ou seja, para manter seu complexo agrícola, Maria da Saudade irá comprar todas as partes em terras, benfeitorias e escravos que foram divididos entre seus filhos perante a herança de João Vieira Machado da Cunha. Essa compra das terras que os filhos tinham em herança era mais uma estratégia para manter o seu poderio econômico concentrado, e assim, enquanto seus filhos iam se casando, ela lhes pagava a parte de direito na herança, mantendo, dessa forma, todo o seu patrimônio intacto.

A fazenda da Saudade, além de ser uma grande unidade produtora, uma fazenda importante para sua família, também se revestia de um poder simbólico, cercava-se de sentimentalidades e representava a própria figura de Dona Maria; a Senhora, sua família e sua casa, confundiam-se com sua fazenda, a Saudade. O interessante é observar que ela realmente incorporou a figura do patriarca, assumindo sua figura nesta sociedade patriarcalista, que tem como valor primeiro a família, e após isso, seu patrimônio, que precisa ser conservado e ampliado para manter o poder da mesma.

Além de terras, Dona Maria adquiriu uma casa de morada em Santa Thereza de Valença, em abril de 1876, investindo em imóveis na cidade. Esta casa foi comprada de Antônio D'Oliveira Villares. O terreno confrontava-se com as casas do Barão de Pilar e do Barão de Rio das Flores, seu cunhado.³⁴² Assim, ela estava expandindo seu patrimônio de acordo com o *éthos* senhorial escravista. Os senhores mantinham casas na cidade para poderem residir durante temporadas, com intuito de resolver negócios, ou estarem com sua família durante eventos como as festas da padroeira local, nas comemorações de Páscoa - onde era costume as famílias se reunirem nas cidades -, além de outras. Mesmo que praticamente não saísse de dentro de sua fazenda, Dona Maria seguiu a lógica dos outros fazendeiros e comprou uma casa na vizinhança de seu cunhado, o Barão do Rio das Flores.

Outra mudança será vista também a partir de 1869, quando Maria da Saudade passará a negociar seu café com outra casa comissária, a Almeida e Ramos & Cia, formada pela

³⁴⁰ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 543.2.

³⁴¹ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 593.1; 593.2; 595.1; 595.2.

³⁴² Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 553.

família de seus genros, os Almeida Ramos.³⁴³ Como veremos mais detalhadamente, Maria Vieira casa duas filhas com Floriano e João Luiz de Almeida Ramos. Este último, além de ajudá-la em seus negócios e no empreendimento de a Estrada de Ferro passar em sua porta, também se tornará seu comissário, unindo negócios e família. Veremos em cartas-recibo do ano de 1869 que Maria da Saudade passará boa parte de seu café às mãos desta firma comissária para ser vendido. Então, a partir desse ano, ela estará repassando seu café para duas casas comissárias, pois manterá suas relações e sua conta com Cunha & Aquino normalmente. Assim, Dona Maria estará mantendo tanto as redes sociais estabelecidas por seu falecido marido, como tecendo a nova rede de parentesco com os Almeida Ramos. Além disso, somando-se a estas, Maria da Saudade irá estabelecer relações com outra casa comissária, a J. Montes e C^a. Essa casa comissária tinha como sócio majoritário seu genro Dr. João Alves Montes. Manuel de Andrade cita que a Alves Montes e C^a era uma das principais firmas comissárias de Santa Thereza de Valença.³⁴⁴ Não sabemos quando ela passou a utilizar os serviços desta casa, mas provavelmente foi após o casamento de João Alves Montes com sua filha Isabel (que se casou após suas irmãs mais velhas unirem-se com os Almeida Ramos). Na sua partilha de bens, Dona Maria Vieira deixa um saldo a favor de mais de 100 mil réis na casa J. Montes e C^a, além de ações dessa firma.³⁴⁵ Outro fato interessante é que Cunha & Aquino, em uma carta, chamam João Luiz de Almeida Ramos de “Sr. Doutor Ramos, nosso parente”.³⁴⁶

Então, vemos que toda a sua movimentação financeira estará nas mãos de parentes, comissários de café, mantendo o café desde a produção até a sua negociação dentro do controle familiar. Isto lhe legava diversas vantagens. O comissário era uma espécie de “banco” para os fazendeiros do interior que não poderiam ir até a Corte em busca dos mesmos; ele era a própria ligação da fazenda ao mercado internacional. Era uma fonte de crédito e investimentos para a produção cafeeira do fazendeiro, além de aconselhar financeiramente, propor novos investimentos, orientar o fazendeiro a evitar gastos, atualizando-o com o que havia de mais moderno em plantações e investimentos. Como cita Andrade, o comissário “exercia uma espécie de tutela amiga dos interesses do fazendeiro”.³⁴⁷ Nos períodos de entressafras, quando havia prejuízos por causa de intempéries naturais e de pragas cafeeiras, era o comissário que investia altas somas de capital para manter a produção

³⁴³ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 526.4; 526.5.

³⁴⁴ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 170.

³⁴⁵ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 618.2.

³⁴⁶ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 533.

³⁴⁷ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 169.

e seu funcionamento. Ao ter em sua própria família mais dois genros comissários, o investimento e auxílio nos negócios da fazenda poderia se potencializar, afinal, para os comissários de Dona Maria, ajudar os negócios da fazenda da Saudade fazendo-os prósperos, era bom não só para que eles lucrassem em suas casas comissárias – primeiro com os lucros da venda do café, os quais recebiam uma comissão geralmente de 3%, e também “na reinserção do capital no complexo cafeeiro sob a forma de crédito ou empréstimos a juros, o que lhe dava um retorno sobre o montante emprestado” -,³⁴⁸ mas como genros dela, recebessem uma boa herança após sua morte. Era uma relação com diversas vias de mão dupla.

Em 1871, vemos que Cunha & Aquino nomeava-se Cunha & Maia,³⁴⁹ mantendo todo o saldo, juros e apólices de Maria Vieira em sua conta, até que em 1873, vemos uma carta na qual esta casa comissária torna a nomear-se Cunha & Aquino. Em junho de 1885, Maria da Saudade tinha um saldo de 75 contos de réis a favor em sua conta com a agora casa comissária Almeida Ramos e Filho.³⁵⁰ Inúmeras eram suas movimentações financeiras com parentes e integrantes de sua família extensa, bem como outros capitalistas e figuras de sua rede de sociabilidades; recebia juros de 50 apólices, somados aos saldos positivos dos ganhos com o café e de dívidas que a ela eram pagas por empréstimos concedidos a juros. Assim, como qualquer homem rico e fazendeiro, Maria da Saudade atuava através de uma larga rede de sociabilidade econômica, política e social.

Um elemento diferenciador que encontramos em todas essas cartas-recibo é a quantidade de réis que ela lucra através de apólices de dívidas públicas investidas em sua conta. Nessa conta com Cunha & Maia, seu saldo rendia juros de 9% ao mês, além de ganhar bastante com suas apólices investidas. Essa é uma mudança de mentalidade que ocorreu entre os fazendeiros e comerciantes no Vale do Paraíba a partir da década de 50: o investimento em ações de empresas, apólices e em contas que lhes rendessem juros. Como cita Andrade, era comum na segunda metade do XIX, que caso o saldo total da conta do fazendeiro fosse positivo, o comissário providenciava a compra de apólices ou ações de companhias.³⁵¹ Uma nova onda de diversificação dos negócios apareceu; não bastava mais investir em terras e escravos, ou não era tão lucrativo ou seguro assim. O fechamento da fronteira agrícola tornava as terras muito raras; a pressão da Inglaterra para o fim da escravidão, juntamente

³⁴⁸ ANTÔNIO, Rabib Floriano. *A dinâmica do capital agrário: crédito e investimentos na realidade dos fazendeiros de Vassouras (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. p 70.

³⁴⁹ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 547.

³⁵⁰ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 563.1; 563.2.

³⁵¹ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 170.

com o florescimento das ideias abolicionistas e das insurreições escravas violentas, cada vez mais frequentes no Vale do Paraíba, faziam do futuro da mão-de-obra cativa, algo nebuloso e não confiável. Era preciso encontrar novas soluções, novos investimentos, novas formas de manter o padrão social o patrimônio, o status, a riqueza da família. Como cita Rabib Antônio:

*Entre 1850 e 1870, o panorama da região [Médio Paraíba] vai mudando gradativamente com as novas transformações que passam a ocorrer no Brasil. A extensão das áreas agricultáveis – em especial do café – começa a diminuir em tamanho, obrigando o agricultor a transferir a fronteira agrícola para outras áreas ou a dinamizar seu capital em outros investimentos como ações de companhias, mercados financeiros, hipotecários ou títulos da dívida pública.*³⁵²

Stein cita que “Apólices imperiais se tornaram um termo familiar entre plantadores de café, que se voltaram para sua aquisição como um investimento mais seguro, com uma taxa de participação mais elevada do que outras ofertas no mercado.”³⁵³ Assim, Dona Maria Vieira segue essa nova lógica investindo pesadamente seus saldos positivos nesses novos negócios.

Vemos desde 1864 referências a apólices da dívida pública, investidas na conta de Dona Maria da Saudade e também investidas para seus filhos. Porém, temos apenas uma pequena noção de como eram esses investimentos, dado a escassez de documentações mais específicas. O que podemos verificar é que na “Lista dos bens do espólio da Sr.^a D. Maria Izabel de Jesus Vieira”,³⁵⁴ ainda em vida, em 1902, observa-se grande quantia desses investimentos. Nessa lista vemos que ela possuía, em títulos, 112 apólices gerais da dívida pública, 147 ações do Banco Commercial, 100 ações de outro banco cujo nome está ilegível na documentação, 25 ações da Companhia Cerveja Brazil e 13 outras apólices de dívidas de seu genro Dr. João Alves Montes. Além disso, tinha 735 mil réis a receber de juros do Banco Commercial, além de dívidas de seus quatro filhos João, Luiz, Francisco e Peregrino.

Podemos lembrar que essa nova mentalidade capitalista não fazia parte do espaço de experiência no qual Maria Vieira havia sido formada. Trabalhar ou investir em negócios através de juros e de papéis que valeriam tanto quanto terras e escravos, a fé em ações de empresas que poderiam ou não ter um bom funcionamento, tudo isso era algo novo para uma fazendeira nascida nas primeiras décadas do Oitocentos. O seu marido não investia em apólices e ações, pois em nenhum documento de sua conta corrente na casa comissária, encontramos apólices de dívidas, ou investimentos em ações, como encontramos para Maria da Saudade. Era um novo universo de práticas que se abriam, ao qual ela não foi preparada para sobreviver, mas mesmo assim conseguiu prosperar. Pensamos que isto se deve

³⁵² ANTÔNIO, Rabib Floriano. Op. Cit. p 55.

³⁵³ STEIN, J. Stanley. Op. Cit. 283.

³⁵⁴ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 618.2.

exatamente à sua estratégia de integrar comissários de café à sua parentela através dos casamentos com suas três filhas. Provavelmente eram eles que aconselhavam Maria da Saudade nesses novos investimentos, opinando sobre a compra de apólices da dívida pública, as melhores ações de companhias e sobre como investir nesses papéis. A antiga estratégia matrimonial de unir os filhos com as melhores famílias da terra lhe permite criar novas estratégias para sobreviver no novo mundo financeiro capitalista da qual nada conhecia.

A partir de 1876, Maria da Saudade dá mais um passo em relação à concentração de poder simbólico, neste caso, religioso: ela inicia um processo de licença para que se celebrassem missas na capela que construiu em sua fazenda. O processo iniciou-se em 1877, onde vemos em carta, o Cônego Manoel Dias do Couto Guimarães equipando a capela da Santa Maria Eterna com os utensílios necessários para realizar missas ininterruptamente.³⁵⁵ Ele mesmo estava no Rio de Janeiro comprando os utensílios, como jarros, a imagem de Santa Maria, etc., enquanto Maria Vieira lhe mandava o dinheiro.

Em 1879, ela recebe uma provisão do Bispado do Rio de Janeiro para que se celebrassem missas na capela de sua fazenda. Como lemos na documentação:

*Fazemos saber que atendendo ao que por sua petição [...] D. Maria Izabel de Jesus Vieira moradora na Freguesia de Santa Thereza de Valença rogou [...] devêssemos por bem conceder-lhe licença para celebrar o Santo Sacrifício da Missa na Capela de Santa Maria de sua Fazenda da Saudade.*³⁵⁶

Andrade cita que apenas os fazendeiros mais abastados possuíam capelas em suas próprias fazendas e capelães reservados para celebrarem as missas:

*Os proprietários mais ricos mandavam construir capelas, sob a invocação de santos da devoção da família, umas no interior da casa-grande, outras em construção à parte; as primeiras, localizadas em pequenos compartimentos, com frente para a porta da entrada ou para a sala de visitas; as segundas, ao lado, ou mais afastadas, sobre uma eminência, de onde se descortinava todo o panorama da fazenda: a casa, o engenho, os terreiros. Nelas se viam artísticos oratórios, preciosas joias de escultura, imagens, crucifixos de marfim; [...] Seus frontispícios elegantes, servidos por largas e pesadas portas almofadadas e sua torres, aos lados ou no centro, dão expressivo testemunho do sentimento religioso, da fé viva e da riqueza daqueles que as fizeram erigir.*³⁵⁷

E assim como a descrição acima, Maria da Saudade construíra uma capela, em edifício à parte da casa grande, sob a invocação de Santa Maria (a santa a que foi consagrada em seu nome e batismo). Como cita o Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba,

³⁵⁵ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 557.

³⁵⁶ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 558. As fotos desta capela encontram-se em: NOVAES, A. A. dos Reis. *Fazenda Saudade e Capela de Santa Maria Eterna*. Op. Cit.

³⁵⁷ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 218.

*Saudade é dos poucos exemplares da arquitetura nascida com o café que ostenta capela separada do corpo da fazenda. Embora sua fachada encontre-se bastante descaracterizada, esta capela, em honra à Santa Maria, possui uma bela e rara talha trabalhada em madeira policromada.*³⁵⁸

Como vimos, somente os proprietários mais abastados gozavam do privilégio de possuir capela em suas fazendas, como seu amigo Marquês de Baependy e seu irmão Visconde de Ipiabas, que as tinham. Logo, Maria da Saudade enriquece e aumenta seu poder econômico e social, bem como o status de sua casa e família a cada ano que passa. Agora, Maria da Saudade não precisaria mais sair de sua fazenda para cumprir com os deveres religiosos, pois o padre vinha até ela, na pequena igreja construída e intitulada com seu próprio nome.

Assim, vemos um misto de estratégias de permanência e mudança para com a antiga administração do marido, mas sempre progredindo com o fim de manter e aumentar a estabilidade, a previsibilidade e a segurança do futuro em relação ao poder político, econômico e social de sua casa e família.

Precisamos atentar, porém, que os exemplos documentais aqui mostrados são datados a partir de 1864, indo até 1885, ou seja, as últimas décadas do século XIX. Para Stein, um dos grandes estudiosos do Vale do Paraíba e também um dos pioneiros desse estudo no século XX, a partir do final da década de 50 começa o período de crise da cafeicultura na região. Dali em diante inicia-se seu declínio, onde os fazendeiros começam a falir em seus negócios até a ruína total pós-abolição. Como o autor diz: “A próspera estrutura erigida pelos fazendeiros de café nos anos anteriores a 1850 e após esse ano já continha as sementes da decadência”.³⁵⁹ Em seu livro ele discorre amplamente como a maioria dos fazendeiros foi quebrando gradativamente ao avançar desses anos, dado a crise agrícola da região. Esta ideia tornou-se um consenso na historiografia da região por muitas décadas. No entanto, Maria da Saudade irá prosperar, e diga-se, crescerá economicamente muito mais do que seu marido - tanto em bens, terras, escravos e socialmente -, exatamente nesse período. Logo, de acordo com o exemplo desta fazendeira, bem como de sua família extensa que prosperou, sejam seus filhos, genros, seu irmão Visconde de Ipiabas, seu cunhado Barão do Rio das Flores, etc., vemos que esta ideia (o apogeu na década de 50 e depois o declínio) não se adequa à realidade total dos fazendeiros do Vale do Paraíba.³⁶⁰ Assim, preferimos adotar a periodização do

³⁵⁸ NOVAES, A. A. dos Reis. *Fazenda Saudade e Capela de Santa Maria Eterna*. Op. Cit. p 226.

³⁵⁹ STEIN, J. Stanley. Op. Cit. p 253.

³⁶⁰ O mesmo já foi apontado pela historiadora Mariana Muaze para a família Ribeiro de Avellar em Vassouras e por Marieta de Moraes para a baronesa de Duas Barras, na região de Cantagalo. Cf. MUAZE, M. A. F. *As*

historiador Ricardo Salles que, sobre as fases da cultura cafeeira em Vassouras coloca o período de 1851 a 1865 como o *apogeu* da cafeicultura – um período de consolidação e difusão do *éthos* senhorial-escravista -, e o período de 1866 a 1880 como o de *grandeza* – no qual mesmo com a inexistência de matas virgens e o envelhecimento dos cafezais, as fazendas ainda eram um bom negócio que, com a introdução de novas tecnologias, a produtividade do trabalho escravo alcançou os níveis mais elevados.³⁶¹ Após 1880 viria a fase de decadência que, no entanto, não atingiu tão fortemente Maria da Saudade, pois em 1885 possuía um saldo positivo de 75 contos de réis em sua conta com Almeida Ramos.

Isto mostra que a diversificação dos negócios foram cruciais para manter sua riqueza. Também podemos considerar a forma austera em que ela administrava seus bens, um fator para conservar sua riqueza nos períodos de crise. Maria Vieira não empregava seu dinheiro em viagens para a Corte ou Petrópolis – como passou a ser costume dentre famílias senhoriais da época -, não comprava objetos luxuosos para sua casa e, com exceção da capela que construía, a qual era rara em sua pintura e obra, não usou seu capital para investir em edificações de luxo para sua fazenda, pinturas, quadros ou animais, como muitos ricos fazendeiros de sua região costumavam fazer. Sobriamente, ela usava seu dinheiro para o investimento na produção e na educação e futuro dos filhos, além das doações religiosas.

Por último indagamos sobre como uma mulher viúva pôde conseguir tamanha prosperidade nos negócios, exercer tão independentemente a administração de uma riqueza que envolvia a propriedade de bens e pessoas, em uma sociedade patriarcal onde o elemento feminino era discriminado sendo considerado incompetente por natureza e inapto para os negócios; era uma sociedade que pregava que a mulher deveria cuidar apenas dos afazeres domésticos, da vida religiosa, da nutrição de seus filhos legando apenas ao homem a liderança e autonomia na administração e no comando de sua casa, negócios e família. Como discutiremos nos capítulos anteriores, assim como Dona Maria, existiram dezenas de casos de mulheres que após sua viuvez administraram sua fazenda e negócios. Logo, reiteramos a nossa explicação no último capítulo, de que estas fazendeiras, ao tornarem-se viúvas, se inseriam em um novo status naquela sociedade patriarcal, o de *senhoras*. O patriarcalismo vigente na segunda metade do século XIX permitia, em alguns casos, um maior espaço de atuação da mulher na sociedade, como as viúvas pertencentes às famílias senhoriais oitocentistas, as também chamadas Senhoras. Mesmo que a administração dos negócios,

memórias da Viscondessa. Op. Cit.; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de Família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008.

³⁶¹ SALLES, Ricardo Henrique. *E o Vale era o escravo*. Op. Cit. p 150-152.

fazendas, compra e vendas de terras, etc., não fossem valorizados pelo ideal de mulher vigente na sociedade patriarcal brasileira (como vimos no capítulo 2, todos os obituários de Dona Maria da Saudade só destacaram seu papel como mãe, esposa e religiosa), as mesmas assumirem as funções do *pater-familia*, depois de viúvas, era algo aceito.

Porém, poderia haver muitas restrições. Observamos em dois episódios - a compra da fazenda das Arêas e a compra da casa em Santa Thereza - que, mesmo sendo realizadas dentro de sua fazenda, as pessoas que assinaram os contratos de compra foram, respectivamente, seu genro João Luiz de Almeida Ramos e seu filho Luiz Vieira, colocados como representantes da “outorgada compradora” por ela “não saber tão bem ler e nem escrever”.³⁶² O mesmo aconteceu com sua mãe, Isabel Maria da Visitação, por ocasião do recebimento da herança de Ignácio Werneck seu pai, onde um de seus parentes foi posto como representante de tal senhora por ela também não saber ler e escrever. Porém, temos um exemplo bem claro de uma carta na qual a mesma Isabel da Visitação escreve, em seu nome, para um compadre, com excelente caligrafia e bela assinatura. Da mesma forma, mesmo que para Maria da Saudade não encontramos nenhuma carta ou resquício de documento escrito e assinado por ela, há alguns relatórios da produção de café nas fazendas da Saudade e das Arêas,³⁶³ que acreditamos sejam escritos por ela, dado o grau de conhecimento das contas, da ordem para transferências dos negócios, etc. Logo, este espaço jurídico, masculino de transações de bens móveis pode ser um exemplo de local restrito às figuras masculinas. Mesmo assim, estas imposições patriarcais não impediram Dona Maria e as demais senhoras do Vale atuarem livremente nas suas negociações; a figura da *Senhora* lhes dava uma grande penetração naquela sociedade patriarcal, bem como respeito e autoridade.

A formação dos filhos

Maria da Saudade também demonstra preocupação com a formação e o cuidado de seus filhos. Em primeiro lugar, ela consegue a tutela de todos os seus oito filhos menores de idade, em 1º de Julho de 1864.³⁶⁴ Não necessariamente era a viúva que tutelava seus órfãos. A guarda dos filhos era dada a um parente próximo que tivesse condições econômicas e sociais suficientes para sustentar aquelas crianças até sua emancipação. Assim, Maria da Saudade

³⁶² Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 530.

³⁶³ “Relação dos custos de café dirigidos à Almeida Ramos”. Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 549.1; 549.2; 549.3.

³⁶⁴ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 532.

prova a sua competência para o mesmo, e se destacará no papel de mãe, como veremos mais a frente.

De 1864 a 1866, nas descrições de despesas pagas pela casa comissária e de saldos recebidos com o café, vemos que o filho mais velho de Dona Maria - João Vieira Machado da Cunha, homônimo do pai -, já maior de idade, continuou seus estudos em São Paulo, e que outros dois, Luís e Manoel Vieira Machado da Cunha, foram mandados ao Rio de Janeiro para fazerem seus estudos básicos no Colégio Marinho. Os filhos de fazendeiros que iriam estudar no Rio de Janeiro, eram recebidos e cuidados pelos comissários do fazendeiro, e costumavam morar nas casas comissárias, as quais possuíam aposentos específicos para a visita dos fazendeiros e sua família ocasionalmente, além de quartos separados para que os filhos dos seus clientes pudessem morar durante o tempo necessário a seus estudos.³⁶⁵ Além disso, os comissários eram responsáveis por resolver todos os problemas que poderiam envolver a estadia dos filhos de seus clientes. O fazendeiro apenas mandava o dinheiro para as despesas, as “mesadas”, os livros do colégio, etc. Podemos ver isso, em uma das cartas do Colégio Marinho que tratam diretamente com Cunha & Aquino sobre as despesas e gastos de Luís, um dos filhos de Maria Vieira, que nesse caso morava em uma pensão proporcionada pelo Colégio.³⁶⁶ Ali encontram-se despesas com médicos, livros, exames, a pensão, etc. Já em 1871, vemos outro filho, Peregrino Vieira, estudando no colégio Almeida Martins, também no Rio de Janeiro, sendo cuidado pela casa comissária Cunha & Maia.³⁶⁷ Grandes eram os gastos com mesada, livros, médicos, mensalidade dos colégios mais caros, etc. Sobre isso, Andrade chega a citar o caso de um abastado fazendeiro, Antônio Tertuliano Ribeiro, o qual era muito próspero nas suas plantações, “mas não chegou a ser rico porque educou todos os filhos, e teve muitos”.³⁶⁸ Porém, este era um investimento para o futuro de seus filhos, como nova lógica nas famílias senhoriais a partir da segunda metade do século XIX. Como cita Muaze, a segunda metade do Oitocentos marcou um processo de “descoberta da infância” que valorizava as crianças no interior da família e da sociedade como um todo, como parte do processo de inserção dos novos valores e ressignificação do patriarcalismo vigente. Com isso, a boa sociedade valorizou a educação – entendida como “os princípios morais, éticos e comportamentais básicos à convivência social”³⁶⁹ – e a instrução – que servia para “lapidar as

³⁶⁵ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 164-169.

³⁶⁶ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 536.

³⁶⁷ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 547.

³⁶⁸ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 144.

³⁶⁹ MUAZE, M. A. F. *As memórias da Viscondessa*. Op. Cit. p 168.

noções dos deveres e direitos do cidadão, além do perpasso os conteúdos escolares propriamente ditos”.³⁷⁰

Além do cuidado com a educação, foi criada uma “Conta dos órfãos de João Vieira Machado da Cunha”, na casa comissária Cunha & Aquino, a qual ficava rendendo juros mensalmente em favor de seus filhos; em 1866 esta conta já possuía um saldo de 1:145\$200 réis.³⁷¹ Outro fato interessante é que em 1864, Maria da Saudade comprou cinco apólices da dívida pública, no valor de 150.000\$000, para cada um dos seus filhos órfãos ainda não emancipados.³⁷² Ela deixou essas apólices rendendo juros e encargos em sua conta com Cunha & Aquino e, no final de dois anos, já havia um saldo a favor de cerca de 22 contos de réis para seus filhos. Em 1866, o juízo de órfãos de Valença, como seu papel na lei, por alvará exigia que Dona Maria comprasse apólices para cada um dos seus filhos, o que ela efetuou no ano de 1866, comprando 24 apólices, num total de 21.649\$800 réis, sendo 4 apólices para cada um.³⁷³ Essas apólices referiam-se à parcela da herança que cada filho deveria receber, por ocasião da morte de seu pai, e os quais, como não eram emancipados, tinham sua parte na herança administrada pelo tutor, no caso sua própria mãe. Quando um dos seus filhos estava prestes a emancipar-se, ela retirou da conta suas apólices, como vemos em carta de Cunha & Aquino que retira as apólices de Manuel Vieira, ou seja, lhe devolvendo a parcela que lhe caberia.³⁷⁴ Lemos também em um relato de Andrade, que todos os anos, nos dias de Ano-Bom, Dona Maria distribuía igualmente entre seus filhos um valor correspondente à renda com as colheitas da fazenda da Saudade daquele ano. Como o autor cita: “Nos últimos anos, mesmo no declínio da lavoura, a distribuição não foi inferior a dez contos para cada filho”,³⁷⁵ ou seja, todos os anos ela distribuía, no mínimo, 90 contos de réis.

Assim, ao começarem suas vidas de fazendeiros e pais de família, seus filhos já poderiam contar com uma quantia considerável para realizar algum investimento na produção. E as filhas já possuíam uma renda própria, que poderia ser usada em diversas ocasiões na vida de esposa e mãe e até para o dote. Logo, ao emancipar-se eles receberam sua parte na herança, somada aos juros que estavam rendendo em conta com a casa comissária, e ainda receberam a mais as apólices que sua mãe comprara, as quais por longos anos rendiam uma boa parcela em juros. Ou seja, Maria da Saudade soube investir nos seus filhos. Ela assegurara uma quantia

³⁷⁰ Idem. Ibidem.

³⁷¹ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 528.2.

³⁷² Seu filho mais velho João Vieira, o qual já era maior de idade e sua filha mais velha Cecília que já se casara em 1863, não entraram na lista. Os restantes: Manoel, Perciliana, Luiz, Isabel, Peregrino, Francisco e Zacarias receberam as apólices. Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 532.5

³⁷³ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 533; 533.2.

³⁷⁴ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 533.

³⁷⁵ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 200.

em dinheiro, portanto, não em bens móveis, ou de raiz, nem escravos – que poderia se desvalorizar, morrer ou se destruir e perder com o tempo - mas em capital que se valorizava através de juros ganhos com o tempo, além de poder ser utilizado da forma que eles necessitassem. Assim, Dona Maria cumprira seu papel de mãe, nutrindo e educando, mas também cumprira, com excelência, o papel de pai, que seria proporcionar capital e investimentos para a futura vida social e de negócios dos seus filhos.

Vida social

Em sua vida social, fora de sua fazenda e negócios temos poucas documentações que informam sobre a atuação de Maria Vieira. Percebemos que ela possuía um caráter sóbrio, a maior parte do tempo se encontrava dentro de sua fazenda, não realizava viagens a outras cidades ou à Corte; até seus deveres religiosos com a Igreja, a partir de 1876, seriam realizados dentro de sua fazenda em sua própria capela. Todas as negociações que vimos aqui, a compra da fazenda das Arêas, da casa em Santa Thereza, as cartas trocadas com os comissários, tudo era acordado e assinado dentro da fazenda da Saudade. Porém, vemos que ela possuía um vulto social muito grande, através dos dados que colhemos em seus obituários, as centenas de pessoas, entre ricos, pobres e irmandades religiosas que compareceram ao seu enterro. Ela era muito conhecida em sua cidade e região. Como cita um contemporâneo seu, era a “veneranda Dona Maria da Saudade”.³⁷⁶ Analisando as documentações percebemos que a sua distinção social, a sua imagem de querida, venerável, se fez através das contribuições religiosas e sociais que pautaram sua vida através da caridade. Esta era uma época, em que os homens se esforçavam por se distinguir socialmente através das contribuições ao Estado, às obras públicas e às Santa Casas e Irmandades; os titulares e homens ricos de Vassouras, por exemplo, foram apelidados de “Barões da Caridade”.³⁷⁷ Logo, às senhoras do café, vemos que lhes cabia este espaço e esta figura de caridosas e bondades perante a sua sociedade. Era muito comum as viúvas de fazendeiros contribuírem com grandes somas para a Igreja, irmandades, ou obras de benefício público; esse era o espaço, dentro daquela sociedade patriarcal, onde elas poderiam receber seu destaque e serem reconhecidas socialmente.

Primeiramente, encontramos um recibo, de 4 de julho de 1866, da Irmandade de Nossa Senhora da Glória, a principal irmandade de Valença de teor seguinte: “Recebi do irmão D. Maria Izabel de Jesus Vieira a quantia de um mil réis proveniente de anual que pagou no

³⁷⁶ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 200.

³⁷⁷ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 199.

corrente ano”.³⁷⁸ Vemos então que Maria da Saudade era membra desta irmandade, participando, então, de um espaço prioritariamente masculino. Até no recibo se vê isto quando fala o “irmão D. Maria”. As irmandades eram espaços de sociabilidade por excelência entre as famílias senhoriais oitocentistas. Ali, os grandes fazendeiros, capitalistas e comerciantes, poderiam demonstrar não só sua religiosidade, como também seu poder econômico, através de doações feitas à mesma. Estas doações eram quase “obrigatórias” para aqueles que quisessem demonstrar seu poder social e econômico, bem como sua religiosidade e bondade para com os mais necessitados.

Outra participação importante de Maria Vieira foram as grandes quantias que doou para a Irmandade do Santíssimo Sacramento no intuito de reconstruir a Igreja Matriz da cidade de Valença que fora destruída por um incêndio em 1896. Como se lê na documentação:

*A mesa administrativa da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Município de Santa Thereza, iniciando a sua administração resolveu tomar a si a custosa e ingente tarefa da reconstrução de nossa Matriz, que se acha em estado pode dizer-se de abandono desde 18 de Fevereiro do corrente ano [1896], data em que foi ela vitimada por lamentável incêndio; para esse fim ela pela presente subscrição vem reaver da benevolência e generosidade de todos os bons católicos: Confiante em vossa generosidade a mesa da Irmandade vos apresenta esta lista pedindo o vosso valioso alento para fim tão meritório e religioso.*³⁷⁹

Nesta documentação, vemos a lista daqueles que contribuíram durante anos – 1896 a 1899 - para a reconstrução da Matriz. Nas listas dos contribuintes aparecem os nomes de grandes fazendeiros da região, como o Barão de Santa Fé, os filhos de Maria Vieira (nesta época já bem estabelecidos diante da sociedade), entre outros. Porém, Maria da Saudade se destaca na maioria das listas, por ser aquela que doou as maiores quantias. Em alguns anos ela contribuiu até mais do que os ricos barões da cidade, e vale ressaltar, que essa época, final do XIX, já havia certa crise na cafeicultura onde muitos fazendeiros já estavam falindo. Assim, como o falecido marido de Dona Maria foi um dos que mais contribuíram em dinheiro e serviços para a construção daquela Matriz, Maria da Saudade está entre aqueles que mais ajudaram para a reconstrução da mesma, ou seja, está cumprindo um grande papel naquela sociedade, já tradicional em sua família, de manter a ordem religiosa, as instituições, o local social religioso de maior importância que era a Matriz. Ela dá continuidade àquilo que seu marido tanto esforçou para construir e manter.

³⁷⁸ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 529.

³⁷⁹ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 592.

Percebemos que Dona Maria foi de grande importância para a manutenção da vida religiosa de sua sociedade e das instituições que a representavam. Por ocasião de sua morte, as irmandades e associações religiosas prestavam considerações ltuosas:

*A Irmandade do Santíssimo, Devoção do Sagrado Coração de Jesus e do Rosário, alçando suas cruces e insígnias incorporam-se todas afim de prestar as suas últimas homenagens à boa irmã que daí a pouco ia baixar a campa, e a quem a igreja tornara-se reconhecida pelos benefícios que dela recebera em vida.*³⁸⁰

O interessante é que a irmandade de N. S. do Rosário era composta, de pretos, forros e escravos, e por eles administradas.³⁸¹ Ou seja, mesmo sendo uma escravista - e vemos em alguns relatos o caráter profundamente severo do trato dos escravos na fazenda da Saudade³⁸² -, Maria da Saudade era admirada por esta irmandade e pelos negros que dela faziam parte, sendo reverenciada e homenageada por estes na ocasião de sua morte. É um caráter ambíguo do patriarcalismo e da escravidão onde se aceitava a figura do senhor ou da senhora bondosa, que não infligia muitos castigos, que perdoava os delitos, que possibilitava uma melhor alimentação e vestuário para os escravos, que dava liberdade para os mesmo negociarem seus excedentes e até de poderem sair das fazendas nos domingos, por exemplo. Aceitava-se a instituição da escravidão, o trabalho forçado, os castigos, mas fazia-se graduação entre bons ou maus senhores, dependendo do seu trato dito “humano” ou não com os escravos.

Outro fator de destaque de Maria da Saudade em sua sociedade eram as festas que a mesma dava em sua fazenda da Saudade. Andrade cita que todos os anos Dona Maria celebrava as festas de Ano-Bom (ano novo) em sua fazenda.³⁸³ Ali reunia todos os seus filhos e sua família extensa, promovendo saraus, leilões para a caridade e outros divertimentos muito comuns na época. Andrade cita que “Em uma festa de Ano-Bom, na fazenda da Saudade, os prejuízos subiram a mais de cem contos. Os prejudicados foram os filhos da anciã, que os reunia nesse dia, todos os anos, nessa festa de família [...]”.³⁸⁴ Essas festas, segundo Andrade, atraíam para a fazenda da Saudade banqueiros e também aproveitadores, pois ali se realizavam muitos jogos. O jogo envolvendo apostas em dinheiro era muito comum entre os fazendeiros, fato que levou muitos à ruína financeira. Era uma forma difundida de divertimento entre a classe senhorial; todas as noites havia jogos em Valença, Vassouras e

³⁸⁰ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 609.2.

³⁸¹ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 331.

³⁸² Andrade mostra em certa parte do seu livro, um escravo que fugiu da fazenda da Saudade, por causa de castigos, e foi “pedir padrinho”, ou seja, proteção a Eloy de Andrade (pai do autor do livro), fazendeiro da região. Fonte: ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 349.

³⁸³ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 373.

³⁸⁴ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 373.

Paraíba do Sul. Além disso, bailes, concertos e reuniões de luxo também ocorriam, sendo famosas as reuniões ocorridas em Conservatória.³⁸⁵

Assim, podemos dizer que Maria da Saudade soube aproveitar os espaços para exercer grande influência em sua sociedade. A contribuição religiosa, o sustento aos pobres, o trato dito humano com os escravos, levaram a ser considerada uma mulher bondosa e caridosa. As festas em sua fazenda, que envolviam grandes gastos e a presença de diversos membros da classe senhorial, bem como de outras classes daquela sociedade, mostraram que era uma digna representante da sua rica classe; uma senhora poderosa na região. Vemos ali que até avançada em idade, ela reunia toda a sua família sob seu teto, dando contribuições e presentes para seus filhos, dando festas para sua sociedade, continuando as tradições de sua casa e, sobretudo, a prática patriarcal de submissão de todos à autoridade do patriarca, neste caso, a senhora.

Relações com a família extensa e as redes matrimoniais estabelecidas

*As famílias mais antigas, nascidas ali ou primeiro chegadas, julgam-se merecedoras das maiores atenções, como senhoras do lugar, que neles já moravam quando as outras vieram chegando. São as mais antigas, devem ser respeitadas e por isso não fazem visitas, mas gostam de ser visitadas e de presentes também, nos dias de seus aniversários, dos de seu marido e dos de seus filhos.*³⁸⁶

Este trecho mostra a distinção e o peso social profundo que exerciam as primeiras famílias na região, pois foram de suas fazendas que saíram os primeiros núcleos povoadores, e seus agregados eram os que ajudaram a povoar a região. Maria da Saudade não tinha somente em seu sangue a tradição e nome dos Werneck, mas dos Pinheiro de Souza e dos Vieira Machado da Cunha, que também faziam parte das famílias mais antigas que colonizaram Valença e boa parte do Vale do Paraíba Fluminense. A exaltação e distinção dessas famílias se faziam também publicamente, nos jornais, por ocasião da morte dos familiares, como mostramos aqui, ainda no primeiro capítulo. Nos jornais, faziam-se referências que citavam o pai de Maria da Saudade como “chefe de uma importante família”,³⁸⁷ valorizando “A sua casa, a sua estima e o seu dinheiro [...]”,³⁸⁸ bem como aqueles

³⁸⁵ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 198.

³⁸⁶ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 42.

³⁸⁷ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 1860. Artigo da redação do jornal.

³⁸⁸ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 24 de Fevereiro de 1860. Artigo do Dr. Nogueira de Barros.

que mostravam sua mãe como “uma senhora tão respeitável pelo seu nascimento como pelas suas virtudes”.³⁸⁹ O peso da família era tremendo.

Era crucial para o sucesso de Maria da Saudade o pertencimento à família Werneck, à família Pinheiro e à família Vieira Machado da Cunha, por serem famílias de grande vulto e importância na região. Maria Vieira, na ocasião da morte de seu marido, não era uma simples viúva; era uma senhora que herdara todo o peso da tradição e status das principais famílias da região. A distinção e o poder já se faziam inicialmente por isso. Quem poderia desrespeitar tamanho nome? Quem ousaria posicionar-se contra esta senhora, e conseqüentemente, sua família? O poder familiar herdado foi uma das chaves de seu sucesso. Em sua viuvez, foi sua família uma das principais auxiliadoras do seu futuro, casa e negócios. Como cita Stein, no momento que estas senhoras assumiam seu papel de mantenedoras de sua casa, os parentes davam ajuda e conselhos.³⁹⁰

Como mostrado nesse capítulo, Maria da Saudade manteve estreitas relações com sua família extensa. Porém, a principal ligação será feita através das alianças matrimoniais. Ela deu continuidade à política prudente de casamentos que já perpassara por sua família ao longo de décadas. O que vimos é que, após Ignácio de Souza Werneck ter optado por casamentos exogâmicos para sua prole, seus filhos optaram por um misto de uniões endogâmicas e exogâmicas, até que, na geração de fazendeiros representados por Maria da Saudade, vemos casamentos predominantemente endogâmicos. Há uma evolução da mentalidade das políticas matrimoniais, que ao passar dos anos, vai restringindo os casamentos para cada vez mais concentrar, manter e potencializar seu patrimônio, seu domínio político, econômico e social sob determinadas regiões. Como cita Marieta Ferreira, em seus estudos sobre a família de João Antônio de Moraes, senhor de terras e escravos na região de Cantagalo, o qual optou por casamentos endogâmicos:

*A opção pela endogamia fez com que as sucessivas gerações, ao se casarem entre si, produzissem um grupo portador de características identitárias baseadas na existência de antepassados comuns e dotado de recursos para conquistar posições políticas. Essa prática, além de sustentar a coesão do grupo familiar, estimulou ainda a cumplicidade com outros estratos sociais, garantindo a fidelidade dos segmentos subalternos, lavradores e escravos.*³⁹¹

Dos seus nove filhos de Maria da Saudade – sete homens e três mulheres – todos se casaram, e alguns por mais de uma vez (em segundas núpcias após viuvez). De todos os dez casamentos que Maria da Saudade planejou em vida, nove foram endogâmicos e apenas um

³⁸⁹ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 25 de Março de 1876. Artigo do Dr. Nogueira de Barros.

³⁹⁰ STEIN, J. Stanley. Op. Cit. p 187.

³⁹¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de Família: casamentos, alianças e fortunas*. Op. Cit. p 11.

exogâmico. Inicialmente, Dona Maria casou suas filhas com membros da família Almeida Ramos, os quais, como já analisados aqui, eram fazendeiros escravistas ricos no Vale do Paraíba e também parentes dos Vieira Machado da Cunha. O primeiro casamento – de sua filha Cecília Cândida Vieira com o Coronel João Luiz de Almeida Ramos – foi realizado em 1863, quando seu marido João Vieira Machado da Cunha, ainda era vivo. Após isso, em 1868, sua filha Perciliana Theodora Vieira se unirá em matrimônio com Floriano D’Almeida Ramos, irmão de João Luiz D’Almeida Ramos.³⁹² Vemos também que seu filho Peregrino Vieira Machado da Cunha irá casar-se com a prima Escolástica Vieira Machado da Cunha, filha do Barão do Rio das Flores. Ou seja, mais um exemplo de concentração de poder econômico, político e social, bem como de terras numa mesma região – Rio das Flores, ou freguesia de Santa Thereza, à época – pois o Barão, irmão de seu falecido marido morava em terras vizinhas à sua. O único casamento exogâmico será entre sua terceira filha, Isabel Vieira, com o Dr. João Alves Montes, sócio majoritário da casa comissária J. Montes e C^a, como vimos. João Alves Montes era formado em medicina e médico de partido de Dona Maria e de todos os seus filhos.³⁹³

Era comum nessa época, os fazendeiros casarem algumas filhas com advogados ou médicos, homens que eram considerados cultos, geralmente formados na capital ou no exterior – Dr. João Alves Montes percorreu diversas cidades da Europa e depois fixou sua residência por lagos anos em Londres;³⁹⁴ variava-se então aqueles casamentos apenas com filhos de fazendeiros, acrescentando à rede matrimonial novas “funções” daqueles que poderiam acrescentar à família seus conhecimentos técnicos. Ter um médico na família poderia trazer uma elevação de status para aquele grupo familiar, até porque eram raros tais profissionais em no interior, e apenas os fazendeiros mais ricos possuíam médicos de partido em suas fazendas. Além disso, como vimos, Alves Montes era comissário de café de sucesso em Valença e vendia o café de sua sogra.

Porém, entre sua família extensa, a rede matrimonial maior foi formada com a família de seu irmão, Peregrino José D’América Pinheiro, o Visconde de Ipiabas. Os três filhos mais velhos de Dona Maria irão casar-se com quatro filhas do Visconde (o último casa-se duas vezes) e ainda outro filho se casará com uma neta do mesmo.³⁹⁵

³⁹² Utilizo duas fontes: RAMOS, Belisario Vieira. Op. Cit. p 134-135; 140-144; e utilizo os dados do genealogista Admário Rocha Azevedo, membro do Colégio Brasileiro de Genealogia.

³⁹³ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 289.

³⁹⁴ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 245.

³⁹⁵ Manoel Vieira Machado da Cunha casa-se em 1869 com Maria Peregrina Vieira. João Vieira Machado da Cunha casa-se em 1870 com Rita Peregrina Vieira. Luiz Vieira Machado da Cunha casa-se em 1as. núpcias com Guilhermina Peregrina Vieira e em 2as. núpcias com a cunhada Emília Peregrina Vieira. Francisco Vieira

Sendo o mais velho dos nove irmãos de Marida da Saudade, o Visconde de Ipiabas foi grande fazendeiro, produtor rural e político no médio Paraíba, um dos mais importantes nomes do partido conservador em Valença. Peregrino recebeu dezenas de titulações. Durante sua carreira na Guarda-Nacional foi capitão, major, coronel chefe, comandante superior da Guarda-Nacional dos municípios de Valença e Paraíba do Sul e, por fim, foi reformado no posto de Coronel com honras de Comandante Superior dos municípios de Valença e Paraíba do Sul.³⁹⁶ Além disso, foi grande fazendeiro, dono da conhecida Fazenda do Oriente, bem como de outras como Guarita, Santa Bárbara (vendida a ele pelo filho do Visconde do Rio Preto³⁹⁷), etc. Nos momentos em que não estava diretamente se ocupando com as questões da Guarda-nacional envolvia-se profundamente com sua lavoura, fazendo seus negócios prosperarem tornando-se um riquíssimo fazendeiro, equiparado ao Visconde do Rio Preto e aos Nogueira da Gama. Interessou-se pelo tema da agricultura não só tornando-se um dos fundadores e mantenedores do Instituto Fluminense de Agricultura, mas contribuindo financeiramente para o funcionamento de outros órgãos semelhantes como a Sociedade de Horticultura de Petrópolis.³⁹⁸

Quanto à sua vida pública, em 1849 e 1859, o governo imperial lhe conferiu o título de 1º substituto do juiz municipal e de órfãos; foi por diversos anos presidente da Câmara Municipal de Valença; foi também Provedor da Santa Casa de Misericórdia de seu município; investiu grandes somas de dinheiro para a execução da Estrada de Ferro do Commercio a Rio das Flores, bem como através de sua influência pessoal fez que passasse em terras suas; ajudou com recursos próprios a construção e manutenção de diversas obras públicas, casas de caridade, asilos, além das contribuições para a Guerra do Paraguai que chegaram a 16 contos de réis; ajudou doando terras e dinheiro para a construção da Capela de Sant'Anna do Commercio em Santa Thereza.³⁹⁹ Quanto aos demais títulos honoríficos, foi galardoado com o título de grão cavaleiro, de oficial e de comendador da imperial ordem da Rosa; como cavaleiro e comendador da ordem de Cristo; em 1866 recebeu o título de Barão de Ipiabas;

Machado da Cunha irá casar-se com Maria José Fernandes, neta do Visconde de Ipiabas. Este esquema matrimonial encontra-se no Anexo I; Figura III.

³⁹⁶ Foi feito capitão de cavalaria do 1º corpo da legião de Valença em 1837; em 23 de novembro de 1841 foi promovido ao posto de Major; a 16 de maio de 1849 foi promovido a Coronel Chefe da 8º legião da Guarda-Nacional em Valença; em 9 de julho de 1852 alcançara o posto de Comandante superior da Guarda-Nacional dos municípios de Valença e Paraíba do Sul; em 2 de junho de 1860 foi reformado no posto de Coronel com honras de Comandante Superior dos municípios de Valença e Paraíba do Sul. Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 27.

³⁹⁷ Procuração do Barão de Ipiabas ao seu procurador, Dr. João Vieira Machado da Cunha. Valença, 4 de julho de 1873. Arquivo Pessoal.

³⁹⁸ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 27.

³⁹⁹ Idem.

em 1867 foi nomeado Barão com honras de grandeza; e finalmente, em 1882, foi agraciado com o título de Visconde de Ipiabas.⁴⁰⁰

Na política, o visconde de Ipiabas foi um grande representante do partido conservador na região, e sobretudo do “numeroso e respeitável partido conservador de Valença”.⁴⁰¹ Como cita Andrade, foi “chefe político de Valença de 1870 até sua morte”.⁴⁰² Amigo de infância do Conde de Baependy, do Barão de Juparanã, de Manuel Pinheiro de Souza e do Dr. Souza Nunes, conquistou também a amizade de Eusébio de Queiroz, Visconde do Uruguai, Visconde de Itaboraá e outros, fazendo com que no seu enterro, e nas missas de sétimo e trigésimo dias, em Valença, Taboas, Vassouras, Paty do Alferes e na Corte, os “mais ativos e prestimosos”⁴⁰³ chefes do partido conservador de todas essas cidades concorressem a tais eventos, prestando-lhe grandes homenagens e influenciando o ministro do Império a agraciá-lo, em homenagem póstuma, elevando seu filho primogênito ao título de 2º Barão de Ipiabas.⁴⁰⁴

Foi com a família deste grande e importante irmão (portanto, sua família também), que Maria da Saudade irá unir a maioria de seus filhos em matrimônio (casamento entre primos) e estabelecer uma estreita união social e econômica. O único registro de dote que encontramos para estes casamentos, é o de João Vieira, filho mais velho de Maria da Saudade, casado com Rita Peregrina, filha do Visconde. Neste documento que é a declaração de dote, o Visconde dotou a sua filha com a quantia de trinta contos de réis.⁴⁰⁵ Era um valor alto para o período, 1870, que revelava que a prática do dote perdurava normalmente até esta época, envolvendo altas quantias. João Vieira, além da fazenda de Santa Rita recebida também com seu casamento, herdará a principal fazenda do Visconde de Ipiabas, a fazenda do Oriente. Veremos também que João Vieira será o advogado de toda sua família extensa.

Em documentação sobre o relatório de despesas e causas recebidas por João Vieira Junior⁴⁰⁶ entre 1870 e 1872, vemos as causas tratadas em sociedade com Manoel Vieira dos

⁴⁰⁰ Em 19 de outubro de 1842 foi galardoado com o título de grão cavaleiro da imperial ordem da Rosa; em 11 de dezembro de 1848 foi nomeado como cavaleiro da ordem de Cristo; em 10 de janeiro de 1851 foi promovido ao grau de oficial da ordem da Rosa; em 27 de Março de 1855 foi elevado ao grau de comendador da ordem da Rosa; em 1861 foi um dos fundadores do Instituto Fluminense de Agricultura; em 26 de dezembro de 1866 recebeu então o título de Barão de Ipiabas e a 3 de abril de 1867, foi nomeado Barão com honras de grandeza; em 29 de outubro de 1873 por contribuir com grande quantidade de dinheiro à instrução pública foi condecorado como comendador da ordem de N. S. Jesus Cristo; e finalmente, em 17 de junho de 1882 foi agraciado com o título de Visconde de Ipiabas. Fonte: Idem.

⁴⁰¹ Idem.

⁴⁰² ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. Op. Cit., p 200.

⁴⁰³ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 003_91. Notação 27.

⁴⁰⁴ Idem.

⁴⁰⁵ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 546.

⁴⁰⁶ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 545.

Santos Machado, seu primo, e depois quando a sociedade se desfaz. Ali ele está tratando do inventário de diversos membros das famílias Mattos e Azevedo Ramos, que eram os descendentes do seu tetravô Manuel de Azevedo Mattos e de seu tio-bisavô Manoel de Azevedo Ramos, irmão de Ignácio de Souza Werneck. Ou seja, uma ligação com ramos muito “longes” de sua família extensa. É impressionante como depois de tantas décadas e de uma separação local e parental tão grande (essas famílias estavam em Minas Gerais e nenhuma se casou com parentes próximos dos seus), tais famílias continuarem se tratando como parentes e auxiliando os membros umas das outras. Vemos também que João Vieira auxiliará seu sogro e sua mãe emprestando dinheiro a juros para eles, assim, unindo economicamente os dois núcleos parentais. Em 8 de Julho 1873 ele passou um crédito de 30 contos de réis para sua mãe, com juros de 9% a ser pago em 2 anos. Em 5 de abril de 1873 emprestou 33 contos ao seu sogro barão de Ipiabas com juros de 8% ao ano. Em 1º de abril de 1874 ele deu a sua mãe a quantia de 900 mil réis por conta de crédito.⁴⁰⁷

Outro fator a ser destacado é que o Visconde de Ipiabas também casará uma de suas filhas com Joaquim de Almeida Ramos, irmão de João Luiz e Floriano, genros de Maria da Saudade. Logo, são três famílias unindo-se em um mesmo núcleo parental, potencializando seu poder econômico, político, social, seu patrimônio em terras e bens e influenciando na região. Isto se mostra no fato de a Estrada de Ferro Comércio a Rio das Flores, que como vimos foi posta a funcionar pelos esforços de Maria da Saudade, seus filhos, seu genro João Luiz de Almeida Ramos, seu cunhado Barão do Rio das Flores, entre outros, passava pelas terras destes e também do Visconde de Ipiabas. Assim, realizou-se uma ampla união matrimonial que mudou os destinos e a estrutura do próprio distrito de Santa Thereza, mais especificamente a região onde hoje é a cidade de Rio das Flores.

Desta forma, vemos que a proteção da família extensa, que se confunde com a própria família nuclear, dada a união de tantos filhos e filhas em matrimônio, é uma importante forma de sobrevivência naquela sociedade profundamente competitiva e patriarcal, e estas uniões são uma estratégia primordial para a manutenção dos bens e patrimônio. A família nuclear de Maria da Saudade será “protegida” ou “coberta” por toda a autoridade e poder de seu irmão Visconde de Ipiabas e ainda dos Werneck restantes, dos Vieira Machado da Cunha e Almeida Ramos. Não é “sozinha” que Maria Vieira irá assumir os negócios de sua fazenda; por trás da viuvez existe uma tremenda e poderosa rede familiar e de amizade que lhe dá suporte, autoridade e status, para tocar seus negócios.

⁴⁰⁷ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 550.1; 5501.2.

Foi uma grande estratégia de Maria Vieira para a concentração de bens e terras no seio de sua própria família; as habilidades matrimoniais que começaram a ser desenvolvidas desde seu avô Ignácio Werneck, encontram-se amplamente desenvolvidas e consolidadas por Dona Maria, e desta forma podemos dizer que ela alcança o auge, o topo, ou a forma mais desenvolvida desse tipo de política matrimonial, dado o seu sucesso na consolidação do mesmo.

Aliás, além dos contatos primordiais que manteve com parte de sua família extensa “mais próxima” que eram os Pinheiro-Werneck, Werneck, Vieira Machado da Cunha e Almeida Ramos, moradores ali mesmo de Valença, ela buscou em outras cidades e até em outro estado, manter contato e sociabilidades com sua rede parental alargada. Vimos que ela comprou terras de Isabel Augusta de Lacerda Werneck, nora do Barão de Paty do Alferes, seu tio, e também utilizou-se dos serviços de Julio Benedicto Ottoni - membro da família Ottoni, da qual seu marido era aparentado por meio dos Vieira Machado da Cunha - para um processo que iniciou na justiça.

Maria Izabel de Jesus Vieira tinha a seu dispor o auxílio de seus irmãos Visconde de Ipiabas, Barão de Potengy, seu cunhado Barão do Rio das Flores, e caso precisasse, poderia contar com a ajuda dos diversos tios e primos barões, comendadores, coronéis e capitães da Guarda-Nacional, distintos fazendeiros em Valença, Vassouras, Paraíba do Sul, Bemposta, e aí por diante. Além dessas, manteve em vida a relação com a família Ottoni, aparentada à sua e uma das mais ricas e importantes famílias de fazendeiros em Minas Gerais. Assim configurava-se sua família extensa: as mais importantes famílias de fazendeiros cafeicultores escravistas do Império. É evidente que esse é um dos fatores de seu sucesso como fazendeira, pois a contribuição econômica, política e social que sua família poderia lhe dar, bem como o respeito adquirido diante da sociedade, por pertencer a um grupo de tão poderosos e ricos fazendeiros, eleva o seu status e sua importância, possibilitando um tratamento diferencial e recursos pra combater possíveis inimigos políticos, problemas financeiros, etc.

Desta forma percebemos duas características que continuam sendo preservadas e valorizadas pela família patriarcal durante a segunda metade do século XIX. Em primeiro lugar, a importância da família extensa. Para Maria da Saudade, conservar os laços com este grupo parental alargado era uma forma tanto de proteção quanto de concentração do poder em sua região. Manter os laços que foram construídos desde os antepassados valorizava e ressaltava o valor de sua família perante aquela sociedade. E como mulher, ela muito se utilizou das estratégias sociais permitidas para a manutenção de sua família extensa, conservando-a ao longo do tempo.

Em segundo lugar vemos que o casamento continuava a ser uma estratégia de poder crucial utilizada pelas famílias. E dessa vez, as estratégias matrimoniais foram orquestradas por uma mulher, porém sua opção foi a da endogamia buscando proteção nas redes já estabelecidas pelas tramas da família extensa. Ela se concentra em uniões inter-familiares e, sobretudo, com núcleos muito próximos regionalmente – a maioria das noras e genros moravam em sua freguesia e eram vizinhos de sua fazenda. Ela consegue uma ampla concentração de poder e patrimônio num pequeno espaço territorial. Logo, essa sociedade patriarcal abria espaço não só para a administração dos negócios de sua fazenda por parte da mulher, como também do futuro e casamento de seus filhos. Tudo o que envolvia a sua casa foi comandado por Dona Maria da Saudade.

As redes de sociabilidade

Outra chave importante para o sucesso de Maria Vieira foram as redes de sociabilidade que sua família e seu marido desenvolvera, e que ela soube manter após a viuvez. Manter amigos e aliados poderosos era uma importante maneira de sobreviver no ambiente político, econômico e social no Vale. Ainda que o poder se distribuísse entre as famílias senhoriais cafeicultoras e escravistas, ou seja, uma única classe, havia conflitos e divisões políticas entre as mesmas. Sobretudo entre conservadores e liberais. Sempre houve grande disputa nos espaços sociais de Valença pela predominância de um ou de outro partido nos cargos públicos, nos lugares de destaque da cidade, na cooptação de aliados e agregados durante as eleições. E a família de Maria Vieira era uma das principais representantes e mantenedoras do partido conservador e de seus interesses na cidade.

Em toda a vida política de seu pai, João Pinheiro de Souza, e de seu marido, João Vieira Machado da Cunha, fortes e sólidas redes de sociabilidade foram construídas. Amizades importantes foram edificadas, as quais, no futuro, seriam cruciais para a prosperidade econômica e social de Maria da Saudade a frente de sua fazenda. Através de diversos obituários em jornais, conseguimos traçar e acompanhar o nome de muitas amizades valiosas da família de Maria da Saudade ao longo do tempo. Por ocasião de sua morte e dos seus parentes, vemos que estas amizades encomendavam missas e agradecimentos pelo comparecimento de pessoas às mesmas. A atitude de encomendar missas de “encomendação da alma”, missas de sétimo dia, de um mês e até por um ano de falecimento, era uma forma de prestar solidariedade à família enlutada, bem como reafirmar, mesmo após o óbito, a amizade e a aliança que se manteria viva com a família, mesmo após a morte da pessoa amiga.

Inicialmente vimos que o pai de Maria da Saudade, João Pinheiro de Souza, foi um importante nome para o partido conservador em Valença. Estabelecera grande amizade com os dois maiores nomes da política conservadora na cidade: o Conde de Baependy e o Visconde do Rio Preto. Através dessa amizade, João Pinheiro de Souza tornou-se vereador em duas legislaturas, bem como parentes seus e membros da família Werneck em todas as demais eleições no chamado “Período Baependy”.⁴⁰⁸ Por ocasião da morte de João Pinheiro, os obituários destacavam que seu cadáver foi conduzido pelas pessoas mais “gradas do lugar” e entre elas “notavam-se os Exms. Srs. conde de Baependy e barão do Rio Preto”⁴⁰⁹ e que o Conde “apesar de sua fazenda distar cinco léguas da cidade de Valença, não deixou de vir prestar ao seu amigo o tributo de saudade sentida e sincera [...] à memória do amigo leal [...]”,⁴¹⁰ e que na presença do cadáver, o conde “derramou lágrimas” ao “seu amigo, quase familiar”.⁴¹¹ Como vimos, Brás Carneiro Nogueira da Costa e Gama, o Conde de Baependy e Domingos Custódio Guimarães, o Visconde do Rio Preto, são citados por Antônio Carlos da Silva, como alguns dos maiores expoentes da classe senhorial aliada ao partido conservador em Valença.⁴¹² Essa amizade e aliança política com o Conde de Baependy e o Visconde do Rio Preto, que iniciou-se através de João Pinheiro de Souza, perpassará para o casal João Vieira e Maria da Saudade, a qual dará continuidade.

O que também destacamos documentação encontrada, é que a família de Maria da Saudade fez grande amizade também com os irmãos do Visconde de Baependy, que eram Manoel Jacintho Nogueira da Gama, Barão de Juparanã e Francisco Nicoláo Carneiro Nogueira da Gama, Barão de Santa Mônica. Esses dois últimos, por ocasião da morte da mãe de Maria da Saudade, Izabel Maria da Visitação, e do marido de Maria da Saudade, João Vieira Machado da Cunha, encomendavam missas de sétimo dia pelas almas dos finados.⁴¹³ A família Nogueira da Gama era uma das primeiras a chegarem à região do Vale e acumularam diversas sesmarias, sendo uma das maiores proprietárias de terras em toda a região. Eram poderosíssimos, economicamente, socialmente e politicamente. Logo, vemos que a família de Maria da Saudade possuía aliados de peso para a consecução de seu poder e status.

Podemos citar exemplos das redes de sociabilidade de Maria Vieira, encontrados nos obituários, em diversas cidades do Vale e na Corte: em Iguassu, Fortunato dos Santos Xavier,

⁴⁰⁸ Ibid., p 42-43. AC.

⁴⁰⁹ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 004_91. Notação 113.

⁴¹⁰ Idem.

⁴¹¹ Idem.

⁴¹² SILVA, Antônio Carlos da. Op. Cit.

⁴¹³ Encontramos as referências quanto a João Vieira em: Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 6 de Dezembro de 1863. Quanto à Isabel da Visitação encontramos em: Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 28 de Março de 1876.

importante comerciante naquele porto, o qual fazia o transporte das mercadorias da família para a Corte⁴¹⁴; Em Vassouras encontramos José Pimenta Braziel, bem como vários membros da família Braziel⁴¹⁵ e também da família Fernandes, seus parentes⁴¹⁶; Joaquim de Campos Negreiros em Piedade de Ipiabas⁴¹⁷; a família Almeida Ramos em Conservatória⁴¹⁸; na Corte a família do Conde de Ipiabas,⁴¹⁹ bem como alguns Werneck, seus parentes, através do comendador João Vieira das Chagas Werneck,⁴²⁰ a família Alves Montes⁴²¹ e Brito,⁴²² das quais se estabeleceu uma parceria como comissários de café, e a família Garção Ribeiro.⁴²³ Essas são as redes que conseguimos detectar apenas através dos obituários em jornais. Consideramos tais obituários como fontes riquíssimas para descobrirmos as redes de sociabilidade, as representações dos indivíduos na sociedade, o renome e status de Maria Vieira e sua família em seu meio, bem como detalhes biográficos que não são encontrados na pesquisa documental.

Outro exemplo é um recibo de Maria da Saudade, dizendo dever a Joaquim Julho de Proença o preço referente a dois garrotes, e que Proença devia uma quantia referente a capados, animais para a fazenda, nos anos de 1864 e 1865.⁴²⁴ Ao final, Proença deve a ela 50 mil réis. Esse Proença participou das obras da Matriz, foi indicado por João Vieira para se tornar subdelegado e, frequentemente, vemos em cartas do Conde de Baependy para João Vieira o nome dele, o qual era integrante das redes políticas do falecido marido de Maria Vieira.

Logo, vemos Maria da Saudade mantendo, com sucesso, redes de amizade que surgiram ainda com seu pai, além daquelas criadas por seu falecido marido. Manter as redes de amizade era uma tarefa muito importante para obter sucesso na administração da fazenda. As senhoras fazendeiras começavam a cultivar essas amizades ainda durante seu casamento, quando recebiam os amigos do marido em sua casa, visitavam famílias aliadas em aniversários, casamentos e batismos, além de encontrarem-se nas festas da região como a da Páscoa, nas missas, nos saraus, etc. Para manter a amizade entre as famílias, era comum, as

⁴¹⁴ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 26 de Fevereiro de 1860.

⁴¹⁵ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 28 de Março de 1876.

⁴¹⁶ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 22 de Abril de 1876.

⁴¹⁷ Idem.

⁴¹⁸ Idem.

⁴¹⁹ Idem.

⁴²⁰ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 29 de Março de 1876.

⁴²¹ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 1903.

⁴²² Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 8 de Agosto de 1903.

⁴²³ Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 22 e 23 de Agosto de 1903.

⁴²⁴ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 517.

senhoras enviarem presentes como frutas ou produtos de sua fazenda. Um exemplo disso, vemos em uma carta de Isabel Maria da Visitação, mãe de Maria da Saudade, na qual ela pergunta pela família de seu compadre, manda saudações, felicitações e junto à carta envia jabuticabas àquela família;⁴²⁵ ainda outro exemplo, em cartas trocadas entre o Conde de Baependy e João Vieira vemos essas sociabilidades: “Agradeço o favor que fez mandando aqui trazer a canastrinha. Minha mulher agradece igualmente à Ilma.º Sra. D. Maria, à quem recomenda, os carás mimosos”.⁴²⁶

Maria da Saudade estava sempre presente nas lembranças e recomendações das cartas do Conde, do comissariado Cunha & Aquino e de outros aliados de João Vieira na região. Essas amizades envolviam questões cruciais como a compra e venda de terras, a venda do café, a manutenção de poderio político, o pagamento de dívidas, a consecução de empréstimos, etc. Com amizades e parentes nas principais regiões produtoras, transportadoras e compradoras de café, facilita-se a administração dos negócios de sua casa e o crescimento dos mesmos. Tais redes são importante herança imaterial passada entre décadas de convívio social e depois mantidas prudentemente por ela após a viuvez. E ainda, no patriarcalismo vigente, tais redes de amizade de longos anos, confundem-se com as próprias redes parentais, onde os aliados podem contribuir financeiramente, politicamente, além de diversos tipos de influência.

Maria da Saudade e a consolidação de seu sucesso



Irmãos Vieira Machado da Cunha. Os seis filhos homens de Dona Maria da Saudade. Ao centro, sentado, o Dr. João Vieira, à sua direita o Barão d’Alliança, à sua esquerda o Comendador Luiz Vieira. Em pé, no centro, o Coronel Zacarias Vieira, à sua direita Tenente-Coronel Francisco Vieira e à sua esquerda o Major Peregrino Vieira. Fonte: Arquivo Adriano Novaes. Podemos encontrar a mesma foto em RAMOS, Belisario Vieira. Op. Cit. p 145.

⁴²⁵ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 407.

⁴²⁶ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 005_91. Notação 422.10.

O objetivo de toda a administração econômica de Dona Maria da Saudade, bem como suas estratégias políticas e sociais era manter sua família no mesmo patamar social construído por seus antecedentes durante décadas. Além disso, como mãe e, após viúva, chefe de sua família, deveria proporcionar todos os meios possíveis para fazer com que seus filhos alcançassem sucesso, riqueza e poder em suas vidas e em seus novos empreendimentos dando continuidade à tradição e poder de sua casa e família. Quando Maria Izabel de Jesus Vieira chega ao final de sua vida, está desfrutando de riqueza econômica, status social elevado, reconhecimento perante toda a sociedade. Mas também esta desfrutando do status de uma senhora que criou uma família de grandes e importantes homens para sua sociedade, segundo os valores patriarcais dominantes. Todos os seus filhos, sem exceção, alcançaram um considerável poder político e econômico na região de Valença. Como cita um de seus obituários:

Daquela enlace deixou os seguintes filhos por ocasião de sua viuvez e [...] em elevadas posições sociais pela austeridade de seus caracteres:

Dr. João Vieira Machado da Cunha, Barão da Aliança, coronel Luiz Vieira Machado da Cunha, tenente-coronel Francisco V. Machado da Cunha, major Peregrino V. M. da Cunha, tenente-coronel Zacarias Vieira Machado da Cunha, d. Cecilia casada com o coronel João Luiz de Almeida Ramos, d. Presciliana, casada com o tenente-coronel Floriano de Almeida Ramos e d. Isabel, casada com o dr. João Alves Montes.⁴²⁷

É interessante notar que todos os seus filhos se tornaram políticos poderosos, fazendeiros ricos e homens respeitados na sua sociedade. Todas as suas filhas casaram da mesma forma, com homens que se tornaram políticos e ricos fazendeiros. O filho mais velho de Dona Maria, João Vieira Machado da Cunha, enriqueceu-se como fazendeiro, fundando a fazenda de Santa Rita e herdando a grande fazenda do Oriente, a principal da família de seu sogro, o Visconde de Ipiabas. João tornou-se advogado de toda a sua família, como vimos, cuidando dos assuntos de muitos parentes e enriquecendo-se também com isso. Na vida política tornou-se vereador da Câmara Municipal de Valença em 1883 em substituição ao Barão de Vista Alegre⁴²⁸ e também em 1892;⁴²⁹ foi vereador e vice-presidente da câmara municipal em 1886;⁴³⁰ Juiz de Paz do distrito de Nossa Senhora da Glória em 1873,⁴³¹ e Juiz

⁴²⁷ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 609.2.

⁴²⁸ FERREIRA, Luiz Damasceno. Op. Cit. p 169.

⁴²⁹ Ibid., p 170. Também encontramos o seu diploma de posse como vereador. Fonte: Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 586.1.

⁴³⁰ Ibid., p 166.

⁴³¹ Ibid., p 174.

de Paz no distrito de Desengano em 1891.⁴³² Teve uma intensa vida política influenciando nas eleições para vereador de todos outros distritos valencianos, como vemos em diversas cartas.

Manoel Vieira Machado da Cunha também foi um rico fazendeiro, proprietário das fazendas Santa Maria, Campos Elíseos, Saudade (com o mesmo nome daquela de sua mãe; esta ficava em Ipiabas) e Flores do Paraíso, o qual veio a receber o título de Barão d'Alliança em agosto de 1882.⁴³³ Muito atuante politicamente, se tornou deputado pelo Estado do Rio de Janeiro.⁴³⁴

Luiz Vieira Machado da Cunha casou-se com duas filhas do Visconde de Ipiabas, foi fazendeiro, fundador da fazenda Santa Emília e também recebeu o título honorífico de comendador. Na Guarda Nacional chegou ao posto de Coronel. Com vida política intensa, tornou-se vereador da câmara municipal em 1904, Juiz de Paz do distrito de Desengano em 1895,⁴³⁵ e foi um dos membros fundadores do Partido Republicano de Valença em 1888.⁴³⁶

De todos os filhos, o que temos menos informações foi Peregrino Vieira Machado da Cunha, sobre o qual sabemos apenas que se reformou no posto mais alto, que era o de Major da Guarda Nacional dos municípios de Valença e Paraíba do Sul.⁴³⁷

Francisco Vieira Machado da Cunha tornou-se vereador do distrito de Desengano em 1897, vereador da câmara municipal de Valença em 1901 e Juiz de Paz de Desengano em 1892 (sucedeu seu irmão João Vieira).⁴³⁸ Na Guarda Nacional alcançou o posto de Tenente-Coronel.

O último filho de Dona Maria da Saudade, Zacarias Vieira Machado da Cunha, tornou-se vereador da câmara municipal em 1887,⁴³⁹ e também foi um dos membros fundadores do Partido Republicano de Valença, em 1888.⁴⁴⁰ Como fazendeiro, ajudou na administração dos negócios de sua mãe em seus últimos anos de velhice, tendo herdado a fazenda da Saudade. Na Guarda Nacional alcançou também o posto de Tenente-Coronel.

O que podemos perceber é que havia uma sucessão dos irmãos Vieira Machado da Cunha nos cargos da câmara e de juízo de paz, e também de seus cunhados, pois João Luiz de Almeida Ramos foi Juiz de Paz em Santa Thereza em 3 legislaturas - 1869, 1873 e 1887 -,

⁴³² Ibid., p 196.

⁴³³ Utilizo os dados produzidos pelo genealogista Admário Rocha Azevedo, membro do Colégio Brasileiro de Genealogia.

⁴³⁴ RAMOS, Belisario Vieira. Op. Cit. p 142.

⁴³⁵ FERREIRA, Luiz Damasceno. Op. Cit. p 196.

⁴³⁶ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 569.1.

⁴³⁷ RAMOS, Belisario Vieira. Op. Cit. p 144.

⁴³⁸ FERREIRA, Luiz Damasceno. Op. Cit. p 171; 194-196.

⁴³⁹ FERREIRA, Luiz Damasceno. Op. Cit. p 169.

⁴⁴⁰ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 569.1.

João Alves Montes foi Juiz de Paz em 1887, e Floriano de Almeida Ramos foi vereador em 1890. Os filhos e genros de Dona Maria da Saudade praticamente dominaram esses espaços políticos, pois de 1869 a 1904 não faltaram vereadores e juizes de paz em sua família nas legislaturas. Eles se revezavam nos cargos na maioria das vezes, pois quando um cumpria o quadriênio ou biênio do seu cargo, posteriormente o outro irmão ou cunhado entrava em seu lugar (tanto nos cargos de vereador que era votado pelo povo, quanto no de juiz de paz que era por nomeação).

Como vimos nas citações de Andrade, eles eram conhecidos como os “irmãos Vieira Machado da Cunha”; em nosso olhar, um conglomerado de fazendeiros e políticos ricos, que monopolizavam os espaços de poder público e da Guarda Nacional através de uma grande rede de sociabilidade envolvendo esquemas familiares e matrimoniais, amizades recíprocas, ligações econômicas e políticas, todos herdados da atuação prudente de sua mãe. Eram o resultado do trabalho de uma mulher, uma senhora fazendeira que, tendo percorrido a maior parte do século XIX, e adentrado nos primeiros anos do século XX, manteve e expandiu sua casa, o renome, o patrimônio, a riqueza e poder de sua família.

Dona Maria da Saudade vem a falecer em 1903, num período que uma boa parte das antigas famílias de ricos fazendeiros se esforçava por sobreviver num ambiente de difíceis condições econômicas ou onde muitas faliram ou deixaram o Vale do Paraíba em busca de oportunidades melhores em outro lugar. Porém, naquela ocasião, ela morre no auge do seu renome, do seu status social, sendo reconhecida e honrada pelas famílias mais poderosas e pelas autoridades da região, pelas dezenas de pessoas comuns que ajudou através de décadas de obras de caridade, pelos agregados e ex-escravos de sua fazenda.

Através da história desta senhora fazendeira podemos observar que a dita decadência do Vale do Paraíba não ocorreu para todas as famílias de produtores de café da mesma forma e/ou periodicidade. Se considerarmos apenas os núcleos familiares que ela e sua família extensa representam, os quais continuaram ricos, podemos contar mais de 20 famílias. Porém, para este trabalho optamos pela microanálise não podendo nos estender mais amplamente sobre toda Valença ou todo o Vale. O que nossa escala de análise nos permitiu observar é que foi possível manter status e poder mesmo após a decadência agrícola do Vale, após o fim da escravidão e os males econômicos que disso advieram - escassez de crédito, falência das casas comissárias, esvaziamento populacional, escassez de mão-de-obra, etc.

Como as chaves para o sucesso de Maria da Saudade, podemos citar: a herança imaterial recebida e potencializada através da manutenção de redes familiares e de sociabilidades com as mais poderosas famílias do Vale. Além disso, destacamos um

minucioso esquema matrimonial bem sucedido com sua família extensa; sua experiência que envolvia o conhecimento de todo o processo de produção em seu complexo agrícola e conservação das redes sociais de sua família. Sua atuação social não deixou de afirmar seu correto lugar como mulher naquela sociedade patriarcal – mãe, esposa e religiosa –, destacado através de vultosas doações à Igreja, ajuda aos necessitados, e festas realizadas em sua fazenda. Mesmo assim, fez uma administração financeira prudente que envolveu o incremento de sua produção através da compra de novas terras, a austeridade e economia, e também o diferencial que foi a diversificação das atividades econômicas a partir da segunda metade do século XIX.

Tudo isto contribuiu para que Maria da Saudade soubesse lidar e sobreviver em um contexto econômico novo que se abriu durante a segunda metade do século XIX. Tendo a frente um horizonte de rápidas transformações econômicas, sociais e estruturais, o fim das terras virgens, agricultáveis e o fim da escravidão e do próprio império - suas experiências, estratégias e ações foram perspicazes o suficiente para saber lidar com as novas perspectivas, o que lhe garantiu o sucesso e a manutenção de sua família nos mais altos patamares daquela sociedade já em profunda transformação nos anos oitenta.

Conclusão

No declinar de sua existência, que fora toda em amor e ternura para seus estremecidos filhos, de benefício e caridade para com os necessitados; em sua fazenda, cercada de bela prole que a pranteará eternamente, desapareceu dentre o numero dos vivos, no dia 3 de Agosto, a venerada Sra. d. Maria Izabel de Jesus Vieira.

A Irmandade do Santíssimo, Devoção do Sagrado Coração de Jesus e do Rosário, alçando suas cruzes e insígnias incorporam-se todas afim de prestar as suas últimas homenagens à boa irmã que daí a pouco ia baixar a campa, e a quem a igreja tornara-se reconhecida pelos benefícios que dela recebera em vida.

A banda de musica, por sua vez, querendo dar mais solenidade ao ato, ainda mais por se tratar da morte da venerada mãe do seu digno presidente Coronel Zacarias Vieira, também veio ligar-se àquelas associações, partindo daqui o cotejo às 1 e meia horas do dia, para a Fazenda da Saudade, de propriedade da finada, e em sua capela, a um bem ornado stande achava-se depositado o cadáver.

Terminadas as cerimônias da encomendação tomaram as alças do caixão os filhos e parentes da finada, que conduziram-no até a linha da Estrada de Ferro. Daí, dignos representantes da nossa sociedade, e membros das distintas Associações e pessoas do povo, alternadamente, trouxeram-na até a Matriz. Aí foi ele de novamente encomendado e conduzido ao cemitério, onde hoje repousa em paz os seus despojos.

À exma. família Vieira O Echo envia-lhe sentidos pesares.⁴⁴¹

A decisão de acompanhar a trajetória de um ramo da família Werneck, uma das mais poderosas famílias senhoriais do império brasileiro, nos proporcionou uma chave de entendimento sobre questões importantes acerca da família senhorial no Oitocentos e da sociedade imperial. A vida de Dona Maria Izabel de Jesus Vieira, ou Maria da Saudade, como ficou conhecida, nos possibilita entender o patriarcalismo durante o século XIX e observar de que forma este foi sendo ressignificado ao passar das décadas.

Maria da Saudade possuía uma rede de parentesco e de sociabilidade poderosíssima, herdada das atuações de seus familiares no passado, que a legou como uma herança imaterial importantíssima, uma chave fundamental para seu sucesso. Além disso, ter como parentes e amigos pessoais, alguns dos homens mais importantes, ricos e poderosos políticos de sua região - e talvez do império - foi um fator fundamental para sua próspera atuação na sociedade. Porém, para além das especificidades da vida de Maria da Saudade, observamos que ela atuou nos espaços que a sua sociedade permitia. Ela não “violou” nenhuma regra de sua sociedade, nem ultrapassou os limites estabelecidos pelo seu papel como mulher. Nunca foi censurada, pelo contrário, teve em seu enterro homenagens e belas palavras escritas ao seu

⁴⁴¹ Arquivo Nacional: Fundo da Família Werneck. Microfilme 006_91. Notação 609.2.

respeito por parte de seus contemporâneos. A sociedade imperial, conforme a lógica patriarcal que seguia, estabelecia que o papel da mulher era ser uma boa esposa, uma boa mãe e uma boa religiosa para a Igreja e sociedade, sendo submissa à figura masculina do pai, de seu parente tutor ou de seu marido. Porém, ao se tornar viúva, a mulher passava para um novo patamar naquela sociedade, a de Senhora, na qual nenhuma autoridade masculina direta lhe submetia. Isto posto, um espaço era aberto para que a mulher substituísse o seu marido em suas funções no papel de patriarca. E assim, da mesma forma que o patriarca, a Senhora era respeitada, e caso acionasse as corretas estratégias sociais e econômicas, poderia prosperar e enriquecer muito mais que seu marido. Se Dona Maria da Saudade assumiu as funções do *pater-familia*, foi porque aquela sociedade assim lhe possibilitava, mesmo não sendo algo referente ao seu papel na mesma. Assim como Maria Izabel de Jesus Vieira, diversas mulheres assumiram as funções do patriarca e, na ausência deste, administraram suas fazendas e famílias.

Além disso, vemos que as famílias senhoriais se reconfiguravam, tanto economicamente quanto socialmente, para que pudessem manter sempre, independentemente das conjunturas, o poder, status e riqueza perante sua sociedade. Vimos isso através das mudanças nas políticas matrimoniais ao longo das gerações da família Werneck, a qual, num primeiro momento, utilizava-se de casamentos exogâmicos - no intuito de expandir o patrimônio, a influência e a riqueza -, num segundo momento optou por um misto de casamentos endogâmicos e exogâmicos - para expandir e ao mesmo tempo concentrar o patrimônio já estabelecido - e, por último, as estratégias matrimoniais utilizadas por Dona Maria da Saudade são predominantemente endogâmicas, para não dispersar seu patrimônio e também concentrar e potencializar todo o poder de sua família e prole numa mesma região, fazendo com que dominassem a política local durante décadas. Outro fator importante foi a diversificação nas atividades econômicas para sobreviver num período onde a principal fonte de renda - a agricultura - estava em declínio irreversível, e os bens mais valiosos - os escravos - corriam o risco de desaparecerem, sejam através das mortes, das insurreições violentas contra os senhores, ou da iminência do movimento abolicionista que levaria ao fim a instituição da escravidão.

As famílias que souberam investir em apólices da dívida pública, em ações de companhias e bancos, abrindo mão da antiga mentalidade de comprar mais terras e escravos, conseguiram passar com certo conforto os momentos que levaram à desestruturação da cafeicultura na região. As famílias que não se adaptaram a estas novas práticas, vieram a quebrar, hipotecando suas terras e bens, e muitas terminaram na pobreza. Devido a essas

mudanças estratégicas nas atividades econômicas, num momento dito de crise da cafeicultura e do Vale do Paraíba, Dona Maria Izabel de Jesus Vieira e sua família, bem como os grupos parentais aliados e unidos a ela em matrimônio, estão desfrutando de riqueza, poder, status e seus filhos se encontram no auge do poder político em sua cidade.

Logo, este estudo nos faz compreender que a sociedade imperial permitia a atuação feminina das senhoras fazendeiras em espaços estritamente masculinos. Isto fazia parte de uma série de ressignificações dos valores patriarcais ocorridos ao longo do século XIX, muitas vezes ambíguos. Ao mesmo tempo em que aquela sociedade reconhecia apenas os valores maternos, matrimoniais e religiosos da mulher, permitia à senhora ultrapassá-los, sem tolher ou impedir essa atuação. Assim, a sociedade imperial abriu caminho para que no século XX, as mulheres tomassem cada vez mais aquelas funções e posições que antes não lhes era permitido assumir - um movimento que se expande até os nossos dias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional:

- Fundo da Família Werneck. Microfilmes 003_91; 004_91; 005_91; 006_91. Notações 1 a 693.

Arquivo Municipal de Pirai:

- “Doação de Dona Rosa Maria Joaquina aos seus herdeiros”. Juízo de órfãos de Pirai, 1874.

- “Procuração de Dona Rosa Maria Joaquina - Compra de terras, e da fazenda Ribeirão das Cachaças”. n° 004.01.80.95, 1850

- “Justificação de demência de Joaquim Antônio dos Santos pela mulher, Maria Joaquina dos Santos”. n° 004.01.57.81, 1849.

- Inventário de José Antônio dos Santos. Inventariante Rosa Maria Joaquina, 1850.

- Testamento do Capitão José Bento de Araújo Testamento, pg.90, 1° Livro de óbitos, Matriz Santana do Pirahy, 1811-1846.

Arquivo Adriano Novaes

-Inventário da Viscondessa de Ipiabas, 1892.

-Partilha amigável dos bens do Visconde de Ipiabas, 1892.

- Procuração do Barão de Ipiabas concedida ao Doutor João Vieira Machado da Cunha, 1873.

-Partilha amigável dos bens e patrimônio do Barão e da Baronesa de Vista Alegre, 1889.

Museu da Justiça

- Relação dos processos judiciais digitalizados, 1825 a 1905.

Fontes impressas

Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 1838, 1860, 1876, 1863, 1903, 1904, 1909, 1911, 1914, 1927, 1934.

Biblioteca Nacional – Sessão de Periódicos: *O Valenciano*, Valença, RJ: 1832 - 1833.

Fontes fotográficas

Todas as fotos foram cedidas pelo professor e pesquisador Adriano Novaes, baseado em seu acervo particular.

Fontes genealógicas

SILVA, Marco P. T. D. P. *Genealogia Fluminense*. Povoadores da Região Serrana Sul Fluminense. In: http://www.marcopolo.pro.br/genealogia/paginas/fam_sulflumS.htm.

SETTE, Bartyra. *Projeto Compartilhar*. José Vieira Machado. In: <http://www.projeto compartilhar.org/Familia/JoseVieiraMachado.htm>. Atualizado em 18-janeiro-2010.

AZEVEDO, Admário Rocha. *Registro Genealógico de José Vieira Machado de Freitas e Anna Maria de Jesus*. Valença, Março de 1996.

WERNECK, Francisco Klors. *Origem da Família Pinheiro de Souza* (Ramo Fluminense). Arquivo Pessoal.

Livros, Artigos, Dissertações e Teses

ALMEIDA, Ângela Mendes de. *Mães, esposas, concubinas e prostitutas*. Seropédica: EDUR, 1996.

_____. *Notas sobre a família no Brasil*. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de et al. *Pensando a Família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo - UFFRJ, 1987.

ALMEIDA, Ângela Mendes de et al. *Pensando a Família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo - UFFRJ, 1987.

ALEGRIO, Leila V. *O café, o Vale do Paraíba e a mulher fazendeira*. In: Inventário das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Fase III - 2010. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Secretaria de Estado de Cultura – RJ.

ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. *O Vale do Paraíba*. 1º ed. Rio de Janeiro: 1989.

- ANTÔNIO, Rabib Floriano. *A dinâmica do capital agrário: crédito e investimentos na realidade dos fazendeiros de Vassouras (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.
- BARATA, C. E. A; BUENO, A. H. C. *Dicionário das famílias brasileiras*. Vols. I e II. São Paulo: Ibero América, 1999.
- BARICKMAN, B. J. *E se a Casa-Grande não fosse tão grande? Uma Freguesia açucareira do recôncavo baiano em 1835*. Revista Afro-Ásia, 29/30 (2003).
- BARROS, Gustavo Abruzzini de. *Imprensa Valenciana*. Valença: Jornal Local, 2012.
- BENSA, Alban. *Da micro-história a uma antropologia crítica*. In: REVEL, Jacques (ORG.): *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal – família e sociedade (São João Del rei, séculos XVIII e XIX)*. Tese (doutorado) - UFF, Niterói, 2002.
- CASADEI, Thalita de Oliveira e OLIVEIRA, Luiz da Silva. *Concessões de graças honoríficas e títulos de nobreza sugeridos a D. Pedro II, após sua viagem à região central fluminense, em 1848*. In: Revista do IHGB. Anais do Congresso de História do Segundo Reinado. RJ: Departamento de Imprensa Nacional, 1975.
- CASTRO, Hebe. *História Social*. In: CARDOSO, Ciro F. (org.); VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. São Paulo: Campus, 1997.
- CASTRO, Maria Werneck de. *No Tempo dos Barões*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias, 2004.
- CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: *Estudos Avançados*. Campinas: Unicamp, 11(5), 1991.
- CORRÊA, Mariza. *Repensando a família patriarcal brasileira*. In: ARANTES et al., *Colcha de Retalhos*, 3ª. ed., Campinas: UNICAMP, 1994.
- COSTA, Emília V. da. *Da senzala à colônia*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- DAVIS, N. Z. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 2. ed.
- DIAS, Maria O. L. da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FALCI, Miridan B. Knox; MELO, Hildete Pereira de. *Riqueza e emancipação: Eufrásia Teixeira Leite. Uma análise de gênero*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 29, 2002, p 165-185.
- FARIA, Sheila de Castro. *História da Família e Demografia Histórica*. In: CARDOSO, Ciro F. (org.); VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. São Paulo: Campus, 1997.

FERREIRA, Luiz Damasceno. *História de Valença (1803-1924)*. 2º ed. Valença, Ed. Valença, 1978.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de Família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008.

_____. *Correspondência familiar e rede de sociabilidade*. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

FIGUEIREDO, Luciano. *Mulher e família na América portuguesa*. São Paulo: Atual, 2004.

FORJAZ, Jorge; MENDES, Antônio Ornelas. *Genealogia das quatro ilhas: Faial, Pico, Flores, Corvo*. 1º vol. Lisboa: Dislivro Histórica, 2011.

FRAGOSO, João. *A Nobreza Vive em Bandos: A economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, Século XVII*. Algumas notas de pesquisa. Tempo - Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 8, n.15, 2003.

_____. *Homens de grossa ventura: acumulação mercantil e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 25ª, SP: José Olympio Editora, 1987.

_____. *Sobrados e Mocambos*. Sobrados e Mocambos. 9º ed. SP: Record, 1996.

_____. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. 2º ed. Rio de Janeiro, Editora Artenova, 1977.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *O nome e o Como*. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

_____. *O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações*. In: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

_____. *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*. In: _____. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GRENDI, Edoardo. *Repensar a Micro-História?* In: REVEL, Jacques (ORG.): *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

GOMES, Ângela de C. *Escrita de si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOUVÊA, Maria de F. S. *Redes de poder na América Portuguesa – O Caso dos Homens Bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822*. Revista Brasileira de História. V.18 n.36. São Paulo, 1998.

IÓRIO, Leoni. *Valença de ontem e de hoje*. Valença: s. ed., 1953.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, J. *Documento / Monumento*. In: *Enciclopédia* vol. 1. Memória-História. EINAUDI / Imprensa Nacional-Casa da moeda, 1984.

_____. *Memória*. In: *Enciclopédia* vol. 1. Memória-História. EINAUDI / Imprensa Nacional-Casa da moeda, 1984.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo*. In: REVEL, Jacques (org.): *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. *Sobre a Micro-história*. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

MACHADO, Cacilda. *A trama das Vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MACHADO, Humberto F. *Escravos, Senhores e Café*. Niterói: Clube de Literatura. Cromos, 1993.

MARTINS, Maria F. *Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX*. In: FRAGOSO, João (org.); ALMEIDA, Carla M. C. de (org.); SAMPAIO, Antônio C. J. de (org.). *Conquistadores e Negociantes: História de elites no Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. In: GRINBERG, Keila (org.); SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MAUAD, Ana Maria; MUAZE, Mariana. *A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo*. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

____; GONÇALVES, Márcia de Almeida. *O Império da Boa Sociedade: A consolidação do Estado imperial brasileiro*. São Paulo: Atual, 1991. 14^oed.

MUAZE, Mariana. *A descoberta da infância: a formação de um habitus civilizado na boa sociedade imperial (1840-1888)*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1999.

____. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil Oitocentista (1840-1889)*. Tese (Doutorado) - Centro de Estudos Gerais/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

____. *As memórias da Viscondessa. Família e Poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

____. *O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial*. In: Inventário das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Fase III - 2010. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Secretaria de Estado de Cultura – RJ.

NOVAES, A. A. dos Reis. *Os caminhos antigos no território Fluminense*. In: Inventário das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Fase III - 2010. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Secretaria de Estado de Cultura – RJ.

____. *Fazenda Saudade e Capela de Santa Maria Eterna*. In: Inventário das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Fase III - 2010. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Secretaria de Estado de Cultura – RJ.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de Família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru, SP: Edusc; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2005.

PONDÉ, F. P. A. *A fazenda do Barão de Pati do Alferes*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Anais do Congresso de História do Segundo Reinado. RJ: Departamento de Imprensa Nacional, 1975.

RAMOS, Belisario Vieira. *O Livro da Família Werneck – 1742-1879*. Rio de Janeiro: Cia. Carioca das artes gráficas, 1941.

REVEL, Jacques (ORG.): *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

____. *Microanálise e construção do social*. In: _____. *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Tendências atuais da História da Família no Brasil*. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de et al. *Pensando a Família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo - UFFRJ, 1987.

SALLES, Ricardo Henrique. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX: Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

____. *O Império do Brasil no contexto do século XIX*. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. Almanack. Guarulhos, n.04, p.5-45, 2^o semestre de 2012.

SCOTT, A. S. V. *As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 51, p. 13-29, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

SILVA, Antônio Carlos da. *A “boa sociedade” valenciana do século XIX: redes de sociabilidade (1829-1868)*. (dissertação de mestrado) Vassouras, PPGH/USS, 2010.

SILVA, Antônio M. J. F. da. *Próprias de Seu Sexo e Qualidade*. In: Revista Médio Paraíba, no 001 – Agosto de 2008, Volta Redonda -RJ – Disponível em: <http://www.medioparaiba.com.br/edicoes/001082008/artigo001.pdf>

SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão – três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. RJ: Nova Fronteira, 1984.

SOARES, Júlio C. F. *Mulheres fazendeiras e lavradoras numa economia cafeeira do Vale do Médio Paraíba: uma introdução ao estudo de caso de Resende no século XIX*. Artigo não publicado.

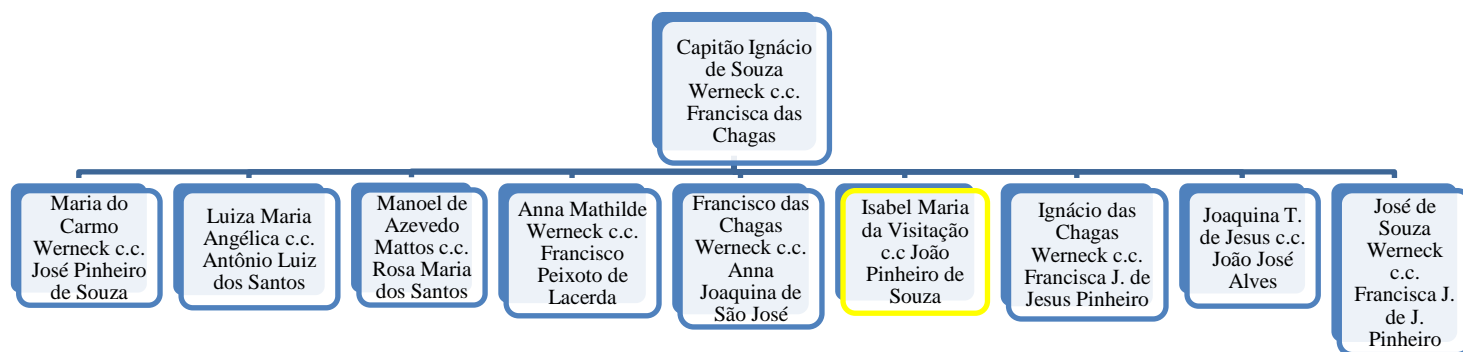
SOIHET, Rachel. *História das Mulheres*. In: CARDOSO, Ciro F. (org.); VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. São Paulo: Campus, 1997.

SOUZA, Jessé. *Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 12(1): 69-100, maio de 2000.

STEIN, J. Stanley. *Vassouras: Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

ANEXO I – Genealogias

Figura 1. Filhos do Capitão Ignácio de Souza Werneck

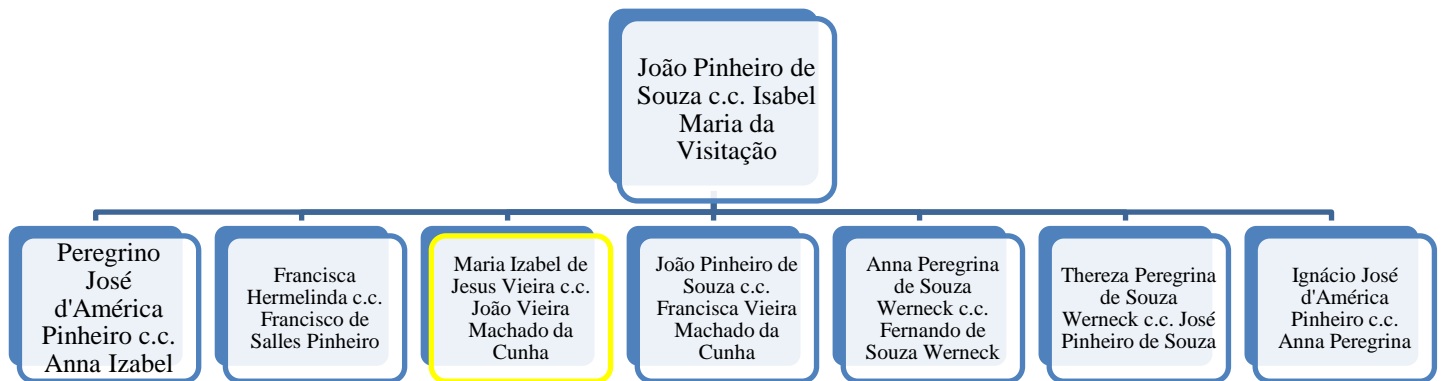


Sigla: c.c. casado com

* Apenas se encontram os filhos que se casaram. As filhas que morreram solteiras foram: Ignácia Delina, Cândida e Francisca Laureana.

* Em amarelo destaca-se o tronco que dará origem à Maria Izabel de Jesus Vieira.

Figura 2. Filhos de João Pinheiro de Souza

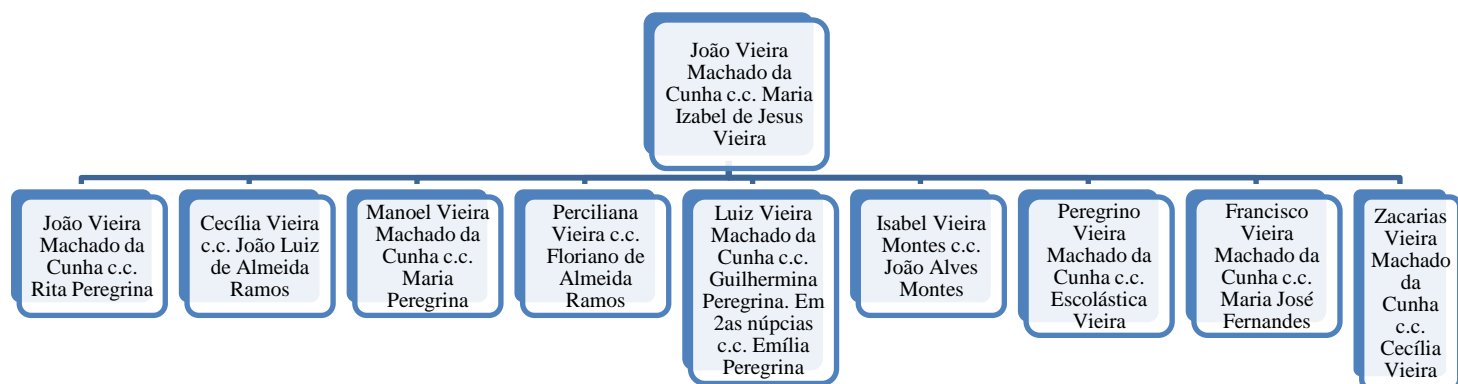


Sigla: c.c. casado com

* Apenas se encontram os filhos que se casaram e deixaram sucessores. Os filhos que morreram solteiros foram: Isabel e João de Souza Pinheiro.

* Em amarelo destaca-se a união matrimonial de Maria Izabel de Jesus Vieira.

Figura 3. Filhos de João Vieira Machado da Cunha e Maria Izabel de Jesus Vieira



Sigla: c.c. casado com